



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, CCHL, Sala 308-B
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, CEP: 64.049-550
Telefone: (86) 3215-5697 – E-mail: sociologia_mest@ufpi.edu.br
Site: <http://www.posgraduacao.ufpi.br/ppgs>

**MÃES EMPODERADAS: A MATERNIDADE EM GRUPOS DE APOIO A MÃES EM
TERESINA**

Teresina, abril de 2017

CAROLINA ALVES LEITE

MÃES EMPODERADAS: A MATERNIDADE EM GRUPOS DE APOIO A MÃES EM
TERESINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da professora Dra. Maria Rosângela de Souza. Área de concentração: Processos, Atores e Desigualdades Sociais. Linha de pesquisa: Gênero e Geração.

Teresina, abril de 2017.

CAROLINA ALVES LEITE

**MÃES EMPODERADAS: A MATERNIDADE EM GRUPOS DE APOIO A MÃES EM
TERESINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Rosângela de Souza – PPGS/UFPI
Presidente e Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Mary Alves Mendes – PPGS/UFPI
Examinadora Interna

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Cronemberger Sobral – PPGS/UFPI
Examinadora Interna

Prof^ª. Dr^ª. Shara Jane Holanda Costa Adad – PPGE/UFPI
Suplente

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí – FAPEPI, pela bolsa de mestrado, imprescindível para a realização dessa pesquisa. Por me possibilitar o acesso a livros que versavam com meus interesses e conteúdos pesquisados, em especial, livros escritos por mulheres os quais eu nunca tinha tido a oportunidade de conhecer.

A minha orientadora, Prof^ª. Maria Rosângela de Sousa por me acompanhar nessa trajetória, pela paciência e compreensão, pela dedicação disponibilizada e por toda a confiança depositada em mim. Gostaria de registrar minha admiração e respeito por ela, tanto pela profissional, professora dedicada e comprometida, como pela pessoa, mulher, mãe, tão forte quanto sensível.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, por transmitirem o conhecimento durante a trajetória do mestrado. Também aos funcionários que trabalham junto à coordenação e contribuem com os professores para melhorias no programa, em especial, à Prof^ª. Mary Alves Mendes, por sempre me dedicar atenção quanto às dúvidas e indicações de leitura, bem como as contribuições na qualificação. Agradeço também à Prof^ª. Rita de Cássia Cronemberger Sobral pelos ensinamentos e contribuição na banca de defesa e à Prof^ª. Shara Jane Holanda Costa Adad do Programa de Pós-graduação em Educação pela disponibilidade e contribuições imprescindíveis na qualificação da pesquisa.

A Isadora, pela paciência, apoio, amor, amizade, companheirismo e compreensão sempre presentes nos momentos em que me deparei com dificuldades. Por acreditar na minha capacidade e por me dar força para conquistar e reconhecer o empoderamento dentro de mim.

A todas as mulheres que passaram por mim e me inspiraram para realizar esse estudo, sobretudo as mulheres-mães que contribuíram com a pesquisa e permitiram que eu pudesse me aproximar de suas vidas. Minha imensa gratidão, empatia e respeito.

A minha mãe e meu pai por sempre me proporcionarem oportunidades e discernimento para que eu possa agarrar todas elas. Em especial minha mãe por se colocar a frente das dificuldades em que tivemos que lidar durante o período em que realizei o mestrado, sempre referência de mulher forte e inabalável.

Ao meu tio Ernandes pela acolhida, apoio e compreensão, sem ele eu não teria conseguido.

RESUMO

O estudo teve como objetivo investigar e entender os sentidos da maternidade para mulheres-mães, que se relacionam em grupos de apoio às questões de maternidade, e como respondem aos dilemas e conflitos que esta as obstina, a partir do contato com ideias sobre empoderamento feminino em grupos de mães via rede social. A pesquisa esclarece se realmente é constituída o marcador identitário de mãe, como ela é construída e de que forma contribuições feministas moldam os pensamentos dessas mulheres, enquanto mães e como sujeitas de direito no exercício de suas individualidades. Os dados foram coletados através de entrevistas individuais com 15 (quinze) mães que participam de grupos de apoio à maternidade, baseadas na associação de ideias sobre maternidade e empoderamento, além de observação participante em encontros dos grupos de mães, nos quais elas interagem também pessoalmente. Em seguida, foi realizada análise de discurso para se trabalhar com os sentidos que as mães dão à maternidade, indicando as ideologias, as histórias e a linguagem por trás das falas. O pressuposto analítico que norteia o estudo é o empoderamento feminino, que conquistado através da interação das mães nos grupos de *WhatsApp*, guia a construção do marcador identitário de mãe e possibilita o enfrentamento das dificuldades da maternidade. O aporte teórico de discussão é composto pela interlocução entre literatura e teoria feminista, abordagem de gênero e teoria social, estendendo-se nos campos do poder, corpo, família e toda a relação com a maternidade. A análise dos dados revela que as mães passam por muitos obstáculos nas fases iniciais da trajetória materna e, ao superarem cada um deles, vivenciam a maternidade empoderada, que acaba se tornando uma identidade que elas sustentam como forma de darem sentido a suas maternidades, ressignificando os cuidados com os/as filhos/as, tradicionalmente designados às mulheres, e convertendo a maternagem e o marcador identitário de mãe em empoderamento. A partir da ideia de que a mulher detem o dom da natureza e que encontram nela o poder para seguir sua prerrogativa, as mães pesquisadas utilizam-se, acima de tudo, de informação e conhecimento sobre elas mesmas e sobre o mundo a sua volta para assumirem e exercerem esse modelo de maternidade. Com a fácil troca de informações promovida pelos aplicativos de conversação como o *WhatsApp*, o compartilhamento de experiências entre mulheres se tornou maior e mais rápido e, conseqüentemente, mais mulheres tiveram contato com ideais feministas quando se veem na condição de mulheres e mães reprimidas em situações diversas de violência, desigualdade e abuso. Desse modo, essas mães procuram viabilizar respostas para o enfrentamento dessas situações e veem uma saída na conquista do empoderamento, concretizado com a rejeição do sistema que impõe e limita a maternidade dessas mulheres e a vivência da maternidade empoderada e intensiva. Não se conformando em serem submissas, as mulheres barram as forças coercitivas que tentam interferir em seu protagonismo, defendem não somente a ideia de vivenciar todos os aspectos da maternidade de forma ativa, mas também como uma maneira de lutar contra dominação e alienação, na família, com a divisão sexual do trabalho, na sociedade, com o senso comum, e no discurso médico androcêntrico, com o poder científico legitimado. As mães resistem.

Palavras-chave: maternidade. empoderamento. identidade.

ABSTRACT

The study aimed to investigate and understand the meanings of motherhood for women-mothers, who relate themselves in support groups to the maternity issues, and how they respond to the dilemmas and conflicts that persist in them, through contact with ideas about women empowerment in groups of mothers via social network. The research clarifies whether the mother's identity is actually constituted, how it is constructed, and how feminist contributions shape the thoughts of these women as mothers and as subjects of law in the exercise of their individualities. Data were collected through individual interviews with 15 (fifteen) mothers who participate of maternity support groups, based on the association of ideas about maternity and empowerment, besides participant observation in meetings of the groups of mothers, where they also interact personally. Next, a discourse analysis was done to work with the senses which mothers give to motherhood, indicating the ideologies, histories and language behind the speeches. The analytical presupposition that guides the study is female empowerment, which conquered through the interaction of mothers in WhatsApp groups, guides the construction of the mother identity and makes it possible to face the difficulties of motherhood. The theoretical contribution of discussion is composed by the interlocution among literature and feminist theory, approach to gender and social theory, extending in the fields of power, body, family and all relationship with motherhood. The analysis of the data reveals which mothers go through many obstacles in the early stages of the maternal trajectory and, overcoming each one, they experience empowered motherhood, which ends up becoming an identity that they sustain as a way of giving meaning to their maternities, resignifying the care for children, traditionally assigned to women, and converting motherhood and the identity into mother empowerment. Based on the idea which woman got the gift of nature and that find in her the power to follow her prerogative, the researched mothers use, above all, information and knowledge about themselves and the world around them to assume and exercise this maternity model. With the easy exchange of information promoted by chat applications such as the WhatsApp, sharing of experiences among women has become larger and faster and, consequently, more women have come into contact with feminist ideals when they find themselves in the condition of women and mothers repressed in situations of violence, inequality and abuse. Thus, these mothers seek to provide answers to face these situations and see an exit in the conquest of empowerment, concretized with the rejection of the system that imposes and limits the motherhood of these women and the experience of empowered and intensive motherhood. Not conforming to being submissive, women bar the coercive forces which try to interfere in their protagonism, defend not only the idea of experiencing all aspects of motherhood in an active way, but also a way to fight against domination and alienation, in the family, with the sexual division of labor, in society, with common sense, and in androcentric medical discourse, with the legitimized scientific power. Mothers resist.

Keywords: motherhood. empowerment. identity.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01	Desabafo da mãe Juliana Reis sobre maternidade real
Imagem 02	Desabafo da mãe Natália Pinheiro sobre maternidade real
Imagem 03	Gestante poderosa na III Marcha do Parto Humanizado
Imagem 04	Mães empoderadas na IV Marcha do Parto Humanizado
Imagem 05	Família na IV Marcha do Parto Humanizado
Imagem 06	Gestantes Poderosas na IV Marcha do Parto Humanizado
Imagem 07	Mamaço no Parque da Cidadania em Teresina - PI
Imagem 08	Gráficos do perfil das mães entrevistadas

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Perfil das mulheres-mães entrevistadas

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
COREN-PI	Conselho Regional de Enfermagem do Piauí
FIV	Fertilização In Vitro
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers e Intersexo
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
OMS	Organização Mundial da Saúde
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional da Educação
UFPI	Universidade Federal do Piauí
WID	Woman In Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 GÊNERO EM CONSTRUÇÃO: as perspectivas feministas sobre gênero e a maternidade na construção social do corpo e de um marcador identitário de poder	16
2.1 A construção social do gênero e do sexo: o debate político e o ganho epistemológico	16
2.2 O corpo como disputa de identidade: a universalidade da igualdade e a multiplicidade das diferenças	21
2.2.1 A socialização dos corpos e a construção da maternidade	27
2.3 Gênero e relações de poder: perspectivas sobre gênero e maternidade como um marcador identitário de poder	31
2.3.1 Maternidade em poder: as perspectivas bourdieuniana e foucaultiana sobre o empoderamento das mães	35
3 MATERNIDADE EM CONFLITO: as respostas feministas para as heranças patriarcais na família	40
3.1 “Ser mãe é padecer no paraíso”: a maternidade entre o confinamento e empoderamento na família.....	40
3.2 “Mãe se eu quiser, quando eu quiser”: as ondas feministas e o debate sobre a condição subjetiva da maternidade	56
3.2.1 “A teoria de gênero é contra a natureza”: O antifeminismo, o discurso conservador e a primavera feminista vigente	62
3.2.2 “Mãe só há uma”: O feminismo na mediação de identidades e concepção de maternidades... 66	
4 PERCURSOS METODOLÓGICOS: riscos e ilusões que levaram ao aprendizado e conhecimento	77
4.1 “Quem pariu Mateus que o embale”: reconhecendo a pesquisa e se reconhecendo nela	77
4.2 “Nada a temer, mas a compreender”: reconhecendo o campo, identificando o objeto e realizando a pesquisa.....	80
5 MÃES EMPODERADAS: o marcador identitário, o empoderamento e o lugar das mães na família.....	96
5.1 “Nossos partos, nossas regras”: acompanhando os grupos de apoio à maternidade e traçando o perfil das mães empoderadas.....	96

5.2 “Só quem é mãe sabe”: o <i>WhatsApp</i> como ferramenta de interação para a sororidade entre mães	110
5.2.1 “Não se nasce mãe, torna-se”: a resignificação do tradicional e a conversão em um marcador identitário de poder.....	114
5.2.2 “Não mexe comigo, que eu não ando só”: o processo de empoderamento das mães na formação de um marcador identitário de poder	133
5.2.3 “Mateus não foi feito sozinho”: o lugar das mães empoderadas na família.....	143
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	153
ANEXO A.....	167
ANEXO B.....	168
APÊNDICE A	170
APÊNDICE B.....	173

1 INTRODUÇÃO

Com intuito de impulsionar a visibilidade aos papéis sociais das mulheres-mães, e a forma como discussões feministas abordam a questão da maternidade, adentrei em minhas intenções de pesquisa, a relação entre maternidade, poder e divisão sexual do trabalho. Tendo em vista que tenho expectativas de reconhecimento das mulheres como protagonistas legítimas no processo de decisão sobre as condições que a humanidade se reproduz, acredito que a ciência e a pesquisa ajudam a desmistificar e desconstruir concepções do senso comum dadas por naturais.

Nesse sentido, percebendo que a sociedade a qual me cerca, conduzida pelo gênero e suas divisões, considera natural as mulheres assumirem a maternidade, sem que estas sequer questionem tal condição e a assumam de forma automática, acredito ser providencial resgatar o processo e os sentidos da maternidade das mulheres no âmbito privado da família, já que socialmente constatou-se que a casa e os/as filhos/as são *locus* das mulheres e principalmente das mães, tidas por “donas de casa”.

Minha inquietação pessoal adquirida a partir de observações cotidianas dos conflitos que obstinam as mulheres-mães a essa regulação e controle sistemático de suas vidas, e que as submergem em uma miscelânea de sentimentos envolvendo prazer, angústia, conformação e satisfação, além de minha aproximação política com o feminismo, enquanto perspectiva a nortear essa problemática e empoderar mulheres, fizeram com que se tornasse imperativo para mim verificar como essas sujeitas¹ organizam suas vontades e suas escolhas em meio aos contratempos de sua condição social.

O estudo teve por objetivo investigar e entender quais os sentidos da maternidade para mulheres-mães, que se relacionam em grupos de apoio a questões de maternidade, e como respondem aos dilemas e conflitos que esta as obstina, a partir do contato com ideias sobre empoderamento feminino em grupos via rede social. A pesquisa esclarece como e se de fato constitui-se o marcador identitário de mãe e de que forma contribuições feministas moldam os pensamentos dessas mulheres, enquanto mães e como de sujeitas de direito no exercício de suas individualidades. Os dados foram coletados através de entrevistas baseadas na associação de ideias sobre maternidade e empoderamento e observação participante em encontros dos grupos de mães, os quais elas interagem também pessoalmente. Em seguida, foi realizada análise de discurso para se

¹ Optar-se-á pelo uso do gênero feminino quando referida a identidade de gênero mulher, de forma a evidenciar o posicionamento político na escrita.

trabalhar com os sentidos que as mães dão a maternidade, indicando as ideologias, as histórias e a linguagem por trás das falas.

Os pressupostos iniciais partiram de um pré-olhar estabelecido no momento inicial da pesquisa, em que foi possível recolocar em movimento certa forma de imaginário e de elaboração do que foi observado. Considerando o risco de ver as coisas através do filtro de minha própria história, enquanto pesquisadora, e não desempenhar uma subjetividade em relação ao mundo, foi tido o cuidado de se realizar o que elucida Huppert Godard ao falar de um olhar cego, que evita essa hipertrofia do olhar (ROLNIK, 2004).

Portanto, tive por pressuposto inicial, ao fazer primeiramente observação participante, que as mães pesquisadas pautam suas vidas no que chamam de empoderamento e chamam suas maternidades de “empoderadas”, trunfo que adquirem junto aos grupos de apoio à maternidade, tendo assim contato com ideias e perspectivas feministas sobre autonomia feminina e poder de escolha e decisão. Em seguida, percebi que o que está associado com poder nas maternidades das mães pesquisadas é principalmente a capacidade de informar-se sobre questões gerais sobre maternagem e a partir dessas informações, tomar decisões sobre suas vidas e as vidas de seus/suas filhos/as. Estando a maternidade no centro das relações de gênero e poder, entendi como importante também averiguar se tal empoderamento tão elucidado por essas mães, de fato ocorre, como ocorre e em vista de que é tão alocado nos grupos de mães e nas ações e encontros realizados por elas.

Também se teve como pressuposto que a maternidade permeia o universo feminino de forma contraditória, envolvendo mulheres tanto em boas experiências como também em incertezas e obstáculos. Em vista disso, as hipóteses eram de que essas mães respondem às demandas de sua condição pelo viés do que chamam de empoderamento feminino, a partir do contato com ideias feministas e informações que as auxiliam e métodos de maternagem variados.

Também procurei explicar as consequências que a maternidade traz na vida dessas mulheres, como exercem atribuições profissionais e domésticas, ainda designadas a elas, e como respondem às cobranças de uma maternidade ideal, tão emblemática na conjuntura da sociedade contemporânea (BADINTER, 2010). Pauta-se ainda, como são desempenhados alguns papéis de gênero entre mulheres e companheiros no âmbito doméstico, e de que forma essa dinâmica familiar e a divisão sexual do trabalho influencia na trajetória de maternidades dessas mulheres.

Por perceber a maternidade como um impasse que perpetua o íntimo das mulheres, pretendi também, através da presente pesquisa, expor como as concepções permeadas por estudos feministas e estudos de gênero, se confirmam e se moldam diante da problemática. O conceito de maternidade

abordado na pesquisa, se trata do uso ambíguo elencado por Badinter (1985), em que a maternidade remeteria ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, no caso gravidez biológica, e a uma ação a longo prazo, que seria a maternagem² e a educação. Dessa forma, é abordada a maternidade como função materna, levada ao seu limite extremo, em que a mãe dispense tal exercício até à fase adulta do/a filho/a e nesse sentido o “ser mãe” constitui-se um marcador indentitário³.

O trabalho contribui com a temática da mulher-mãe contemporânea, tendo como campo Teresina - PI, ao investigar como se dá seu exercício de maternagem e de que forma esta mulher se empodera ao envolver-se com outras mulheres-mães e com questões feministas e de empoderamento. Sendo assim, preenche a lacuna bibliográfica sobre a condição de maternidade e suas adversidades no cotidiano, principalmente em âmbito regional, desmistificando a maneira socialmente velada com a qual usualmente é tratada a maternidade no senso comum, que percebo ainda carregar sinais de que se trata de algo exclusivamente natural ou fator imaginário que complementa as mulheres. Por isso a importância deste estudo, visto que tenciona compreender esses meandros sutis das relações entre maternidades, fornecendo aportes teóricos para entendê-las na constituição de gênero e compreensão do universo feminino, seus desejos e anseios e os sentidos do ser mãe nos dias de hoje. Ampliando o debate teórico, o estudo fornece, através de pesquisa empírica em diálogo com literatura especializada, subsídios práticos e políticos para desconstruir preconceitos, dando visibilidade às conquistas femininas desprestigiadas e vozes femininas pouco visibilizadas.

As sujeitas abordadas para a pesquisa são mulheres-mães que integram grupos sobre maternidade, através da internet pelo aplicativo *WhatsApp*⁴ via celulares. Os grupos são formados

² Conjunto de cuidados dispensados ao bebê com o objetivo de atender às suas necessidades, não apenas o cuidado físico, como também o suporte emocional, o manuseio do corpo, envolvendo também a sensibilidade da mãe (podendo ser mãe biológica, mãe adotiva ou qualquer pessoa que exerça o cuidado e educação da criança), em desvendar tais necessidades e assim estabelecendo uma rotina para o desenvolvimento saudável, a proteção contra perigos externos e a estabilidade emocional da criança (MIRANDA; MARTINS, 2007).

³ O conceito de identidade utilizado é o de Castells (2002) que diz que a identidade é construída a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. A maternidade como marcador identitário é abordada no trabalho pelo conceito de Castells (2002), que considera a identidade o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Para Castells (2002) os indivíduos podem não só constituir uma identidade como podem ter identidades múltiplas, no caso da mulher-mãe-esposa, as autoras dessa identidade multifacetada estabelecem acordos e negociações para estabelecer suas identidades e assim constituir fontes de significado para elas próprias, construídas por meio do processo de individuação da mulher que tem se dado.

⁴ O *WhatsApp Messenger* é um aplicativo para celulares e *smartphones* que consiste em mensagens instantâneas para que as pessoas possam se comunicar sem barreiras em qualquer lugar do mundo, além de oferecer suporte ao envio e

por mães, profissionais de saúde e militantes que se uniram para debater questões relacionadas à maternidade (como: parto normal humanizado, empoderamento feminino, amamentação, violência obstétrica, alimentação e educação infantil, entre outros.), porém só as mães dos grupos foram abordadas na pesquisa.

Com isso, a pesquisa verifica como se configura o perfil identitário dessas mães e assim averigua quais os sentidos da maternidade para essas mulheres e como as conquistas e reflexões feministas refletem em suas maternidades, através da ideia de empoderamento feminino, diante dos percalços que estas sofrem com a divisão sexuais de papéis ao assumir o cuidado para com filhos/as. Logo, o **problema de pesquisa** é: Quais os sentidos da maternidade para as mulheres-mães que a compartilham através de grupos nas redes sociais e em encontros pessoais?

A estrutura do trabalho, que segue após essa introdução com motivações, relevância da pesquisa e seus objetivos, comporta quatro capítulos a seguir. O capítulo inicial possui três segmentos, o primeiro aborda aportes teóricos e conceitos básicos no âmbito dos estudos feministas e estudos de gênero, expondo a conjuntura de inauguração da transição epistemológica dos estudos de mulheres para “gênero”; o segundo que fala de corpo e sua relação com a construção de gênero e da identidade materna; o terceiro demonstra que o gênero, bem como a maternidade, estão engendrados às relações de poder e assim faz reflexão sobre o poder nas perspectivas dos teóricos Foucault e Bourdieu e por fim identifica que o poder que se consubstancia em empoderamento feminino das mulheres mães pesquisadas é o poder na perspectiva foucaultiana.

O segundo capítulo possui dois segmentos, o primeiro aborda a problemática da maternidade, recapitulando os principais fatores do processo histórico responsável pela construção da família tradicional e do ideal de maternidade e suas multifaces. Na sequência, o segundo segmento aborda como as ideias feministas debateram a maternidade e tentaram dar respostas aos conflitos e percalços que as mães enfrentam, alterando alguns percursos através de força política contestatória e ressignificando verdades pautadas nas diferenças.

No terceiro capítulo, serão expostos os percursos metodológicos vivenciados durante todo o período de pesquisa, no primeiro tópico os questionamentos realizados por mim enquanto pesquisadora, e no segundo tópico a construção do objeto pesquisado e as escolhas traçadas para coletar dados tanto por observação participante, como pelas entrevistas semi-estruturadas.

No quarto capítulo estão os dados coletados e as análises e interpretações a partir deles, no primeiro segmento o relato tanto da trajetória das observações participantes realizadas nas diversas

recebimento de uma variedade de arquivos de mídia: fotos, vídeos, documentos, compartilhamento de localização e também textos e chamadas de voz e vídeo (WHATSAPP.COM).

atividades entre as mães, e a construção do perfil dos grupos de mães e seu envolvimento com as questões de maternidade. No segundo tópico constam os processos de elaborações e execuções das entrevistas, bem como as análises destas identificadas nas categorias analíticas de formação da identidade mãe, no processo de empoderamento da maternidade e na divisão sexual do trabalho e sua interferência na maternidade.

2 GÊNERO EM CONSTRUÇÃO: as perspectivas feministas sobre gênero e a maternidade na construção social do corpo e de um marcador identitário de poder

Neste capítulo inicial será abordada a trajetória da mudança dos estudos sobre mulheres para os estudos de gênero e toda a efervescência das discussões feministas sobre essa estratégia epistemológica. Em seguida, serão evidenciadas as construções sobre corpo e as relações de gênero ligadas a isso. Também serão abordadas as concepções sobre as perspectivas de poder de Pierre Bourdieu e de Michael Foucault e a constituição de conceitos de gênero a partir do pensamento dos autores, inclusive compartilhando da lógica de Foucault para pensar o empoderamento das mulheres-mães na conjuntura pesquisada.

2.1 A construção social do gênero e do sexo: o debate político e o ganho epistemológico

Ao abordar a construção histórica sobre a maternidade, o estudo considera esta do ponto de vista relacional, marcadora de gênero e envolta em relações de poder, assumindo, assim, uma abordagem teórica construcionista de corpo e maternidade, e considerando os discursos conservadores que moldam a concepção de família estruturada na submissão feminina. Apreciando a intermediação entre as sujeitas da pesquisa e as estruturas sociais as quais estão inseridas, a pesquisa se utiliza primordialmente das teorias feministas e dos estudos de gênero como categoria analítica, entendendo a maternidade e o gênero como construções sociais moldadas em meio as relações de poder.

As relações de poder são elemento chave para compreensão das relações de gênero que permeiam o universo da maternidade, assim como as teorias feministas que oferecem suporte reflexivo e algumas respostas às controvérsias do universo feminino. Ao colocar o gênero em sua agenda, a teoria feminista passa a discutir o pessoal como político e assim no desvendar das subjetividades das mulheres no campo privado, as identifica como peça-chave nas mudanças das estruturas familiares. A partir das conquistas e autonomia das mulheres, surgem novos tipos de maternidades e famílias, dentre elas, uma em que a relação mãe e filho/a está no topo de uma nova hierarquia familiar, fazendo ressurgir um modelo de maternidade que resgata o papel de nutriz da mulher como sua ferramenta de poder. Ao refletir sobre a maternidade como instância de empoderamento feminino, busca-se primeiramente na teoria sociológica, a construção das relações

de gênero que legitimam as práticas maternas como produtoras de poder e dominação (OKIN, 2008; CASTELLS, 2002; BADINTER, 2011).

Mesmo sendo as relações de dominação um dos temas primordiais da sociologia, os clássicos não incluíam as mulheres como categoria central de análise⁵, e quando eram objeto de estudo, não se abordava os percursos de diferenças entre homens e mulheres, mas sim aspectos da organização social, restringindo-se a análises genealógicas. A invisibilidade das mulheres e a marginalização da produção feminina não foi problematizada e as análises eram marcadas pelo viés etnocêntrico, que absorve do meio social determinações de dominação masculina, dando legitimidade ao conhecimento científico (MARIANO, 2008).

Considerando que, historicamente, a ciência moderna clássica não se preocupou em atender os interesses emancipatórios das mulheres e invés disso as colocou na posição de objetificadas e submissas do saber, a proposta de uma ciência feminista vem como um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista de gênero, propondo fundamentar uma epistemologia que fundamenta a práxis política, desconstruindo a concepção de neutralidade na Ciência Moderna. Assim, começou-se a perceber uma crise no campo científico das ciências sociais, com rupturas do mundo pós-guerra e o esgotamento de dogmas intelectuais até então inquestionáveis como: marxismo, funcionalismo e estruturalismo. Como consequência, a pesquisa social se afastou um

⁵ Os clássicos da sociologia ao abordarem a família, adotaram uma perspectiva minimamente acrítica sobre a subordinação feminina. Preocupado com a superioridade da sociedade sobre o indivíduo, Durkheim sustentou a ideia de coesão social baseada em um grau de consenso e solidariedade. Junto a isso, observava a importância da soberania do Estado sobre a família e destacava a importância das normas sociais para favorecer a estabilidade das instituições sociais, dentre elas, o casamento, mais importante para a permanência do coletivo do que para os desejos individuais (DURKHEIM, 1993). Evidencia-se na preocupação de Durkheim em manter a ordem social pela instituição social familiar, a legitimidade da subordinação feminina, se restringindo à perspectiva masculina e não abrindo brechas para pensar e incorporar a situação feminina no âmbito privado. Os limites no tratamento dos fenômenos sociais que envolvem questões de gênero são também vigentes em Marx, que só reconheceu a condição das mulheres enquanto classe oprimida quando esta coincidiu com a economia, ao focar na classe social e não considerar o gênero e a subordinação feminina, exceto em seu trabalho com Engels, em que é corroborado que a primeira manifestação de propriedade privada é a da submissão da mulher ao homem, assim como a primeira opressão de classes é a da opressão do sexo feminino pelo masculino, bem como a primeira divisão do trabalho da humanidade é a que se dá entre o homem e a mulher em função da procriação dos filhos. Essa função biológica é responsável também pela organização de papéis de gênero, em que na estrutura binária coube à mulher a imanência do biológico, o que não foi provocado por incapacidade da mulher, mas pela necessidade dos cuidados com o bebê (MARX & ENGELS, 2000). Outro ponto reforçado de forma mais crítica por Engels, é a afirmação que o primeiro antagonismo de classes é o que ocorre entre o homem e a mulher na monogamia (ENGELS, 1984). Já Weber contribuiu mais ao abordar o conceito de poder patriarcal como um sistema de normas baseado na tradição, quando as decisões são tomadas de uma determinada e única forma, pelo homem detentor de autoridade. Essa autoridade patriarcal possui como elementos básicos a obediência ao senhor, o poder inquestionável da autoridade paterna e a devoção à tradição. Sendo as relações de poder nesse tipo de dominação, fundamentadas na autoridade pessoal do pai da família garantida pela sujeição pessoal dos demais membros. Ao tratar da subordinação da mulher, Weber (1996) afirma que as mulheres compartilhavam de autoridade quando colocadas como ferramentas econômicas, provendo alimentos pelo cultivo da terra e processamento de seus produtos, ressaltando o funcionamento da divisão sexual do trabalho na família patriarcal (WEBER, 1999).

pouco de seus fundamentos teóricos tradicionais e se apegou à sensibilidade da valorização do sujeito e da ação social (SARDENBERG, 2007; ARÓSTEGUI, 2006).

Com essa situação, a crítica feminista das ciências naturais e sociais identificou e descreveu uma ciência malconduzida, distorcida pela visão masculina e preconcebida na elaboração da problemática, nas teorias, conceitos, métodos de investigação, observações e interpretações dos resultados. Estando o sexismo enraizado na ciência e obscurecendo o conhecimento, o movimento de mulheres cria oportunidade de perspectiva ampliada, gerando mais cientistas e maior propensão para reconhecer a predisposição androcêntrica da ciência feita exclusivamente pela perspectiva masculina e não-feminista (HARDING, 1993).

Segundo Rago (1998) o feminismo não só produz uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também a constituição da epistemologia feminista com um aporte feminino diferenciador, ou um projeto feminista de ciência. Tanto há denúncia do caráter particularista, ideológico, excludente, racista e sexista de pensar o saber de padrões normativos científicos impregnados por valores masculinos, como há o rompimento com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários pressupostos de pesquisa científica, propondo uma nova relação entre teoria e prática, sem a pretensão de ser a única possibilidade de interpretação, através de uma articulação que construa uma nova linguagem, a partir das premissas, subjetividades e experiências das próprias mulheres.

Inicialmente engajada em formular uma prática política cientifizada, a intenção da crítica feminista era não só legitimar as mulheres como objeto de investigação científica e sujeitas do conhecimento, como também romper com a ideia da exigência de uma suposta neutralidade. A possibilidade de avançar teórico-metodologicamente na teoria feminista com a construção e teorização de uma ciência em torno das relações de gênero, deu às reflexões e investigações feministas um objeto teórico. Ao inserir o gênero, a construção de uma epistemologia feminista tem maiores fronteiras e conseqüentemente maior possibilidade de análise, sem invalidarem a relevância dos achados científicos tradicionais (SARDENBERG, 2007).

Preenchendo as lacunas sobre a questão na teoria sociológica, feministas se utilizaram da abordagem do patriarcado de Weber (1999) e buscaram explicar as desigualdades de gênero, observando que tal subordinação feminina ocorre devido à necessidade de uma dominação masculina. Essa necessidade, para essas teóricas, estava localizada na reprodução e na sexualidade das mulheres. Porém, teóricas feministas que consideravam o lado histórico criticavam tais características por estas terem caráter físico e, portanto, remeterem a um corpo universal para todas

as mulheres, além de não explicar o que a desigualdade de gênero teria a ver com outras desigualdades, não considerando a historicidade do gênero e sua construção sociocultural (SCOTT, 1995).

As feministas que se articulavam mais com as ideias marxistas, tanto absorvendo as contribuições destas como acoplando suas ideias, explicaram a subordinação feminina pela economia capitalista, na sua forma de reproduzir a divisão social do trabalho. E por ventura, foram criticadas por reduzirem o gênero exclusivamente à causalidade econômica (SCOTT, 1995).

Em meio ao processo de críticas e construção das teorias feministas, o termo gênero surge quase substitutivo aos estudos sobre mulheres e o gênero passa a ser desenvolvido como uma categoria de análise, enfatizando o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade e conotando mais neutralidade (os estudos sobre mulheres são também estudos sobre homens). Com o gênero como categoria analítica, seu uso dissocia-se da política ativista do feminismo e se ajusta à terminologia científica das ciências sociais, configurando-se como uma forma de atingir melhor notoriedade e legitimidade acadêmica. Também, os estudos passam a abordar a compreensão de que as desigualdades de poder se organizam nos eixos raça e classe, junto a gênero (SCOTT, 1995).

No Brasil, para Rago:

...a categoria do gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais. Neste caso, a dimensão sexual. O sexo participou indubitavelmente e de forma central na construção histórica de nossa identidade pessoal e coletiva, especialmente no Brasil, mas foi por muito tempo colocado à margem na leitura das práticas sociais. A desconstrução dos mitos fundadores, acredito, passa pela leitura do gênero de sua própria produção, ao lado de outras dimensões, é claro. Mas, fundamentalmente, é importante que possamos perceber a construção das diferenças sexuais histórica e culturalmente determinada, desnaturalizando, portanto, as representações cristalizadas no imaginário social (RAGO, p. 93, 1998).

Os estudos feministas passam a colocar na agenda uma nova categoria de análise, “gênero”, que levanta muitas novas questões sobre distinções prévias entre as esferas pública e privada. O gênero como a institucionalização social das diferenças sexuais, é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas (OKIN, 2008). Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os estudos feministas dos estudos de gênero, o primeiro, cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo das/e pelas mulheres, e o segundo, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional (SCOTT, 1995).

O campo teórico que se passa a investir vai se transformar ao deixar de lado a preocupação com a centralidade da sujeita mulher adotando a relacionalidade e ampliando os/as sujeitos/as de análise, que passou a contemplar também os homens. O/a sujeito/a passa a ser considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido/a em campos de complexas relações sexuais e étnicas. Ao se deslocar o foco da “sujeita mulher”, pensa-se que esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas sim como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos instituintes (RAGO, 1998).

O conceito de gênero ganha discussão maior com Scott (1995), que entende gênero como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também uma forma primeira de relações de poder, sendo assim uma construção social e histórica dos sexos. Scott (1995) leva em conta a existência de diferenças entre os corpos sexuados. O que a interessa são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas.

A teorização de gênero é desenvolvida por Scott (1995):

(...) o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas (SCOTT, 1995, p. 88).

O gênero passou a ser uma categoria relacional e política. Não mais baseado nas diferenças biológicas ou naturais, o gênero foi desnaturalizado. Foi revisada a ideia binária de dois sexos e dois gêneros. O gênero passou a ser entendido como relação, primordialmente política, que ocorre num campo discursivo e histórico de relações de poder (SCOTT, 1995).

Já Butler (2008, p. 59), argumenta que gênero “*é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser*”. Ou seja, traz uma nova concepção de gênero como um conjunto de normas legitimadas, repetidas e instituídas sobre o corpo até gerarem uma certa aparência de pessoa socialmente e culturalmente aceita ou mesmo não aceita.

Para Butler (2008), não só o gênero é uma construção social, como também o sexo. Da mesma forma defende Fausto-Sterling (2002), ao dizer que as crenças sobre o gênero afetam todo

tipo de conhecimento que se tem sobre o sexo. Os sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos vêm misturados em nossas ideias sobre gênero.

2.2 O corpo como disputa de identidade: a universalidade da igualdade e a multiplicidade das diferenças

Segundo Fausto-Sterling (2002), nos anos 1970 foi comum que os feminismos ignorassem a questão do sexo, concebendo o corpo não como uma essência, mas como um suporte vazio que é preenchido e tornado aculturado pelo discurso e pela performance, eliminaram a identificação com a biologia em uma reação à associação patriarcal de que a mulher seria unicamente seu corpo e seu sexo. Fausto-Sterling (2002) afirma que colocando a problemática do corpo em conflito potencial com os interesses das mulheres, outros estudos feministas passaram a historicizar a problemática do corpo, do sexo e da reprodução feminina. Algumas teóricas feministas passaram a defender que gênero é algo cultural, separado da parte biológica do sexo, mas ao mesmo tempo afirmavam uma diferença sexual em funções cognitivas e de comportamento entre o masculino e o feminino. Nessa lógica, a diferença natural se confunde com a diferença social. Na cultura ocidental, as fronteiras entre natureza e cultura são fortemente marcadas, o que tem relação estreita com a dominação e exploração da mãe/mulher, mas hoje observa-se o uso ideológico da biologia, não pretendendo existir fora da história (FAUSTO-STERLING, 2002).

Progressivamente, ao pensar de maneira ortodoxa⁶, algumas feministas relutaram em aceitar tal reviravolta epistemológica, por entender que o desfoco dos estudos de mulheres para os estudos de gênero signifiquem uma perda, no sentido político, para a identidade mulher e uma desordem das identidades sexuais, denunciando a importância de se preservar a identidade feminina, há muito apagada, como forma de insistir na agenda política feminista. Os feminismos, por volta dos anos 1980, ao mesmo tempo em que ignoravam o sexo, insistiam em destacar uma diferença sexual puramente biológica entre homens e mulheres, apresentando o corpo como fonte direta das diferenças de gênero (CONNEL & PEARSE, 2015).

Esse consenso de ignorar o sexo reforça a visão de que os corpos estão separados da subjetividade dos indivíduos, causando fenômenos mentais e sociais, como se o sexo biológico não tivesse qualquer relação com a construção da identidade dos indivíduos. Connel e Pearse (2015)

⁶ As feministas consideradas ortodoxas são as que seguem uma vertente radical do pensamento feminista e suas perspectivas serão melhor abordadas no capítulo seguinte.

respondem a isso afirmando que os corpos são afetados por processos sociais, o que consiste em dizer que os corpos crescem e funcionam por influência de diversas atividades que realizamos e que são estruturadas pelo gênero, como exemplo, comidas, costumes, trabalho, esporte, entre outros. Então, não há como pensar em arranjos sociais de gênero como mero efeito que flui de propriedades do corpo, esses arranjos precedem o corpo, formando as condições em que este se desenvolve (CONNEL; PEARSE, 2015).

As autoras evidenciam o seguinte:

Então, corpos não podem ser entendidos apenas como objetos do processo social, tanto simbólico quanto disciplinar. São participantes ativos do processo social. Participam por meio de suas capacidades, desenvolvimento e necessidades, por meio de sua resistência e de orientações definidas por seu prazer e suas habilidades. Corpos compartilham da agência social, da geração e definição dos caminhos da conduta social (CONNEL & PEARSE, 2015, p. 98).

Em contraponto, as feministas ortodoxas defendem a ideia de que não há uma distinção consistente entre a mente e o corpo e criticam esse dualismo. Nossa corporificação explica nossa subjetividade. O corpo e a mente constituem um mesmo elemento, compõe as pessoas e o mundo e usa a linguagem ativa para descrever a incorporação do gênero como algo dinâmico ao longo do tempo. Isso refuta a visão feminista radical sobre corpo e gênero (CONNEL & PEARSE, 2015).

A separação entre o corpo e o indivíduo que lhe dá forma e entre o corpo e o mundo que o acolhe, seu deu com a nascente sensibilidade individualista moderna das sociedades ocidentais, representada pelo conhecimento biomédico. Em sociedades individualistas, o corpo é o elemento que interrompe, o elemento que marca os limites da pessoa, onde começa e acaba a presença dos indivíduos. Já nas sociedades tradicionais e comunitárias, o/a sujeito/a e o corpo são indissociáveis, o corpo não existe como elemento de individualização, porque ninguém se distingue do grupo (LE BRETON, 2007).

Esse aspecto individualista é levantando nas muitas reivindicações políticas feministas contemporâneas, em frases como “meu corpo, minhas regras”. Isto faz pensar que há uma separação da sujeita mulher de seu corpo, mas sendo o corpo uma realidade mutante de uma sociedade para outra, este não é uma coleção de órgãos arranjados segundo leis da anatomia e da fisiologia. É uma estrutura simbólica, superfície de projeção passível de unir as mais variadas formas culturais, está inserido numa rede complexa de correspondências entre a condição humana e a natureza ou cosmo que o cerca. Então, o corpo da mulher é também a mulher (LE BRETON, 2007).

Dentre as diversas contribuições sobre corpo, as perspectivas sociológicas pensam que os indivíduos não são produto do corpo, eles produzem as qualidades dos corpos na interação que estabelecem uns com os outros e na imersão do campo simbólico, nesse sentido a corporeidade é socialmente construída. As representações do corpo são representações da pessoa. Quando mostramos o que faz a mulher e o que faz o homem, os limites, a relação com a natureza ou com os outros, revelamos o que faz a carne. O corpo explica a si mesmo, ele é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com a pessoa que encarna. Portanto, o corpo não só é produto da determinação da natureza, como também carrega uma construção social e cultural simbólica (LE BRETON, 2007).

Foucault (1979), ao tratar corpos generificados como produtos de práticas disciplinares, visando a ideia de que corpos são “dóceis” e como a biologia é descartada em relação à disciplina social, mostrou como os sistemas modernos de conhecimento dividiram as pessoas em categorias e como estas se entrelaçam com técnicas de disciplina social que policiam seus corpos. Como objeto de relação que Foucault chamou de *pouvoir-savoir* – poder-saber – que constituem ações corporais e formas de sujeito, o corpo é moldado por base em diferentes tecnologias historicamente elaboradas.

A construção do ser humano como sujeito subjetivo só é possível pelo corpo, sendo o corpo um ente físico e concreto. Para Foucault o corpo é matéria física, não inerte, ele é transformável por técnicas disciplinares, moldado pelas relações de poder, por uma biopolítica. O corpo não é “constituído pela universalidade das vontades. Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 82). O poder penetra no corpo e se expõe nele.

Foucault colocou o corpo e os processos de subjetivação em um campo de luta entre o controle e as resistências ao controle:

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: 'Fique nu..., mas seja magro, bonito, bronzado!' A cada movimento de um dos adversários corresponde o movimento do outro. É preciso aceitar o indefinido da luta (FOUCAULT, 1979, p. 83).

Rejeitando as ideias que assumem que diferenças sociais são causadas por diferenças corporais, pensamos os corpos como construídos socialmente e ainda assim não podemos dispensar

o biológico em detrimento do social, nem o social em detrimento do biológico. Pensando o gênero em sua relação com o corpo, seria uma forma específica do que Connel e Pearse (2005) definiram como corporificação social:

Simultaneamente, corpos são objetos e agentes das práticas sociais. Os mesmos corpos, ao mesmo tempo, são ambos. As práticas em que os corpos são envolvidos formam estruturas sociais e trajetórias pessoais, o que, por sua vez, fornece condições para novas práticas nas quais os corpos são envolvidos. Processos corporais e estruturas sociais se conectam pelo tempo. Somam-se ao processo histórico no qual a sociedade é corporificada e os corpos são arrastados para a história (CONNEL & PEARSE, 2015, p. 112).

Assim, quando se fala que o gênero envolve práticas sociais, dentre elas as que envolvem as capacidades dos corpos, pensa-se nas relações sexuais, nos cuidados com crianças, parto e maternidade em geral. Portanto, para se pensar o gênero, deve se pensar o corpo e assim existe um aspecto paradoxal. As capacidades reprodutivas dos corpos humanos que estão relacionadas ao social, são processos de gênero que constituem a arena reprodutiva da vida social, ponto de referência dos processos de gênero, mas não necessariamente engloba tudo o que gênero significa (CONNEL & PEARSE, 2015).

Considerando que a reprodução se passa no corpo das mulheres e sendo o corpo um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem são as pessoas, este é usado por alguns feminismos como fundamento para a identidade, a exemplo da identidade sexual. Inevitavelmente ligado à figura da mulher-mãe, o corpo concentra uma problemática nos estudos de gênero. Não há como ignorar a questão biológica quando se fala em maternidade, o que faz pensar sobre a importância de visar o corpo e identificar possibilidades e riscos das ideias essencialistas formuladas não só pelo senso comum, como também por teóricas do feminismo. Tal tensão ilustra uma concepção essencialista da identidade e evoca certa fixidez, envolvendo reivindicações sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário. Assim, a maternidade à qual é evocada por feministas tidas por ortodoxas seria um exemplo de identidade biologicamente fundamentada ou uma identidade biocultural (WOODWARD, 2000).

Entretanto, a identidade é relacional e está associada à diferença, principalmente quando se pensa as discussões feministas diversas e corpos que não são universais, e tal diferença é estabelecida por uma marcação simbólica a outras identidades. Com isso, a identidade também pode ser afirmada pela verdade cultural ou histórica de um passado partilhado. A identidade social de mulher é construída pela forma como os movimentos feministas a negociam ou como as próprias mulheres a agenciam individualmente. O apego das posições particulares talvez seja um dos

porquês de os feminismos radicais ainda estarem preocupados em sustentar a fixação de um único sujeito no feminismo, se utilizando da diferença para contestação política (WOODWARD, 2000).

Pierucci (1990) entende que a focalização na diferença é um critério para entender o processo de racionalização dos imaginários sociais, porém vê a diferença dita enfaticamente no campo ideológico como uma cilada para os novos movimentos sociais. Defender as diferenças sobre uma base igualitária implicaria dificuldades em termos práticos, tendo em vista que sendo um discurso palatável aos defensores da família tradicional, que se utilizam justamente da diferença para desencadear discriminações e desenvolver sua consciência interna, podem interpretar tal diferença da forma como lhes convém. A direita conservadora não se convence da consistência lógica e prática da adesão de se pensar as diferenças. Já a noção de igualdade para estes seria muito mais ameaçadora, pois é radicalmente incompatível com suas concepções de vida em sociedade e com seu apego a um passado de ordem e privilégios (PIERUCCI, 1990).

Mas porque a identidade é tão afirmada no movimento feminista? Porque ainda é importante? Segundo Woodward (2000), a cultura ao moldar identidades e subjetividades, faz com que se estabeleçam sistemas simbólicos que irão fornecer novas formas de dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. Os grupos marginalizados reagem com o apelo a uma reafirmação de suas origens, seja étnica, biológica ou cultural, fundamentada como uma verdade fixa, que precisa ser constantemente restaurada como uma ideia partilhada, uma característica que os difere.

É nesse sentido que feminismos diversos ressaltam a importância de se considerar as identidades formadas por diferenças, e a reprodução feminina aparece no cerne da produção da desigualdade sexual, pilar da diferença entre corpos femininos e masculinos, sendo os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie o que derivam características que proporcionam a dominação masculina sobre as mulheres. Ao ressaltar a diferença de que pessoas nascidas biologicamente com o sexo feminino compartilham uma condição que está ancorada em aspectos biológicos, da qual se deriva uma identidade, percebem o corpo como centro de onde emana e de onde converge a opressão e a desigualdade sexual. Assim, as vertentes feministas radicais se utilizam a categoria mulher para além de classe e raça, sendo os corpos femininos pré-condição para a permanência da opressão patriarcal (PISCITELLI, 2002). Entretanto, o caráter universalizante e a-histórico dessa linha de pensamento a coloca como engessada e distintiva da opressão.

Butler (2008) argumenta que o feminismo encontra um problema político quando foca no termo “mulher” ou “mulheres” como forma de fortalecer a representatividade das reivindicações, detonando haver uma identidade comum e presumindo uma forma singular de opressão e hegemônica de patriarcado. A ideia de identidade para esses feminismos é, segundo a autora, equívoca, já que se separa dos demarcadores de classe, raça, etnia e outros. Butler (2008) questiona a ideia de haver uma região do “especificamente feminino”, diferenciada do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta das mulheres, propondo que a desconstrução da identidade mulher não significa acabar com os objetivos políticos do feminismo e sim repensar os/as sujeitos/as para que os feminismos não caiam na armadilha de excluir e reprimir quem estão buscando representar.

A sujeita mulher ganhou ênfases diversas em sua utilização nos estudos de gênero, isso perpassa tensões em termos de prática política feminista. Surge então um conflito teórico quando se passa a falar de transgêneros na teoria feminista e na teoria *queer*, em que se passa a adotar uma posição anti-identitária. A categoria gênero aparece como forma de desnaturalizar diferenças sexuais, por isso, considerada mais apropriada e estratégica para entender as relações.

A partir do momento que gênero surge como categoria analítica, podemos perceber que a vida em sociedade é organizada em torno da distinção dos gêneros e não conseguimos identificar precisamente quando e de que forma um corpo com vagina define comportamento diferenciado de um corpo com pênis. Sendo, possivelmente, uma das primeiras verdades construídas, o gênero é a base com a qual a sociedade organiza suas atividades, seja no esporte, no cinema, na música, na ciência, nas artes, entre outros. As definições do que é masculino e do que é feminino estão imbricadas em todos os arranjos da vida social, o que emana uma falsa ideia de naturalidade.

Nessa lógica, o gênero molda corpos e identidades que, por sua vez, se constituem sufocantes aos indivíduos, é nesse ponto que feminismos mais atuais adotam a postura anti-identidade. Há então um conflito entre os feminismos que defendem a identidade e os que a apontam como ultrapassada, uma noção do século XIX, num mundo urbano e industrial, surgindo a partir da preocupação de identificar o indivíduo na multidão (GARCIA, 2015).

Os feminismos que se preocupam em afirmar as identidades, denunciam que ao se pensar o gênero, não se pode negar que o gênero feminino é alocado bem mais próximo de uma ideia de natureza, passiva e emocional, enquanto o gênero masculino está mais atrelado à cultura, ao que é ativo e racional. Nesse sentido, entendo que feminismos mais radicais insistam em ressignificar a identidade feminina como estratégia política e protagonista no feminismo, diante do apagamento

político de questões que afastaram o corpo da construção social de gênero. Pensar os corpos de mulheres e as construções feitas a respeito deles não refuta as posições políticas anti-identitárias, mas as identidades ainda perpassam a realidade. Tudo é importante, tudo é possível, os estudos de gênero são complexos porque temos que dar conta de uma complexidade de sujeitos/as em situações específicas e similitudes diversas.

O que não se pode permitir é o foco de uma fixidez para o gênero e, portanto, para os feminismos e identidades, pois sendo os corpos agentes de práticas sociais e envolvidos na construção do mundo, há a possibilidade de se pensar as identidades e os marcadores identitários que operam em conjunto na história e que podem refazer o mundo social. O gênero como um sistema de relações é criado no processo histórico e pode desencadear em mudanças, isso refuta a visão radical de pensar em um único indivíduo fixo e protagonista e ao mesmo tempo a falha de não se incluir os corpos e a arena reprodutiva na agenda.

2.2.1 A socialização dos corpos e a construção da maternidade

Reconhecendo a corporificação social, a reivindicação dos feminismos radicais considera a socialização que os indivíduos tiveram durante toda a vida, como princípio fundamentador do gênero. Como propõe Bourdieu (2010) ao falar da “eternização do arbitrário”, em que debate a ideia de que as condutas esperadas por cada um dos gêneros são trabalho de eternização da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes, realizada pelas instituições família, igreja, escola, esporte e jornalismo.

Quando meninas, as mulheres internalizam ideias e valores, tais como a maternidade como a parte mais importante da vida da mulher, sendo difícil escapar desse destino, independente de classe ou raça. Em casa lhe dão bonecas para cuidar, panelas de brinquedo para cozinhar e ensinam-lhe brincadeiras que reforçam à calma e a domesticidade, enquanto aos homens lhe dão carros e armas e lhe incentivam a brincar com correria e agitação. Segundo Belotti (1987) as brincadeiras das meninas são ritualísticas, repetitivas e obsessivas, subtendendo-se que elas não têm sonhos sobre o futuro a não ser sobre o amor, a maternidade e uma casa para arrumar. As meninas que não se encaixam nas demandas de brincadeiras consideradas femininas, são reprimidas quando demonstram “grande vitalidade, virtuosismo ou mobilidade consideradas excessivas” (BELOTTI, 1987, p. 82). Com essa socialização diferenciada, percebe-se a influência dos condicionamentos

sociais na formação do papel feminino desde a pequena infância, sendo que as construções de identidade de gênero e desigualdade de sexo são geralmente confundidas (BELOTTI, 1987).

Para Moreno (1999) o que constitui o marco de referência do nosso eu é que possuímos uma imagem do que somos e do que nos tornamos por meio de influências da ciência e da ideologia de nossos tempos. Tudo o que fazemos e como nos comportamos sofre influência da imagem que temos de nós mesmas. Construimos essa imagem a partir dos modelos que a sociedade oferece. Portanto, é a sociedade e não a biologia quem determina como devemos ser e nos comportar, determinando nossas possibilidades e limites. Se as condutas consideradas masculinas e femininas fossem espontâneas, naturais e predeterminadas por impulsos biológicos, não seria necessário educar tão minuciosamente os indivíduos em todos os aspectos diferenciais possíveis, bastaria deixar que a natureza agisse. Não haveria a necessidade de dar bonecas e domesticar meninas se um instinto materno realmente existisse. Segundo Moreno (1999), a escola tem influência fundamental da formatação dessas identidades:

A escola colaborará eficazmente no esclarecimento conceitual do significado de ser menina e fará o mesmo com o menino. Não o fará, porém, sempre de maneira clara e aberta, mas na maioria das vezes de forma dissimulada ou com a certeza arrogante daquilo que, por ser tão evidente, não necessita sequer ser mencionado nem muito menos explicado. As atitudes, o que está implícito, os gestos atuam da mesma maneira que a propaganda subliminar, usada às vezes de maneira subversiva no cinema e na televisão, emitindo mensagens das quais não somos conscientes, mas que são muito mais eficazes que as explicitadas e têm a vantagem de não precisar ser pensadas nem justificadas (MORENO, 1999, p.16).

Por isso há feminismos que pensam valorizar a identidade, inclusive a identidade feminina, porque a ideia de que o gênero feminino está mais relacionado ao natural ainda está presente no imaginário social e contestável em muitos estudos científicos, inclusive feministas. A exemplo disso, a psicóloga junguiana Estés (2014), ao observar as semelhanças entre lobas e mulheres, principalmente quanto aos cuidados com os filhotes e filhos/as, desenvolveu a ideia de uma natureza psicológica instintiva e inconsciente evocada através do arquétipo de uma Mulher Selvagem, que consistiria nos instintos naturais que criaram as facetas da feminilidade.

O arquétipo versa na ideia de que as mulheres detêm um parentesco antigo de um feminino selvagem que pode ser reativado e revitalizado como uma forma de lembrar à estas da substância a qual são feitas e do verdadeiro lar a qual pertencem, a natureza. Como uma lembrança soterrada pelo excesso de domesticação e pela cultura que a cerca, a natureza selvagem encontra as mulheres em vários momentos de sua vida.

Quando as mulheres reafirmam seu relacionamento com a natureza selvagem, elas recebem o dom de dispor de uma observadora interna permanente, uma sábia, uma visionária, um oráculo, uma inspiradora, uma intuitiva, uma criadora, uma inventora e uma ouvinte que guia, sugere e estimula uma vida vibrante nos mundos interior e exterior. Quando as mulheres estão com a Mulher Selvagem, a realidade desse relacionamento transparece nelas. Não importa o que aconteça, essa instrutora, mãe e mentora selvagem dá sustentação às suas vidas interior e exterior. Portanto, o termo *selvagem* neste contexto não é usado em seu atual sentido pejorativo de algo fora de controle, mas em seu sentido original, de viver uma vida natural, uma vida em que a criatura tenha uma integridade inata e limites saudáveis. Essas palavras, *mulher e selvagem*, fazem com que as mulheres se lembrem de quem são e do que representam. Elas criam uma imagem para descrever a força que sustenta todas as fêmeas. Elas encarnam uma força sem a qual as mulheres não podem viver (ESTÉS, 2014, p. 20-21).

Apesar do que relativiza Estés, a ideia de mulher vista pela sua condição essencialista de fêmea reprodutora faz associações problemáticas, e isso foi criticado e contextualizado inicialmente por Beauvoir (2016):

A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. "A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades", diz Aristóteles. "Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural". E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser "ocasional" (BEAUVOIR, 2016, p.10).

Recusando-se a definir a mulher pela maternidade, Beauvoir (2016) restituiu o biológico como prisão das mulheres, defendendo a liberdade contra a causa natural, e com isso contribuiu para as mudanças de mentalidade, reconhecendo o direito à contracepção e ao aborto. A partir dela, muitas autoras passaram pensar a natureza feminina, como Silva (1969) que vê a associação da mulher ao corpo arriscada porque até mesmo quando se pensa a liberdade da mulher, essa se dá de forma a reduzir seu papel ao ente biológico. Através dos séculos a mulher é vista como corpo receptáculo das exigências do macho, de organismo voltado à propagação da espécie. E isso é condicionado de tal modo que ela só concebe sua liberdade em termos biológicos, ligado ao corpo, ao exercício, direto ou simbólico de suas funções naturais, prestando cumplicidade aos esquemas de opressão feminina, reafirmando que a mulher é coisa de carne, ser da natureza, amarrada e limitada por seus determinantes biológico, enquanto o homem é vontade e transcendência (SILVA, 1969).

Denunciando que, enquanto o homem, ao longo da história da civilização, pôde cultivar e inventar pela inteligência da ação planejada e assim ampliar seu domínio sobre a natureza, pensando e agindo no mundo, transcendendo sua primitiva condição de ente biológico à mercê da natureza, Silva (1969) lamenta que apesar dos avanços científicos no controle da natalidade que transformaram a contingência biológica das mulheres e permitiram que estas pudessem imprimir sua marca no mundo como seres pensantes, continuam se vendo e sendo vistas como um corpo, como pura natureza, uma função sexual e um destino biológico. A partir disso, Silva (1969) se diz contrária a essa associação e defende:

Não é através do sexo que a mulher pode realizar sua independência. Enquanto ela for sexo – ainda que sexo não submetido às injunções da moral tradicional – e o homem for projeto e ação, liberdade voltada para o mundo, ele será sujeito e ela objeto. E o caráter intercambiável dessa condição sela sua sorte: só é livre quem é sujeito (SILVA, 1969, p-69).

Contudo, as mulheres resistem às orientações e internalizações de gênero e a sua redução ao papel biológico, e isso se confirma com a crítica de Connel e Pearse (2015) sobre o uso da socialização para explicar os papéis de gênero, pois para as autoras, a ideia de socialização é monolítica, já que o mundo não consiste em culturas bem homogeneizadas. As culturas são multifacetadas e se modificam com os fenômenos globais. O modelo da socialização em papéis sexuais toma por normativo aquilo que é dominante, pressupõe que os sujeitos/as sejam passivos/as e os/as agentes de socialização sejam ativos/as e reconhece apenas uma dimensão do aprendizado. Ou seja, a ideia de socialização dá a impressão de que as pessoas são marionetes da estrutura e isso as universaliza.

Por não haver conexão fixa entre identidades discursivas e os corpos a que essas identidades se referem, as pessoas têm autonomia diante do que lhes é fornecido pelo gênero. Existe resistência por parte de meninos e meninas em enfrentar definições hegemônicas do gênero e a dificuldade em construir identidades e lidar com padrões de conduta. E isso explica o porquê de muitas mulheres resistirem à maternidade compulsória e aos padrões de feminilidade em geral (CONNEL & PEARSE, 2015). Nem sempre ou quase nunca, as mulheres contemporâneas internalizam o papel da esposa bela, recatada e do lar.

A mudança de enfoque dos estudos sobre mulher para os estudos de gênero representa a busca da compreensão epistemológica das relações entre os gêneros, trazendo o desafio da mudança das abordagens metodológicas. Sendo um desafio do ponto de vista científico, entendo que deve haver um consenso no feminismo em pensar com cuidado, considerando o corpo e a mente, o

natural e o social, o sexo e o gênero. Sendo gênero um termo polissêmico é difícil trabalhá-lo em fins analíticos por estar tão internalizado nas estruturas mentais inconscientes das pessoas, havendo a crença de que tais estruturas sejam de ordem natural, sendo intrincado para se trabalhar, acarretando em conflitos teóricos e políticos. O gênero é tomado como algo dado, as pessoas são reconhecidas como homens e mulheres de forma instantânea, sendo talvez a categoria pioneira a ser impregnada nos indivíduos, esse tipo de concepção binária das identidades, faz ressurgir preconceitos e estigmas diversos (CONNEL; PEARSE 2015). Por isso a importância de pensar todas as complexidades, sendo o gênero diverso e abstruso, os conflitos e debates se fazem consequência, porém é importante pensar todas os corpos na tentativa de compreender todas as reivindicações por identidade, ou negação desta.

2.3 Gênero e relações de poder: perspectivas sobre gênero e maternidade como um marcador identitário de poder

Bourdieu (2010), não trabalhou com o conceito de gênero, propriamente dito, porém, é possível encaixar o gênero como uma consequência do seu conceito de *habitus*⁷, enquanto princípio que gera e estrutura as práticas e as representações sociais que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas pelos/as sujeitos/as, sem haver consciência ou planejamento pensado para funcionarem. É tida por natural a ideia do que seja masculino e feminino, pois o *poder simbólico*, enquanto “poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles/as que lhe estão sujeitos/as ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p.7), faz com que o campo dominante seja beneficiário de um capital simbólico reproduzindo-se, assim, uma polaridade fixa, em que um campo possui poder estavelmente e outro não.

Ao analisar o masculino e o feminino, Bourdieu (2010) diz que a dominação masculina é uma forma de violência simbólica, que está no campo do inconsciente e adquire as formas mais simples de organização do pensamento e da linguagem. Para Bourdieu o gênero seria entendido como uma prática já corporificada nos indivíduos, uma dimensão constitutiva do *habitus* que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, ou dispositivos incorporados, são responsáveis pela produção e reprodução das práticas, pensamentos e percepções de homens e mulheres.

Bourdieu (2010) compreende o poder como algo que implica uma relação de dominação, no caso dos homens sobre as mulheres, e impõe significações como legítimas. Portanto, para a

⁷ Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e representações (BOURDIEU, 1994, p. 61)

concretização da dominação masculina, os dominados devem se integrar inconscientemente, nas formas mais simples de organização do pensamento e da linguagem. As relações de poder são concebidas em uma forma estrutural e negativa e as desigualdades entre dominante e dominado possuem um caráter fixo.

Conforme contesta Mendes (2008) as relações de poder entre os gêneros para Bourdieu estão estruturadas hierarquicamente, para ele, a estrutura é maior que o indivíduo. Mendes (2008) não concebe a dominação masculina como universal e fixa, apontando que existem indicativos de mudanças em seu *status*. Com isso, traz uma concepção positiva sobre mudanças na estrutura, permitindo flexibilidade e fluidez em termos de uma análise relacional sobre as questões de gênero. Nesse sentido, concordo com Mendes (2008), ao se utilizara concepção da microfísica do poder de Foucault (1979) para explicar que existem de fato mudanças no quadro da dominação masculina.

A leitura de poder é diferente em Michel Foucault (1979), para ele, o poder não é só estrutural, nem relacionado só ao Estado ou proveniente deste, não é convencional, ele é exercido em muitas direções, como em uma rede capilar, um espectro, se constituindo por toda a sociedade, concebido como uma estratégia. Sua abordagem de poder é cética sobre a ideia de que há uma agência unificada de poder na sociedade. Em vez disso, o poder para Foucault é amplamente disperso e opera intimamente e de maneira difusa.

Para Foucault (1979), os/as sujeitos/as são capazes de resistir e assim de exercer poder, com isso não existe uma centralidade do poder, e sim uma rede de relações em atividade. Dessa forma, posso entender que o gênero para Foucault seria algo que não se inscreve na fórmula única de homem dominante e mulher dominada e sim que o poder transita nas relações entre ambos.

Então, a dominação concebida pelo binômio dominante-dominado em Bourdieu (2010), não enxerga e considera as práticas cotidianas femininas que se utilizam de estratégias para reverter o que é tradicional e absorver o que é moderno, aplicando mudanças com a inventividade e autonomia das mulheres. Por isso, é mais concebível pensar em Foucault (1979) ao falar sobre as mudanças e permanências das práticas e valores femininos, pois não necessariamente indicam submissão à dominação masculina por não chegar a inverter totalmente a estrutura, mas atuam de maneira dispersa e sutil, se caracterizando em mudanças significativas nas relações de gênero (MENDES, 2008).

Se utilizando dessa concepção de poder, o movimento feminista passa a ressignificar as práticas tradicionais femininas, se apropriando de categorias que são tidas por símbolos de desigualdade de gênero. Com o desenvolvimento do debate de gênero e a expressiva ocupação das

mulheres no mercado de trabalho, o movimento feminista, via o *Woman In Development* (WID)⁸ fala do conceito de empoderamento em especial de empoderamento feminino, na década de 1970. Dentro do movimento feminista, a perspectiva de poder e a estratégia de empoderamento das mulheres é de que estas rompam com a situação de dominação para conquistar espaço nas estruturas econômicas, culturais e políticas da sociedade, ocupando posições de poder. Tal conceito de empoderamento é de interesse de muitos movimentos sociais, organizações não-governamentais e outros atores do campo do desenvolvimento (IORIO, 2002).

O termo empoderamento, vindo do inglês *empowerment* que significa “dar poder”, foi traduzido e ressignificado no Brasil por Paulo Freire no contexto da filosofia e da educação, para explicar o significado de empoderamento cunhado por ele. Freire (1979) utilizou-se de conceitos, como o de conscientização, considerando que conscientização significa “apoderar-se da realidade” (FREIRE, 1979, p. 99), no sentido de apreender a realidade histórica e situar-se como testemunha de sua inserção no mundo. Assim, empoderar-se é também adquirir consciência de sua condição na realidade do mundo.

Freire destaca sua preocupação com um *empowerment* relacionado com as classes sociais, em que a classe trabalhadora na condição de dominada, se empenha na obtenção de poder político, através de suas próprias experiências e sua própria construção de cultura. Sendo assim, considera o *empowerment* muito mais que um advento individual ou psicológico, sendo necessário para o processo de transformação social, indicando um processo político em que as classes dominadas buscam a própria liberdade da dominação (FREIRE; SHOR, 1986). Nesse sentido, a pessoa, instituição ou grupo são empoderados quando realizam mudanças e ações que as fazem evoluir e assim também buscam fortalecer outros indivíduos. No caso das mulheres, se trataria da conquista da liberdade, já que se encontram, muitas vezes, subordinadas a posições de dependências de diversas formas, e assim, almejam empoderar a si próprias e às outras mulheres.

Nas ciências sociais, especificamente ciência política, o conceito de empoderamento veio da ideia de “poder sobre”, que seria uma substância transferível em que quando alguém ganha poder, outro alguém perde, podendo ser delegado de uma pessoa a outra, podendo também ser tirado, sendo então tomável e finito. Tal conceito representou ameaça à dominação masculina, que incomodada interfere na obstacularização do empoderamento feminino (IORIO, 2002). Mas como

⁸ Mulheres em desenvolvimento (em português), é uma organização dedicada ao avanço das mulheres em suas carreiras de angariação de fundos. Através dos seus programas e serviços, bem como a sua rede de apoio e colegial, busca proporcionar às mulheres oportunidades para aumentar a formação profissional e expandir as oportunidades de carreira. O WID se utiliza do empoderamento feminino como um meio que deve levar as mulheres às posições de poder, revertendo em benefícios sociais, econômicos e políticos para as mulheres (IORIO, 2002).

dito, tal poder difere do poder o qual foca Foucault (1979) na micropolítica, no exercício do poder de forma localizada, em que o poder não é finito, ele é relacional, essencial para a existência das relações, é algo que só existe quando é utilizado, constituído numa rede de relações sociais entre pessoas que têm algum grau mínimo de liberdade (FOUCAULT, 1979).

O empoderamento, segundo Iorio (2002) não necessariamente implica na perda total de poder de uns enquanto outros ganham, relacionado à dominação, o empoderamento demonstra que assim como as redes de dominação são múltiplas, as relações de poder também são. Nesse sentido, Iorio (2002) conceitua tipos de poder:

O *poder sobre* como controle que pode ser respondido com resistência ou aceitação; o *poder para* como um poder generativo ou produtivo que cria possibilidades e ações sem dominação, *poder com*, que envolve um sentido de que o todo é maior do que a soma das partes, especialmente quando um grupo enfrenta os problemas de maneira conjunta, e o *poder de dentro*, que é a força espiritual que reside nos indivíduos, sendo base da auto-aceitação e do auto-respeito, significando respeito e aceitação dos outros (IORIO, 2002).

Apesar da palavra ter ganhado as balizas do senso comum e perpassar significados contraditórios, como pressuposto inicial, enxergo nas sujeitas pesquisadas um poder relacional, que permite um circuito de identidade e de criação de autonomia, criando efeitos de vida. As mães pesquisadas detêm poder de decidir sobre a própria vida, se constituindo enquanto sujeitas autônomas, tentando driblar a subalternidade fruto da definição dos papéis de gênero e dos aparelhos ideológicos que definem o campo do que é exclusivamente feminino e do que é exclusivamente masculino, principalmente na família.

Considerando a concepção de poder de Foucault (1979), o empoderamento feminino é o efeito de alterar as estruturas que reduzem as mulheres à posição de subordinada, com a pesquisa foi possível perceber que as mulheres são capazes de constituírem relações em que há possibilidades de avanços através de negociações, estratégias e consentimentos. A maternidade das mulheres é, inclusive, emblemática quando se percebe que ela está envolta em ambiguidades ocasionadas pelas relações de poder que o gênero acarreta. Ao estabelecerem negociações em suas vidas diante das mudanças e conflitos da maternidade, essas mulheres exercem o poder ao escaparem de uma dominação, transformando sua condição em empoderamento.

2.3.1 Maternidade em poder: as perspectivas bourdieuniana e foucaultiana sobre o empoderamento das mães

O tema maternidade tomou proporções de conflito diferentes ao longo dos debates e estruturou oposições teóricas das lutas feministas, ora é tida como um dos pilares do patriarcado, fonte de opressão da mulher, ora locus de poder e autorrealização. Se configurando em meio às relações de poder, a maternidade representa o cuidado com crianças colocado como função exclusivamente feminina, inscrita no âmbito da dominação masculina, empresarial, comercial e estética, ficando a mulher-mãe refém de inúmeras variáveis em seu exercício de maternagem (BADINTER, 1985). Assim, quando se unem a ideias feministas enquanto movimento político e coletivo, é permitida às mães se empoderarem ao engajarem-se na tomada de decisões coletivas e assim permitirem-se a mudanças individuais e isso se configura na maternidade das mães pesquisadas.

Se para Bourdieu, a maternidade exercida de modo tradicional, mais voltada para a domesticidade e de forma intensa quanto às demandas do bebê, representaria a subordinação feminina diante da dominação masculina, para Foucault, a maternidade empoderada recicla tais práticas e as incorpora como micropoder ao subverter a dominação masculina no âmbito familiar, em que as mães ocupam *locus* de resistência e passam a protagonizar um espaço diante da dominação.

Ao acompanhar as atividades dos grupos de mães e analisar seus discursos em prol do empoderamento materno, em que buscam exercer uma maternidade ativa e empoderada, percebi uma ressignificação das práticas cotidianas consideradas tradicionalmente como femininas. Para Bourdieu, esse empoderamento não passaria de uma falácia, em que tais práticas significariam uma volta aos papéis de submissão e encarceramento feminino da mulher no lar e na domesticidade, mas para Foucault, essa maternidade seria de fato empoderada, em que o micropoder das mães consegue subverter a dominação masculina de forma sutil.

Além disso, a maternidade empoderada reflete o conceito do *cuidado de si* de Foucault (1985) em que o sujeito ao desenvolver interesse por si próprio e se ocupar de si mesmo, obtendo domínio sobre si, acaba por constituir o próprio sujeito. A intensidade das relações das mães consigo mesmas, das formas nas quais são chamadas a se tomar a si próprias como objeto de conhecimento e campo de ação se distinguem como uma ação de cuidar da própria alma, para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, e promover a própria salvação (FOUCAULT, 1985).

O pensamento de Foucault faz intersecção com o que pensam feministas da diferença, como Luce Irigaray, Helene Cixous e Julia Kristeva, que se preocupam em resgatar, reinterpretar e valorizar as diferenças e as experiências concretas e simbólicas das mulheres, para que possam se libertar da dominação do sistema falocêntrico (STEVENS, 2005). Para essas feministas, as mulheres-mães devem conquistar sua subjetividade livre e autônoma com a defesa da maternidade como elemento de sua valorização, constituída com novo discurso, a partir da ética humanista dos cuidados com a vida e com o mundo, dando ensejo à valorização da alteridade e do outro, de forma que homens e mulheres passem a se relacionar considerando que são “diferentes”, mas não hierarquizados como superiores ou inferiores (DESCARRIES, 2000).

Distinguindo as diferenças entre homens, as mulheres voltaram à boa mãe natureza em uma grandeza maternal, subestimada e ocultada, desconhecida pelos homens, sendo um privilégio das mulheres que se tornam superiores a seus parceiros, na ideia de que a potência procriadora confere às elas sua humanidade, generosidade superioridade moral, sendo as mães dotadas de virtudes inscritas em seus corpos. Essa abordagem faz parecer que as mulheres são conduzidas pela virtude materna e além de condenar homens, penaliza mulheres que não exercem maternidade, traz uma universalidade que cristaliza, pois contribui para uma visão angelical das mulheres e, ao mesmo tempo, demoniza os homens (BADINTER, 2005).

Como já alertara anteriormente com Pierruci (1999), os feminismos da diferença negligenciam o perigo de satisfazer a imperativos essencialistas conservadores e Beauvoir (2016) conceitua a diferença de modo exatamente oposto a essas feministas, afirmando que a diferença pressupõe um esquema hierárquico, contando com a desvalorização e a inferioridade do “outro”, que seria o “diferente de”, no caso a mulher com útero, vagina, seios e menstruação, que numa lógica de exclusão, a coloca na posição de inferioridade.

Bourdieu estaria em compasso com o que pensam as feministas radicais sobre a ideia de maternidade, como Rich (2010) que a considera, bem como o casamento, instituições que contribuem para que os homens exerçam poder de comandar e explorar o trabalho das mulheres e o controle de sua produção, de forma a interromper social e economicamente suas aspirações criativas, restringindo a satisfação pessoal feminina apenas ao âmbito doméstico do papel de ser mãe e esposa. Para Rich (2010), uma das formas de falsa consciência que serve à heterossexualidade compulsória é a manutenção da relação mãe-filho/a entre mulheres e homens, inclusive a partir da demanda de que as mulheres provenham conforto materno, cuidado, sem

juízos, e compaixão para os homens, seus possíveis molestadores, estupradores e espancadores.

Bourdieu concordaria também com Badinter (2011) que denuncia os novos modelos de maternidade como um modo de regressão da condição das mulheres de forma consentida em nome do amor pelos/as filhos/as, do sonho da criança perfeita e de uma escolha pela maternidade que se tornou moralmente superior. Segundo ela, se antes a resistência dos homens aos papéis igualitários na família contribuía para a permanência da dominação masculina, agora é o bebê e os deveres crescentes para com ele que passam a se tornar mais coercitivo e o maior aliado dessa dominação.

Contudo, a noção micro de maternidade empoderada o qual conceberia o pensamento de Foucault permite pensar graus diferenciados de poder entre homens e mulheres no âmbito doméstico, afirmando uma concepção positiva que se aplica à vida cotidiana imediata das mães marcando sua própria individualidade e identidade. Apesar de persistirem as problemáticas quanto as relações de gênero que envolvem as mulheres enquanto mães, o poder das mães também se mostra e movimenta a estrutura, mesmo não a revertendo. Onde opera a dominação masculina, opera também a mudança feminina (MENDES, 2008).

Para Foucault o poder é intencional e não subjetivo, por isso há uma implicância dos feminismos emancipatórios em usar sua teoria como politicamente útil, havendo o que McLaren (2016) diz ser uma incompreensão de sua noção de poder. As feministas criticam também a ideia de Foucault de poder com um efeito nivelador, e que por transpassar todas as relações o poder não pode ter noção de dominação de gênero ou de qualquer assimetria consistente de poder (McLAREN, 2016).

A afirmação de Foucault de que o poder é não-subjetivo significa que o poder não é possuído por ninguém. Ele não pode ser possuído porque é relacional, mutante, móvel e instável. O poder é não-subjetivo no sentido de que indivíduos não têm poder, no máximo participam dele, essa participação está além do controle do indivíduo, porque ele está emaranhado de uma rede de relações e instituições (McLAREN, 2016).

Há então, mais uma má interpretação de seu conceito de poder já que segundo McLaren (2016) Foucault não acredita que o poder seja exercido igualmente, ele reconhece a desigualdade da distribuição e faz uma distinção entre poder e dominação. Enquanto o poder está sempre sujeito à reversão, os estados de dominação são estáticos, relações de poder ossificadas. As relações de dominação são formações de poder particulares, persistem e podem parecer fixas. Entretanto, os estados de dominação estão sujeitos a reversão através de ação coletiva.

As concepções fixas e radicais trazem uma ideia de poder que limita comportamentos e impõe regras, proibindo certas atitudes e limitando o acesso a coisas e ideias proibidas especialmente através da imposição e aplicação de leis. Além disso, limitam a ideia de Foucault (2009) que entende que o poder está em toda parte, não porque envolve tudo, mas porque vem de todo lugar.

O poder não exclui a liberdade, mas a sugere. Nem a dominação exclui a liberdade, apenas a limita. Então, a liberdade sempre é possível se o poder está em toda parte. Com isso, as mães que assumem um tipo de maternidade, considerada por elas, dotada de poder, e também tidas por submissas de acordo com outras leituras, estão na verdade exercendo seu potencial de resistência feminina ao assumirem o poder em situações de dominância do gênero masculino.

Apesar do estereótipo feminino que o modelo de maternidade pesquisado abrange ser considerado por muitas feministas como prejudicial, Foucault (2009) considera a possibilidade de muitos tipos de estratégias que podem mudar a situação de dominação de gênero, mesmo que genericamente, não revertendo totalmente a dominação. Podendo a resistência individual engendrar mudança coletiva, os interesses feministas podem ser melhor representados se considerarmos uma maior variedade de situações, tanto coletivas como individuais. As mulheres-mães, ao deslocarem as relações de poder através de resistência e reversão, optando por escolhas que julgam a colocarem em uma posição autônoma enquanto mães, mesmo que individualmente, temporariamente ou nem sempre em todos os âmbitos, encerram situações de dominação e aumentam suas liberdades, decidindo bem mais sobre sua vida enquanto mulheres, enquanto mães, sobre suas maternidades e seus/suas filhos/as (McLAREN, 2016).

O poder funciona de modo ambivalente para Foucault, ele tanto tem um lado negativo ao servir à dominação e à normalização; como tem um lado positivo ao criar novas possibilidades e produzir novas ideias, assemelhando-se ao que as feministas chamam de “empoderamento”. Então Foucault acaba servindo de melhor propósito ao feminismo quando ele é útil ao conceito de dominação para explicar o poder do homem sobre a mulher e ao mesmo tempo explica o “empoderamento” como habilidade de exercitar o poder de uma forma não coercitiva, seja ela coletiva ou individualmente. É o que afirma McLaren (2016):

O empoderamento envolve dois aspectos de poder, “poder para” e “poder com”. “Poder para” pode ser pensando como a habilidade do indivíduo de transformar criativamente a situação. “Poder com” refere-se ao aspecto coletivo do poder; de novo, o poder não é coercitivo. Nesse modelo, a habilidade de um indivíduo é realçada, não restringida, pelo poder dos outros do grupo. Além disso, o poder do coletivo é maior que o poder do indivíduo para transformar a situação com

criatividade. O empoderamento é produtivo, criativo, transformador e pode ser individual ou coletivo. Essas duas concepções de poder estão presentes na discussão de Foucault sobre o poder e ambas são necessárias para a teoria e a prática feministas (McLAREN, 2006, p. 60).

Diante de ambiguidades e ambivalências, é importante contextualizar as concepções de maternidade na trajetória dos estudos de gênero e teorias feministas.

3 MATERNIDADE EM CONFLITO: as respostas feministas para as heranças patriarcais na família

Este capítulo é dedicado a abordar a maternidade e toda a construção histórica e social que a envolve. Faço inicialmente um resgate histórico do papel social da mulher dentro da família demonstrando como a maternidade a envolve em problemáticas a serem pensadas e debatidas pelos estudos de gênero. Em seguida realizo uma discussão sobre como o movimento feminista e a teoria feminista trataram a maternidade até percebê-la como uma questão que carece respostas a serem pensadas na conjuntura atual do debate feminista.

3.1 “Ser mãe é padecer no paraíso”: a maternidade entre o confinamento e empoderamento na família

As discussões sobre maternidade que circulam o cotidiano e as instâncias da cultura contemporânea, acabam algumas vezes por fazer associações egressas de um naturalismo substancial, com a concepção de que mulheres carregam qualidades e valores que supostamente encontram-se ocultos dentro de “seu ser” desde que nasceram, e que são despertados a partir do momento em que se tornam mães. Tais atributos são advogados às mulheres como um ideal feminino de mulher enquanto modelo de amor e sexualidade útil para procriação (BADINTER, 1985).

A representação de que toda mulher é uma mãe instintiva e que a maternidade é sempre algo desejado como a realização de um sonho ou de um projeto de vida, é um conhecimento assumido como universal, que incorpora, reproduz e tenciona a maternidade através da dimensão central da dedicação exclusiva e da presença físico-psíquica integral. Tal concepção de maternidade ideal e bem-sucedida pretende uma problemática, podendo acarretar efeitos devastadores no modo como mães e pais são tratados nos cotidianos, além de formar uma expectativa nociva às vidas das crianças envolvidas (BADINTER, 1985).

Alguns desses atributos da mulher enquanto sujeito maternal, paciente, altruísta e benevolente, remetem dos séculos XIII a XV, quando setores da Igreja Católica começaram a investir no culto mariano para instaurar uma espécie de feminização e domesticação das mulheres, sofrendo reformulações com os humanistas até chegar às novas versões da modernidade, final do

século XVIII, com a criação do amor romântico, do lar e das novas relações entre pais, mães e filhos/as (GIDDENS, 1993; MEYER, 2009).

No Brasil, segundo Del Priore (1989), no século XVIII, a Igreja Católica organizava a colônia como poder institucional, com a pretensão da difusão da fé católica e a instalação de seu aparelho burocrático. É através de mecanismos de controle, confessionários e visitas pastorais, que a Igreja irradia um discurso de afirmação, normativo e moralizador sobre as infrações cometidas com e contra o corpo, demonstrando sua vontade de poder e repressão. A partir de manuais de confissão, no corpo feminino inscreve-se a norma da Igreja Católica colonial, com usos escritos e prescritos pelas leis religiosas (DEL PRIORE, 1989).

A partir dessa visão da Igreja, a sociedade ocidental tem investido numa coerência entre sexo, gênero e sexualidade, o que Butler (2008) chama de “ordem compulsória” heteronormativa e legitimada, em que é sustentada a ideia de um único padrão de vida em sociedade, pautada em valores da família nuclear tradicional.

Dessa forma, a chamada família nuclear conjugal não se revela o padrão predominante em todas as sociedades e nem mesmo representa o modelo originário de família como se faz crer nos discursos dos personagens defensores de tal modelo estereotipado. Singly (2007) ressalta que para a demografia histórica e a antropologia, a família nuclear não é a forma original das sociedades ocidentais da época moderna, ela existira em outras sociedades, em outras épocas.

Exemplo disso é o poder patriarcal que era definidor quanto às intencionalidades das uniões antes da predominância do modelo nuclear conjugal, os pais detinham o poder sobre a decisão dos casamentos. Os casamentos arranjados eram uma forma de manutenção e expansão patrimonial e a família detinha assim, uma função econômica. A ordem patriarcal era essencial para a manutenção e transmissão do patrimônio e o casamento não se dava por uma necessidade individual e pessoal. A finalidade da aliança matrimonial era de ordem social, pautada no fortalecimento de grupos de parentesco e de status, preservação da herança e do poder econômico (TRIGO, 1989).

Observo que no Brasil, o patriarcado se valeu do sexismo e do racismo para manter seu poder político e econômico. Segundo ressalta Del Priore (1995), no Brasil Colônia, as relações amorosas eram tidas como um negócio direcionado para a vida prática e social. As famílias acertavam o futuro do casal como um contrato onde o modo de vida da mulher era ajustado no isolamento e na geração e cuidado de filhos/as.

A exclusividade no trato dos problemas domésticos assegurou a supremacia da mulher no lar, o que foi estruturante para a idealização da mãe, reforçando a associação da maternidade com a

feminilidade. Com isso, concretizou-se uma contenção dos espaços sociais de pertencimento para cada um dos sexos. A família foi delineada como espaço feminino por excelência, sobre a qual a mulher exercia governabilidade; em contrapartida, o espaço público ou social seria o lugar para o exercício do masculino (DEL PRIORE, 1995).

Com o casamento, esperava-se que as mulheres da elite engravidassem e tivessem vários filhos, assim, envelheciam prematuramente e ficavam fisicamente exaustas por conta das diversas gravidezes, abortos e partos mal realizados. Dessas mulheres ricas, não se esperava que alimentassem os bebês, deixando a tarefa para as escravas, conhecidas como amas de leite⁹, que continuavam a cuidar das crianças até que estas adquirissem alguma autonomia (HARNER, 2012).

Entretanto, com o trabalho escravo e o desenvolvimento geral da produção pelo homem, as relações domésticas foram alteradas e inverteram-se as posições na ordem familiar ao assegurar a predominância masculina também no lar. O homem passa a dirigir a casa e a ele é assegurada a posição de chefe supremo sobre a mulher e filhos/as. É o patriarcado ameaçando até mesmo o direito materno (SOARES, 1978).

É importante definirmos o patriarcado como uma especificidade no interior das relações de gênero. Historicamente, é o mais antigo sistema de dominação e exploração, surgindo posteriormente o racismo e depois o capitalismo (SAFFIOTI, 1987). A perspectiva feminista e marxista do patriarcado vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista.

Segundo Saffioti:

...o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Esta supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas, legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia feminina e estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (NARVAZ; KOLLER, 2006).

⁹A prática de enviar os/as filhos/as pequenos/as para o campo, é lembrada por Badinter (1985) como uma prova de que a ideia instinto materno e de maternidade como é hoje, é uma construção social que se deu ao longo dos tempos. Entretanto, a concepção de que as mulheres detinham um instinto materno era tão forte, que havia a justificativa de o fenômeno generalizado no século XVIII de que as mães davam as crianças às amas de leite era para livrassem seus/suas filhos/as do ar nocivo e urbano da cidade, sendo esta mais uma prova do amor materno, por estarem sacrificando seu desejo de maternagem, embora a mortalidade dessas crianças sempre tenha se mostrado muito grande.

É com essa herança que se sustenta o modelo de família com núcleo patriarcal presente na contemporaneidade (homem provedor e mulher dona-de-casa em tempo integral) calcado segundo Oliveira (2005) em uma estrutura hierárquica que pressupõe um conjunto de práticas e valores, baseado na dicotomia dos papéis sexuais familiares, valorizados de forma desigual e relacionados de modo complexo a uma posição de status, que na sociedade urbana e industrial é definido de acordo com a profissão, a renda e o estilo de vida.

Esse modelo nuclear vem surgir como consequência do declínio do poder patriarcal no meio doméstico na segunda metade do século XIX, em que as famílias extensas foram se tornando menores e assim aumentou o controle das mulheres sobre a criação dos/as filhos/as, junto a isso, as crianças passaram a ser reconhecidas como sujeitas vulneráveis que necessitavam de treinamento emocional (GIDDENS, 2000).

Castells (2000), ao falar no enfraquecimento do patriarcado, aponta transformações que contribuem para o declínio das formas tradicionais da família, tais como: as mudanças na economia e no mercado de trabalho associado à abertura de oportunidades para as mulheres; as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, controlando a reprodução humana; a transformação econômica, tecnológica e cultural; e a rápida difusão destas ideias em uma cultura globalizada, com um movimento feminista diversificado, desenvolvendo debates a partir da experiência coletiva de construir ou reconstruir a identidade feminina.

A distribuição das mulheres na estrutura ocupacional da sociedade, bem como suas chances de construir trajetórias ocupacionais, foi consolidada a partir de diversos contextos societários, que segundo Picanço (2005) está associada primeiramente a diversas motivações pessoais, como a realização individual, o desejo de autonomia e de independência, que estão ligados aos valores mais modernos resultantes tanto das lutas feministas, quanto do processo de individualização da sociedade contemporânea; e por segundo, quanto à necessidade econômica, para a complementação da renda familiar, em especial em sociedades desiguais. Disso, tirando dois sentidos: o do trabalho vivido como satisfação e o do trabalho como obrigação.

As mulheres que antes estavam fadadas a “funções naturais”, são condicionadas a assumir também “funções produtivas”, e assim tomam para si as possibilidades existentes no mundo do trabalho e conquistando postos antes inacessíveis. Nesse percurso, tenso, não linear e progressista, as mulheres foram incorporadas ao mercado laboral com a disposição de assumiram ocupações para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionadas, como fiar, tecer, costurar, cuidar e servir, e

enfrentaram dificuldades e preconceitos, ao lidar com espaços tradicionalmente conservadores e masculinos (MATOS; BORELLI, 2012).

Bourdieu (2010) diz que, enquanto vítimas da dominação simbólica, as mulheres acabam sendo induzidas a reproduzirem na forma de vocação, as tarefas subordinadas que lhe são atribuídas, por suas consideradas virtudes de submissão, de gentileza e abnegação, particularidades de uma “mãe ideal”. Com isso, as disposições consideradas “femininas”, validadas pela família e por toda a sociedade, se expandem também nos espaços os quais as mulheres parecem exercer tal autonomia. Na forma de recompensas, essas disposições reforçam a dicotomia sexual, isso reflete no âmbito privado e também no público, nos cargos destinados à mulher no mercado de trabalho, quase sempre exigindo a sua submissão.

Ao passo disso, os homens não podem rebaixar-se a tarefas designadas como inferiores. A ideia de que eles sejam capazes de realizar tais atividades está completamente excluída. Quando existe a possibilidade de estes realizarem tais tarefas tidas como “femininas”, estas são imediatamente vistas como nobres e difíceis, principalmente quando exercidas fora da esfera privada (BOURDIEU, 2010).

Comumente observei durante o trajeto de pesquisa, a exaltação às ações masculinas no âmbito doméstico pela mídia e pela sociedade, em que os pais e maridos são colocados em um patamar elevado quando assumem tarefas e papéis domésticos, o que fazem de maneira esporádica. Quando o homem assume publicamente a paternidade ativa, é tido como o equivalente a um “herói”, enquanto que as mulheres estão incessantemente sendo cobradas de serem mães, e quando assumem a tarefa, são pressionadas à perfeição e julgadas quando suas ações não chegam perto do esperado. Aos homens a paternidade é voluntária, às mulheres a maternidade é obrigatória e só são tidas plenas enquanto mães.

Ao assumirem a maternidade, as mulheres estão automaticamente fazendo todas as atividades no âmbito do cuidado pois “não é mais do que sua obrigação”; quando um homem faz algo relativo ao cuidado enquanto pai, tais ações são vistas socialmente como admiráveis. Enquanto a mãe solteira é tratada como “puta”, o pai solteiro é um “guerreiro”. Além disso a culpa pelo fato de o pai estar solteiro recai sobre a mãe, o coro da soberania masculina é endossado com a frase emblemática “onde está a mãe dessa criança? ”, reforçando a responsabilização do cuidado dos filhos como dever exclusivo das mães.

Quando uma mulher escolhe não ter filhos, esta é condenada a estigmas: a criminalização do aborto em diversos países, inclusive no Brasil, prova que enquanto os homens com filhos/as podem

escolher não serem pais, para a mulher tal opção é inviável. Isso é constituído pela naturalização do discurso de que “homem não presta”, “homem é tudo igual”, “mãe é mãe”, “mãe é tudo igual”, fortalecendo ainda mais a estrutura machista que desiguala a balança entre os gêneros na família. Com isso, observo que a ideia que a sociedade tem para a identidade da sujeita mulher se constitui como algo fixo, sendo mulher apenas quem também é mãe, criando-se assim uma identidade legitimadora que, segundo Castells (2002), é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Contudo, essa imposição social é falha quando percebo nas sujeitas da pesquisa transitam em identidades e papéis multifacetados, sendo então que as mães empoderadas possuem o que Castells (2002) chama de identidades de resistência, criadas por mulheres que se encontram em posições desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência, dentre estas as respostas feministas em base de princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade (CASTELLS, 2002).

A influência da Igreja Católica, bem como de outros preceitos religiosos, ainda é bastante relevante para os/as brasileiros/as, a despeito da laicização da sociedade. São ainda condenados os métodos contraceptivos de interrupção da gravidez e do aborto. A legalização do aborto no Brasil é uma realidade muito distante, considerando que não é visto como um direito reprodutivo. Junto a esses ideais conservadores, encontra-se em grande evidência a discussão acalorada que divide opiniões sobre o modelo de família tradicional ocidental como mais adequado e ideal à criação dos/as filhos/as, fazendo germinar uma falsa ideia de que a família enquanto instituição social esteja em crise.

Para Goldani (2005), essas discussões sobre uma possível crise da família nuclear, fizeram ressurgir a polêmica ideia de que a instituição familiar está em dificuldades e ameaçada, especulação que aparece nas arengas e discursos de líderes políticos e religiosos. A família passa por uma vigilância, a partir de um controle de banalidades da vida cotidiana, em que se decretam regras para distinguir boas maneiras de levar a vida, dentre elas a dimensão da maternidade, com o aconselhamento das mães sobre a melhor forma de ser e criar seus/suas filhos/as. A linguagem sobre família aparece muito mais associada com a ordem estabelecida do que com as mudanças nos padrões de comportamento e nas estruturas familiares, que cada vez menos se concentram em uma ordem de família nuclear conjugal. A exemplo da difundida ideia de “Ideologia de Gênero”,

cunhada por grupos conservadores religiosos e burgueses, atribuindo aos movimentos feministas e LGBTQI¹⁰, como forma de esvaziar e silenciar as bandeiras de luta.

As mudanças que se verificam ao longo da modernidade, desenharam cenários diversos nas atividades humanas, fazendo emergir uma imagem de homem e de mulher totalmente diferentes da que presidiu o processo civilizatório ocidental. Nesse baleado, os indivíduos vivem a paternidade, a maternidade, a família, a procriação dos/as filhos/as e toda a esfera privada de forma diferente. A sexualidade pode ser vivida sem a fecundidade e sem o amor e a fecundidade sem a sexualidade. A procriação separada do exercício da sexualidade e do amor aproxima-se da atividade produtiva, segundo a lógica do mercado capitalista, incluindo a avaliação de custos e benefícios. A possibilidade de procriar sem a sexualidade parece próxima e a fecundidade sem uma relação de amor aparece como uma decisão individual e de acesso à tecnologia sofisticada (PETRINI, 2005).

A exemplo, as mulheres ocuparam espaço cada vez maior no mercado de trabalho e aumentaram sua participação em postos de maior responsabilidade, apresentando a questão da maternidade agora em dois níveis: o das escolhas individuais e o coletivo, de políticas empresariais/corporativas. Quanto as escolhas individuais, as mulheres enfrentam tanto o impasse da carreira *versus* maternidade, como também a decisão de não ter filhos/as ou adiar esse momento, utilizando-se assim das técnicas de concepção e fertilização, como a fertilização *in vitro* (FIV), o congelamento dos óvulos, ovodoação, barriga de aluguel, muitas vezes optando pela produção independente, através da reprodução assistida. Além da possibilidade de deixar de trabalhar para exercer integralmente a maternidade, ou procurar uma forma flexível de conciliar o trabalho com o cuidado dos/as filhos/as, evidenciando que as mulheres permeiam suas escolhas envolvendo filhos/as (SCOTT, 2012).

Mudanças como esta, ao se refletirem nos modelos familiares resultam em dinamismos das relações sociais característicos do contexto político, econômico e cultural emergente. Os valores perdem a validade e a família passa a existir com uma fluidez que abre um leque de possibilidades. A disponibilidade individual em detrimento do sacrifício ao bem do outro e a independência econômica dos cônjuges configura uma responsabilidade compartilhada e uma posição social

¹⁰ As discussões de direitos humanos agora nomeiam constantemente LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros – como um grupo de minorias com necessidade de defesa. Outras iniciais podem ser adicionadas (para Intersexo, Transexual, *Queer* e Questionando), mas “LGBT” é a sigla mais comum e se tornou uma palavra por si só (CONNELL, 2016, p. 232). Contudo, no presente trabalho utilizo a sigla “LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer* e Intersexo” por considerá-la mais atualizada, a partir da cartilha informativa “Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e formação docente”, organizada por Maria Eulina Pessoa de Carvalho... [et al.]. – João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

igualitária, ao mesmo tempo que a saturação do relacionamento conjugal e a ruptura do vínculo familiar é mais fácil de acontecer, quando não é mais fonte de satisfação e prazer (PETRINI, 2005).

Tais transformações de grande magnitude na redefinição de valores e critérios, fizeram surgir os boatos sobre a crise da família, o que não significa seu fim e sim uma desinstitucionalização da família, no sentido de considerá-la como uma realidade privada, relevante para os membros de forma individual. A família ganha legitimidade maior como grupo social expressivo de afetos, emoções e sentimentos e diminui seu significado público, sua noção de instituição, assentada na dimensão jurídica dos vínculos familiares (PETRINI, 2005).

De uma família ainda constituída em bases fortemente hierárquicas, passamos para uma família mais democrática, tanto para homens e mulheres, como para pais, filhos e filhas. A negociação passa a fazer parte da conjuntura familiar, o diálogo é valorizado e há espaço para a expressão das vontades individuais, havendo uma maior equidade entre os gêneros, tanto por parte dos pais e mães como por parte dos filhos e filhas. O respeito mútuo substitui o poder autoritário. A família conjugal moderna deixa de ser a principal referência e as transformações da sociedade abrem espaço para o surgimento e o reconhecimento de diferentes modelos de família e relacionamentos conjugais (SCOTT, 2012; GIDDENS, 2000).

Segundo Giddens (2000) com o crescimento da intimidade, aumenta-se o questionamento sobre a inclusão do privado no público como forma de aumentar a cidadania. Ao mesmo tempo em que se mudam os modelos de família, modificam-se também os papéis dos membros, suas significações e as desigualdades legalmente definidas, inclusive das mães, de modo que a família tem se aproximado cada vez mais da ideia de igualdade e, como ressalta também Roudinesco (2003) se assemelhado aos ideais de democracia:

Desvinculada da instituição do casamento e entregue pela ciência ao poder das mães, a família já no final do século XIX era horizontal e fraterna. Lugar de refúgio contra as angústias, trazia aos homens e às mulheres os benefícios de uma alteridade livremente consentida que repousava em uma imagem cada vez mais turva da ordem simbólica. Falou-se em “novos pais”, mais felizes, dizia-se, por carregarem seu filho contra o corpo do que por leva-lo pelo braço, segundo rito ancestral da designação nomeadora (ROUDINESCO, 2003, p. 179).

A família passa a ser um lugar de poder descentralizado e de múltiplas aparências. Invés de uma definição essencial de família como *locus* espiritual, biológico ou antropológico, fundado no gênero, no sexo e no parentesco, foi instituído uma lógica de família inventada pelo individualismo moderno, sem hierarquia nem autoridade, na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado

(ROUDINESCO, 2003). Isso não significa fraqueza com relação aos deveres familiares e falta de disciplina, mas sim situa respeito e autoridade em bases diferentes, havendo maior harmonia e equilíbrio entre os familiares (GIDDENS, 2000).

Revestido de um novo poder genealógico, os/as filhos/as passam a ser vistos como um investimento na transmissão do patrimônio e como um ser desejado, e não mais um “acidente de percurso”, a família moderna passa a se constituir em torno da criança como célula de base da sociedade, passando assim a planejar os nascimentos e a família. A partir daí, ocorre uma transição de valores, refletindo na passagem da estrutura patriarcal para uma nova ordem econômica e social, marcada por ideologias de cunho individualista (ROUDINESCO, 2003; TRIGO, 1989).

A criança colocada como centro da família é uma marca das diversas mudanças que substanciaram tendências em quase toda parte do mundo industrializado, evidenciando uma diversidade nas formas de família. Com as mudanças dos principais elementos das vidas sexuais, havendo a separação da sexualidade da reprodução, e a sexualidade desconectada do casamento, que tem apresentado caráter diversificado, não mais como base definidora da união. Hoje fala-se em relacionamento, como uma unidade baseada na intimidade e na comunicação emocional (GIDDENS, 2000).

A criança sendo vista com um olhar rígido no seio familiar do século XIX, fez com que a mulher se individualizasse à medida que o acesso ao prazer era dissociado da procriação. Com o casal alicerçado em torno da criança, ocorre o declínio da função de autoridade paterna em favor de uma autoridade parental dividida. Tal descentralização de poder faz surgir uma nova ordem simbólica em que a relação ente mãe e filhos/as se torna primordial, ocorrendo aí a maternalização da família nuclear, tendo na figura do pai, apenas um apoio moral à mãe (ROUDINESCO, 2003).

Para a “nova família” que surgiu com tais transformações, era necessário um novo modelo de mulher, uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos/as filhos/as, responsabilizando-se pela formação moral das crianças, e também uma esposa afetiva, ainda submissa ao marido, porém com um pouco mais de voz na família, devido sua condição e poderio materno. A mulher se transformara na “rainha do lar”, de forma mascarada, mantendo a mesma hierarquia com relação aos papéis de gênero, com o homem à cabeça da casa e da família e a mulher como subalterna que se desvia da dominação (SCOTT, 2012).

A autoridade patriarcal é substituída por uma idealização materna, que segundo Giddens (1993), é parte integrante da construção da maternidade, que se deu como um instrumento de edificação dos valores propagados pelo amor romântico essencialmente feminilizado. A imagem da

mulher enquanto “esposa e mãe” reforçou um ideal de feminilidade, como sendo qualidade impregnada às mulheres e sua sexualidade (GIDDENS, 1993).

Segundo Scott (1990), esse foco na mãe com o/a filho/a no âmbito familiar seria o fenômeno da matrifocalidade em que há um fortalecimento da união entre mulheres e filhos/as pela clara divisão do trabalho e também um protagonismo da mulher no âmbito privado. A mulher vira agente principal da reprodução biológica e social, tendo a casa como palco e o homem, impossibilitado de assumir o papel de provedor integral que lhe é designado, tendo em vista que a mulher também está inserida no mercado de trabalho, transfere a marginalidade econômica que sofre na rua para uma marginalidade dentro da casa. Os homens percebem-se vítimas de uma evolução que lhes foi imposta e de uma acusação que consideram injusta, fingem e esquecem que conservam o poder que condiciona todos os demais. Assim, a mulher amplia seu poder e sua autoridade interna à família e passa a intensificar o controle na casa em relação ao companheiro, consistindo muitas vezes em uma expansão de seus papéis e funções domésticas (SCOTT, 1990).

Ao emergir essa nova concepção de família moldada no individualismo e no amor próprio, a maternidade adquire novo caráter. As mulheres absorvem o novo discurso sobre o ser mãe. O que antes era uma servidão passa a ser dimensionado como uma função legítima de poder. É realçado o tom do ser mãe como um ato de coragem e de amor a ser exercido pela mulher com prioridade. As próprias fazem questão de excluir os homens de algumas atividades que exigem cuidados com os/as filhos/as, ao acreditarem que são delas o dever maior e tendo em vista que o exercício da maternidade é para elas experiência intransferível (VELHO, 1999; WOODWARD, 2012; BEAUVOIR, 2016; IRIGARAY, 1993).

Segundo Roudinesco (2003), com as mulheres progressivamente dominando os processos de procriação, são acusadas de serem responsáveis por um cerceamento das diferenças que atentava contra a essência dos homens. Ao “tocarem o sêmen masculino”, as mulheres tornaram-se criminosas e devem seu novo poder menos à sua feminilidade do que a uma inversão da ordem procriadora que as reconduz ao reino materno.

Desconstruindo esse reinado, Badinter (1985) denuncia que essa forte associação da maternidade com a feminilidade, realçou o papel natural da mulher enquanto mãe, limitando a função social da mesma à maternidade, de forma a lhe atribuir todos os deveres para com os filhos/as e convocá-la para sua atividade “instintiva”. Dessa forma, “o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade” (BADINTER, 1985, p.145).

Esse novo papel da mulher na família perpetua expectativas quanto aos papéis sexuais e a divisão sexual no mercado de trabalho, fazendo com que homens e mulheres adotem papéis distintos baseados nos sistemas de crenças da sociedade. Segundo Scott (1995), as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino.

Nesse decurso, mesmo com as mudanças que vem ocorrendo na vida íntima e privada, principalmente na família e nas relações de gênero, com a emergência dos novos modelos de sexualidade, parentalidade e amor, a maternidade continua a ser um tema delicado quando é legitimado no imaginário das próprias mães que esta é uma obrigação que encarrega única e exclusivamente à mulher, extinguindo os homens e os demais aparatos da responsabilidade. A mulher fica, nesses casos, com as maiores responsabilidades para sustentar e educar os/as filhos/as devendo administrar a casa e ter dupla jornada de trabalho, já que os homens não adentram as tarefas domésticas e o sistema produtivo se aproveita das mudanças que acontecem na família, colocando as mulheres para trabalhar com salários inferiores (PETRINI, 2005).

Badinter (1985) diz que se opera, no fim do século XVIII, uma espécie de revolução das mentalidades, em que a imagem e importância do papel da mãe modifica-se radicalmente. Desloca-se a ideia de *instinto materno* para a de *amor materno*, impondo a obrigação às mulheres de serem mães antes de tudo, engendrando o mito do instinto em um amor espontâneo e *glamourizado* de toda mãe pelo/a filho/a.


Segundo Badinter (1985), mesmo com a mudança de vocabulário, ainda se conservam as ideias e semelhanças entre os termos, como também a persistência de comportamentos. Mesmo com o reconhecimento da não existência de uma maternidade pautada no instinto, continua-se a pensar que o amor da mãe pelo/a filho/a detém a força da natureza e deve alguma coisa à esta.

Em fevereiro de 2016, uma corrente na rede social *Facebook*, viralizou com o intuito de desafiar mulheres-mães a postarem fotos onde exerciam a maternidade de forma feliz. O *#DesafiodaMaternidade* consistia em um *post* com no mínimo três fotos que demonstrassem como mulheres que têm filhos/as se sentem felizes, em seguida a mãe desafiada deveria desafiar mais amigas mães a fazerem o mesmo, usando a *hashtag*.

O jogo que teve início em outros países, como na Inglaterra, com o uso da *hashtag* *#themothhoodchallenge*, tomou maiores proporções quando passou a ser acusado de insensível e presunçoso por uma minoria de mães que não aceitaram o desafio proposto, ou mesmo aceitaram e o aperfeiçoaram a refazer como “o desafio da maternidade real”.

A exemplo, uma das publicações que mais se tornou popular na rede social no Brasil, feito no perfil da mãe de forma pública:

Imagem 01 – Desabafo da mãe Juliana Reis sobre maternidade real

 **Juliana Reis** com Daiane Ximenes e outras 21 pessoas.
15 de fevereiro às 15:38 · 🌐

Desafio NÃO aceito! Me recuso a ser mais uma ferramenta pra iludir outras mulheres de que a maternidade é um mar de rosas e que toda mulher nasceu pra desempenhar esse papel. Eu vou lançar outro desafio, o desafio da MATERNIDADE REAL. De tudo o que as mães passam e as pessoas não dão valor, como se toda mulher já tivesse sido programada pra viver isso. Postem fotos de desconforto com a maternidade e relatem seus maiores medos ou suas piores experiências pra que mais mulheres saibam da realidade que passamos. Dizem que no final sempre acaba tudo bem, mas o meio do processo por muitas vezes é lento e doloroso. Primeiramente eu quero deixar bem claro que eu amo meu filho mas to detestando ser mãe. E acho que isso não vai melhorar nem quando ele tiver a minha idade atual.

Primeiro a gravidez. "Nossa que barriga enorme pra 7 meses", "esse bebê não vem não?", "Vicente! Mas pq você escolheu esse nome coitado!". Pessoas, entendam que grávidas não são patrimônio público! Se o que vcs pensam não vai acrescentar positivamente na vida dela façam o favor de não falarem NADA!!! Até se acrescentar positivamente você deve pensar mil vezes antes de falar. ELA está grávida então ela já se informou sobre o que pode ou não comer e se ela está comendo problema é dela! Não se metam!

Mas aí, a pobre da mulher pensa que quando nascer vai melhorar, conta os dias até o parto chegar, esses dias que demoram mais do que toda a gestação junta. E quando a hora chega, nada sai como esperado. No meu caso, que sempre defendi com todas as forças o parto normal, afinal, meu corpo foi projetado pra isso, não tive um corpo tão bem projetado assim. Os médicos falavam que o colo do útero estava fechado e o bebê muito alto e que a cesárea seria a opção mais segura. Tudo o que eu precisava pra me sentir um lixo de mulher que não conseguiu fazer o tão raçudo parto normal. Mas quando o parto chega ao fim eu percebi que não é um mar de rosas ter a cesárea(Sinto algumas dores até hoje com 40 dias da cirurgia.)

Mas nada disso importa mais, tô de frente pro amor da minha vida! (oi?) Tudo que eu senti foi uma tremedeira descontrolada que eu não sabia se era medo ou frio. E quando a médica perguntou o que eu achei do bebê, eu não tive coragem de dizer que tinha sido o bebê mais feio que eu já

tinha visto e só perguntei se ele era perfeito. Quando ela disse que sim eu apaguei e quando despertei aquela criança cinza não estava mais perto de mim. Meu filho só voltou pra mim depois de algumas horas e com ele vieram mil regras e informações que eu tinha que absorver em minutos (tudo isso partida ao meio e sem poder me mexer). Mas agora estamos em casa. Aqui eu vou poder curtir meu filho. Errado de novo! Mais gente querendo se meter de como você deve fazer as coisas. E você, recém operada e cheia de dores, onde encontra as forças pra debater? E nos dias que ele simplesmente grita aos prantos, a mãe tem meio que uma obrigação de saber o que ele tem. "É cólica? É refluxo? É manha? Mas como assim?! vc que é mãe tem que saber!" E por último, mas não menos importante: a amamentação! "Mãe que é mãe tem que amamentar! Tem que sentir a maravilha que é ser o alimento do seu filho". Hoje eu consigo amamentar com um pouco menos de dor, mas não torna as coisas mais fáceis. Meu filho mama TODA hora. E às vezes por uma hora inteira. "Mas seu leite não deve estar sustentando!" Nas horas que eu ouço isso eu sinto um anjo me segurar pra não voar em quem falou! Meu leite sustenta sim, obrigada! E quem não amamenta, ou pq não quer ou pq não conseguiu não é mais ou menos mãe do que eu ou do que vc que amamentou seu filho até os 30 anos de idade.

Eu admito que reclamo disso tudo de barriga cheia. Tenho muita ajuda, não preciso fazer comida, cuidar da casa, lavar e nem passar roupa. Mas mesmo assim passo mts dias sem nem pentear o cabelo, substituindo biscoitos por refeição e agora cada segundo de sono é o que me faz ter um mínimo de sanidade mental. Eu aplaudo de pé todas as mães, sem exceção, mas acho irracional e sadoquista gostar dessas coisas. Então, sim, detesto ser mãe. Até porque, passamos por isso tudo pra ainda chegarem pra você e falarem que seu filho é a cara do pai!



Fonte: <https://www.facebook.com>

A publicação de Juliana Reis, 25 anos, em um *post* desabafo em seu perfil no *Facebook*, acompanhado de três fotos com o filho recém-nascido, em que Juliana considera representar o desconforto de sua maternidade, fez ressurgir uma discussão que tomou conta da internet.

A polêmica com o *post* dessa mãe tomou proporção maior que o jogo inicial proposto, por receber milhares de críticas e xingamentos em sua página na internet, acusando-a de ser uma “mãe desnaturada”, “monstro”, “ridícula”. Em um dos comentários mais curtidos em seu *post*, uma mulher diz a Juliana que “arranque seu útero” pois “*uma mãe mata e morre pelo filho e quem não pensa assim enfia um diu pra não achar maternidade um fardo*”, o que mais tarde levou sua página

na internet a ser derrubada devido grande quantidade de denúncias fazendo com que Juliana ficasse conhecida em rede nacional¹¹.

Uma segunda mãe que teve o post bastante compartilhado ao participar do jogo acusado de romantizar a maternidade, foi Natália Pinheiro “*A maternidade não me faz feliz. O Yuri me faz feliz*”, iniciou para explicar em seguida e denunciar o quanto a maternidade parece se resumir somente a criança, “*Eu sou tão importante quanto o Yuri. Minha felicidade, meus sonhos e minha individualidade valem o mesmo que a felicidade dele, os sonhos dele e a individualidade dele*”¹².

Imagem 02: Desabafo da mãe Natália Pinheiro sobre maternidade real



Natália Pinheiro adicionou 3 novas fotos.

16 de fevereiro às 15:17 · 🌐

Fui muito marcada no desafio da maternidade. Fico feliz que se lembrem de mim, que me marquem em textos, que compartilhem comigo outras realidades.

O desafio propõe que postemos três fotos que mostrem o quanto a maternidade nos faz feliz.

Participo do desafio, mas não endosso sua premissa. A maternidade não me faz feliz, o Yuri me faz feliz. Eu não amo ser mãe. Colocar meus planos em pausa, não dormir direito, ser cobrada sempre e sempre me sentir errada, morar sozinha com um bebê de 15 meses, estudar sem ter tempo para estudar, ser preterida em relacionamentos, ser abandonada por todas as minhas amigas, suportar sozinha o peso da minha existência: nada disso me faz feliz. Não vejo em nada disso os passos que preciso trilhar ou o preço que pago por ter minha cria em meus braços.

Eu amo o Yuri. Amo com um amor que torna algumas privações mais suportáveis, algumas dores mais velozes, algumas lágrimas menos solitárias. Eu amo o Yuri, mas eu não amo ser mãe. Eu não amo ser mãe em uma sociedade que reserva a mim o papel de cuidadora inata, de Maria, de culpada. Eu não amo ser mãe em um sistema que me apedreja por dizer que eu não amo ser mãe, por dizer que ser mãe é a experiência mais triste e solitária que já vivi, por falar sobre amor sem falar sobre hierarquia, por nunca deixar ninguém dizer que amar um filho é viver só por ele. Eu sou tão importante quanto o Yuri. Minha felicidade, meus sonhos e minha individualidade valem o mesmo que a felicidade dele, os sonhos dele e a individualidade dele.

Três fotos de nós dois juntos, lutando juntos, resistindo juntos. Nós dois olhando para frente e construindo o amor que levaremos até o fim.

Fonte: <https://www.facebook.com>

¹¹Mulher que rejeitou desafio da maternidade tem perfil no facebook bloqueado e defende: “não é depressão”. <http://extra.globo.com/mulher/mulher-que-rejeitou-desafio-da-maternidade-tem-perfil-no-facebook-bloqueado-defende-nao-depressao-18692046.html>; Acesso em: fevereiro de 2016.

¹²Em resposta ao ‘Desafio da maternidade’, feministas desconstruem a imagem idealizada do que é ser mãe. <http://www.brasilpost.com.br/2016/02/17/desafio-da-maternidade- n 9253008.html>; Acesso em: fevereiro de 2016.

Observei durante a polêmica, que as mães que mudaram o curso do desafio, ao criticarem a maternidade, faziam questão de dizer que as dores do exercício de maternagem de nada diziam respeito aos filhos/as e sim ao quanto sentiam-se sobrecarregadas e cobradas. Reforçando que o amavam acima de tudo, mas não se sentiam confortáveis com a maternidade.

A repercussão do assunto nas redes sociais prova o quanto ainda é um tabu falar dos sofrimentos e percas que mulheres mães vivenciam, como se mães tivessem obrigação de serem incansáveis e inabaláveis, sempre prontas para lidar com as obrigações familiares, evidenciando como a mulher é tida como um elemento chave para a existência da família (FAVARO, 2007), e suas vontades individuais, em detrimento dos interesses do grupo familiar, representam uma ameaça perigosa ao modelo de organização social familiar, associando tal individualidade à uma conduta moral negativa (WOORTMANN, 1994).

Roudinesco (2003) ao dedicar-se aos distúrbios da família ocidental do século XVIII, fala de uma irrupção do feminino como uma ameaça ao poder patriarcal, condicionada pelas contestações dos estigmatizados na sociedade, tal fenômeno consiste em uma desordem ligada ao medo da abolição das diferenças dos sexos, o medo de acabar a autoridade do pai e medo de que se atinja o poder ilimitado e onipotente do materno. Ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporciona-se meios de controlar uma força de sexualidade mais selvagem e não ligada à função materna, desconsiderando que a mulher deve acima de tudo ser mãe, daí o corpo social tenta resistir à tirania do gozo feminino. Isso reflete o quanto a autonomia da mulher, mesmo enquanto mãe, exercendo papéis tradicionais no âmbito familiar, há muito se configura como um ponto de fragilidade para o *status quo* da ordem conservadora da ideia de família tradicional nuclear.

Mesmo assim, observa-se na atual conjuntura, que os meios de comunicação de massa têm veiculado a atuação da mulher na sociedade contemporânea, sob a nova perspectiva do empoderamento feminino, justificada pela maior participação na vida pública e nas escolhas individuais que abarcam o planejamento familiar e o novo espaço ocupado pela mulher na família. As mulheres são destacadas como propulsoras da mudança no âmbito privado, devido ao grau de consciência que adquirem por meio de suas lutas e reconhecimento de seus direitos, impulsionando mutações no contexto familiar (PAZ; MATOS, 2016).

Tal resignificação das identidades femininas, pressupõe um avanço democrático com relação aos mecanismos de diferença entre os sexos, mesmo que isso não signifique uma total dissipação das desigualdades. A problemática sobre a maternidade se expande, evocando a

necessidade de se pensar novas relações de gênero, dando importância aos papéis masculinos na família, que também são permeados pelo conjunto de transformações ao atingirem costumes e códigos simbólicos da dimensão identitária e cultural dos gêneros.

Matos (2005) em sua pesquisa qualitativa sobre destradicionalização das masculinidades na sociedade brasileira, investigou detalhadamente as práticas e percepções de gênero no trabalho doméstico e no cuidado dos/as filhos/as, observando a possibilidade ou não de um processo de mudança para masculinidades. Com isso, verificou que os homens estão passando por um processo de transformação nos valores de gênero, nas percepções e apresentações de si masculinas, tomando assim uma destradicionalização e democratização desses valores.

Contudo, Matos (2005) conclui essas transformações enquanto incompletas, ao observar que não transbordam para a práxis, ficando apenas nas fronteiras identitárias, sobretudo no que diz respeito à esfera mais íntima da divisão do trabalho no mundo doméstico e no cuidado com filhos/as e doentes na família, indicando uma dominação masculina exercida de forma convencional.

Segundo Connell (1995), existe uma única narrativa consagrada sobre como as masculinidades são construídas, em que toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Estes, são pressionados a agir e a sentir de forma a se distanciar o máximo do comportamento das mulheres, da feminilidade compreendida como oposto, para corresponder à norma masculina. Desse modo, os rapazes internalizam essa norma social e adotam maneiras e interesses masculinos, tendo como custo a repressão de seus sentimentos, levando muitas vezes à crise pessoal quando não satisfazem ao tipo homogêneo.

No debate sobre masculinidades, existem políticas relacionadas ao feminismo, com divisões de interesses constituídos nas relações sociais partilhadas entre homens e mulheres, permitindo um rompimento com os papéis sexuais. Levando-se em consideração que homens não vivem separados de mulheres e dividem com elas muitos anseios, o interesse dos homens na hierarquia do gênero, definida pelo dividendo patriarcal, é real e grande, mas dividido por interesses relacionais partilhados com as mulheres (CONNEL, 1995).

Com a conquista da livre escolha, surge o dilema entre maternidade e trabalho profissional regado a demais contrassensos que modificam a dinâmica familiar, pois mesmo inserida no mercado de trabalho, a mulher continua encarcerada ao lar por imposição social herdada do modelo patriarcal. Estando o homem alheio às atividades domésticas, impossibilita-se a equidade entre os

cônjuges, colocando a mulher na posição de atarefada, com jornada tripla, dividida entre o público e o privado¹³.

Neste sentido, segundo Jácome (2007), os feminismos postulam que a cidadania plena só poderá ser alcançada na medida em que forem enfrentados os problemas que são estruturadores das relações de gênero. Isto significa que é necessário romper com modelos, padrões de comportamento e estereótipos que agudizam essa dominação do masculino sob o feminino, o que significa politizar o debate sobre como as relações de poder se instituem e reproduzem nos âmbitos público e privado e assim repensar os cuidados com os/as filhos/as designados primordialmente às mulheres.

É nesse contexto de se pensar a igualdade e a diferença entre mulheres e homens, que se pautam nas discussões do movimento feminista e mais especificamente nas chamadas segunda e terceira ondas, embaladas por movimentos contestatórios de rejeição ao pensamento ocidental, androcêntrico, branco, heterossexual e cisgênero. Com isso, pretende-se resgatar a seguir, de forma sucinta, discussões feministas diversas que propõem alternativas e respostas à maternidade pensada no âmbito do conflito com outras dimensões da vida das mulheres, da lógica da dupla ou tripla responsabilidade, consolidada no século XX, com o avanço da industrialização e perpetuada até hoje, no cotidiano das famílias contemporâneas.

¹³ Segundo o site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o último Relatório Anual Socioeconômico da Mulher publicado é do ano de 2014, publicado somente em 2015 (Isso sinaliza uma mudança na gestão das políticas para mulheres devido a conjuntura política do país, com reforma ministerial do Governo Temer e a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, com os temas repassados para o Ministério da Justiça e Cidadania. Medida Provisória n. 726, de 12 de maio De 2016), este diz que em 2012, as mulheres eram mais de 51% da população brasileira, a taxa de fecundidade total apresentou uma considerável diminuição entre 2000 e 2014, passando de 2,4 para 1,7 filhas/os por mulher em idade reprodutiva (de 15 a 49 anos), valor abaixo do índice de reposição populacional que é de 2,1. As mulheres cada vez mais se tornam protagonistas das famílias. Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM de 2014, entre as famílias com pessoa de referência do sexo feminino, 42,7% eram compostas por mulheres sem cônjuge com filhas/os. Por outro lado, somente 3,5% das famílias com pessoa de referência do sexo masculino eram formadas por homens sem cônjuge com filhas/os. Das famílias com pessoa de referência do sexo feminino, somente 22,9% eram compostas por casais com filhas/os, como indicado no gráfico 2.5. É interessante notar que cerca de 17% das famílias com pessoa de referência do sexo feminino eram formadas por mulheres vivendo sozinhas. No que diz respeito à cor ou raça, as mulheres negras estavam à frente de 52,6% das famílias com pessoa de referência do sexo feminino. Em 2012, a taxa de atividade das mulheres de 16 a 59 anos era de 64,2%, bastante inferior à dos homens (86,2%). As desigualdades de raça ou cor também eram relevantes, fazendo com que as menores taxas fossem verificadas entre mulheres negras (62,2%) e as maiores entre homens brancos (86,5%). Apesar da significativa redução do desemprego, ainda permanecem as desigualdades por sexo, por região e por idade da taxa de desocupação: a taxa verificada entre as mulheres era quase 80% superior à masculina, com importantes disparidades regionais e por grupos de idade, sendo a população mais vulnerável a de jovens entre 16 e 24 anos. A proporção de mulheres em trabalhos formais era pouco inferior à de homens; porém quando se trata de demarcadores sociais como raça ou cor: somente 48,4% das mulheres negras estavam em trabalhos formais, comparado a 64,6% dos homens brancos (BRASIL, 2015).

3.2 “Mãe se eu quiser, quando eu quiser”: as ondas feministas e o debate sobre a condição subjetiva da maternidade

O debate feminista sobre maternidade ganhou força com as modificações e avanços trazidos pela industrialização e urbanização na sociedade, além das mudanças ocorridas nas conjunturas familiares, nas relações de gênero, nas expressões de liberdade e de sexualidade e nos desejos individuais da mulher. O mundo globalizado levou à reflexão sobre o exercício da maternidade como construção social (SCAVONE, 2001).

A expansão econômica no pós-guerra acarretou mudanças nos paradigmas da esfera política e cultural da sociedade, inserindo a mulher como apta para o trabalho, isso, conciliado aos avanços científicos que desenvolveram métodos anticoncepcionais e tecnologias reprodutivas, permitindo à mulher destino social na família e na sociedade, diferente do imposto pelo determinismo biológico da maternidade obrigatória (SCAVONE, 2001).

Assim, as conquistas tecnológicas foram grandes contribuintes para o movimento feminista e para o debate sobre direitos reprodutivos. As mulheres com mais acesso à informação passaram a consumir tecnologias reprodutivas (contraceptivas e conceptivas) que lhes ofereceram a possibilidade de escolher com autonomia a realização de uma maternidade planejada. A partir daí a maternidade passa a ter uma dimensão reflexiva, condicionada por fatores subjetivos da vida das mulheres (SCAVONE, 2001).

A trajetória histórica da sociedade moderna ocidental oferece rastros de que os exercícios de maternidade sofreram alterações de âmbitos sociais, econômicos e culturais. Ainda assim, na atualidade, as experiências de mulheres enquanto mães são marcadas por inúmeros conflitos, pois a tradição baseada na hierarquia e em modelos predeterminados sobre o homem e a mulher atravessa os modos de subjetivação (BADINTER, 1985).

É diante dessa questão que o feminismo surge como ação política em busca de uma resposta às aspirações das mulheres por direitos, relacionado inicialmente, segundo Jácome (2007), à construção da cidadania no final do século XVIII, era da Modernidade, tendo a Revolução Francesa como marco. As primeiras lutas sociais de mulheres surgem caracterizadas por reivindicações que almejavam uma cidadania mais ampla com base em direitos iguais aos dos homens.

Esse primeiro momento é conhecido como Primeira Onda do Feminismo, com reivindicações que se estenderam até o século XIX, inscrevendo uma primeira fase de denúncia da opressão à mulher exercida pelo patriarcado e afirmando o caráter de humanidade das mulheres. No

início se tratava da luta pela igualdade, associada aos ideais revolucionários da burguesia pela “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, já corroborando uma tendência de excluir as diferenças consideradas naturais entre homens e mulheres. Não se evidenciava nas lutas até então, o lado privado das obrigações socialmente instituídas às mulheres: os cuidados com a casa e a família. Não se pensava a intervenção do espaço privado, a maioria das feministas da época (século XIX e início do século XX) reivindicavam mudanças e conquistas nos espaços públicos, mas não pensaram o papel especial da mulher na família e no âmbito doméstico, e, portanto, a maternidade (NAVAZ; KOLLER, 2006; HITA, 2002; JÁCOME, 2007).

Segundo Okin (2008), as feministas da primeira onda, preocuparam-se em defender oportunidades, como educação e sufrágio, argumentando que com a conquista desses direitos as mulheres seriam esposas e mães melhores, com melhor capacidade para sensibilidade moral, desenvolvida da melhor forma na esfera doméstica. Ou seja, não abriam mão da privacidade e não-intervenção do estado em sua casa. O papel de mãe, dona-de-casa e esposa comprometida permaneciam intocáveis. Era ignorada a divisão do trabalho dentro da família, não considerando a dimensão de justiça social e as formas de dependência econômica relacionadas ao âmbito familiar, bem como a estrutura de poder. A família era vista como não-política.

No Brasil, Nísia Floresta, uma das precursoras feministas da primeira onda a tratar do âmbito familiar em meados do século XIX, ao mesmo tempo que tentava romper com paradigmas tradicionais, abraçava filosofias liberais. Ao reivindicar destino mais digno às mulheres através da educação, Nísia atribui às próprias mulheres o dever de educar e instruir os/as filhos/as e a assumir seus deveres “naturais” de mãe como a principal contribuição da mulher para a esfera privada, criticando as condições escolares da época. A respeito, dizia:

Uma mãe bem-educada e suficientemente instruída para dirigir a educação de sua filha obterá sempre maiores vantagens, aplicando-se com tema solicitude a inspirar-lhe como emulação o sentimento da própria dignidade, que qualquer diretora não conseguiria obter de suas educandas (FLORESTA, 1989, p. 91).

A princípio, Nísia parecia reproduzir o pensamento dominante entre os homens que colocava as mulheres num lugar subalterno na sociedade, atrelando-as às tarefas tradicionalmente consideradas femininas. Floresta (1989) não tinha intenção de reproduzir o discurso hegemônico, mas se utilizava dele para subverter a ordem estabelecida, conciliando posições ambivalentes com relação aos comportamentos femininos, em que acreditava que o cumprimento das funções tradicionais pelas mulheres, fazia com que elas ultrapassassem fronteiras ao exercerem poder sobre a família e assim um ganho para a sociedade.

Defendia que, de maneira estratégica, as mulheres não deveriam se manifestar abertamente contra as injustiças em relação à mulher, mas sim desenvolver suas “qualidades naturais”, com doçura e bondade, para que assim conseguissem ascender diante dos homens, sendo as mulheres capazes de regenerá-los e acabar com os preconceitos deles em relação a elas. O poder feminino que Floresta (1989) chama de “dons naturais” seria uma arma de poder sobre os homens, os/as filhos/as e a sociedade. Ao se utilizar adequadamente de suas obrigações naturais, a maternidade inclusa, a mulher garantiria destaque na vida social (PRADO; FRANCO, 2012).

Posteriormente a essa fase inicial das ideias feministas, em um cenário de inquietação e rompimento com os costumes da sociedade tradicional, os movimentos contestatórios de sujeitos/as coletivos trazem para a arena política novos posicionamentos em defesa da liberdade e luta por cidadania, tornando visível e impactante o campo das lutas sociais e da efervescência cultural dos anos 1960, ao desafiar as estruturas normatizadoras da social democracia pós-guerra e da globalização hegemônica neoliberal.

É aí que surge a Segunda Onda do Feminismo, inserindo o pensamento crítico sobre a naturalização da condição da mulher, das relações de poder e de gênero, e denunciando que a opressão sofrida pelas mulheres acontece em dimensões pessoais, sociais e políticas (JÁCOME, 2007). A batalha pelos direitos à contracepção e ao aborto virou tanto o clamor pela recuperação do poder de procriação quanto à obtenção de uma nova liberdade sexual (BADINTER, 2005). Ocorre então o deslocamento da preocupação com a igualdade para a preocupação com a diferença e a identidade e nesse sentido, passa-se a pensar a condição reprodutiva e a maternidade (HITA, 2002).

Utilizando a classificação de Fraser (2007), a Segunda Onda do Feminismo se divide em três fases, em uma primeira, o feminismo estava estritamente relacionado a esses vários “novos movimentos sociais” que emergiam na década de 1960; na segunda fase, o feminismo, orbita para uma política de identidades e em uma terceira fase, o feminismo é praticado como política transnacional, em espaços transnacionais emergentes.

Na primeira fase da Segunda Onda do Feminismo relacionada aos novos movimentos sociais, as feministas buscam ampliar o seu imaginário, expondo uma gama mais ampliada de formas de dominação masculina e sustentando uma visão expandida de política com questões pessoais inclusas, como sexualidade e maternidade. Com o declínio das ideologias utópicas e o resgate do imaginário político de questões culturais em primeiro plano, o feminismo se reinventa como política de reconhecimento, efetivando o imaginário culturalista global. Essa fase se

manifestou principalmente nos feminismos da América do Norte e da Europa Ocidental (FRASER, 2007).

Os novos movimentos sociais da década de 1960, primeiro se opunham à segregação racial e à Guerra do Vietnã, depois começaram a questionar características centrais da modernidade capitalista global, como a repressão sexual, o sexismo e a heteronormatividade; o materialismo, a cultura corporativa e a ética do sucesso; o consumismo, a burocracia e controle social. É aí que o feminismo se insere ao romper junto aos novos atores sociais, as rotinas políticas comumente normalizadas (FRASER, 2007).

Durante essa fase, o feminismo traz para o espaço da discussão política questões até então vistas e tratadas como privadas, rompendo com a dicotomia do público-privado, base do pensamento liberal¹⁴ sobre a política e o poder público. A partir daí a luta feminista passa a ter uma dimensão reflexiva, condicionada por fatores subjetivos da vida das mulheres.

No sentido utilizado por Giddens (1991):

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Temos que elucidar a natureza deste fenômeno. Todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm dela (GIDDENS, 1991, p.45).

É a partir da construção e reconhecimento das vivências pessoais das mulheres que o movimento feminista constrói força e as conquistas passam a ser concretizadas dando visibilidade pública e caráter político aos dramas íntimos do universo feminino, dentre eles, a relação entre reprodução e sexualidade, entendendo-as como parte das construções culturais que oprimem as mulheres. A mulher passa a ser vista além do âmbito doméstico e confinada à maternidade e movimenta-se para sua emancipação, não mais excluída do trabalho produtivo social e destinada ao trabalho privado. A partir disso começa-se a pensar uma forma de resolver as problemáticas de confinamento da mulher à maternidade.

Já na segunda fase da Segunda Onda do Feminismo, ao se preocupar com a cultura, o movimento acaba atraído pela política de identidade. Esse momento, coincide com um desdobramento histórico do esgotamento da democracia social baseada na ideia de nação, pressão

¹⁴ Costa (2009) ressalta que o pensamento liberal, alicerça da globalização hegemônica, considera privadas as questões relacionadas à vida doméstica, familiar e sexual, e que estas não dizem respeito ao político. Para os liberais a política somente tem relação com o que é público, trata-se do Estado, suas instituições e a economia. Concepção em que justamente a maioria dos feminismos vai contra.

intensificada pelo neoliberalismo global. Em choque com isso, a política de reconhecimento centrada nas formas multiculturais acaba danificada ao negligenciar as aberturas político-econômicas e geopolíticas e opor-se à selvageria das políticas de livre-mercado. Entretanto, feministas tentam exercer certo desdobramento em meio aos espaços políticos transnacionais no mundo globalizado, tentando cada vez mais reinventar o feminismo como projeto de política transnacional. Essa fase alcançou de forma mais intensa os Estados Unidos. Chegando na terceira fase da Segunda Onda do Feminismo, anuncia-se uma mudança na escala da política feminista com a tentativa de integrar as contribuições das fases anteriores em uma síntese mais adequada com a realidade. Essa fase é mais desenvolvida em espaços políticos transnacionais, paradigmaticamente associados à Europa (FRASER, 2007).

A identidade, como abordada no capítulo anterior, associada à ideia de corpo, é pensada pelo feminismo diante da diferença reprodutiva da mulher e conseqüentemente o condicionamento da maternidade. Com isso, é na segunda geração do movimento que irão surgir também, debates políticos mais radicais a partir de teorias feministas, tendo como inspiração mais emblemática a obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, lançada em 1949. Passa-se então a ser bem mais contestada a visão do determinismo biológico e impulsiona-se o desenvolvimento do conceito de gênero. A segunda onda feminista foi emblemática quanto ao debate sobre maternidade e os antagonismos da vida privada das mulheres.

Com o conceito de Gênero (herança cultural) se distinguindo analiticamente do conceito de Sexo (herança natural-biológica), surge a necessidade de afirmar as diferenças e especificidades entre os gêneros, o direito à diferença da mulher em relação ao homem, no sentido não apenas dos direitos universais, como também dos direitos específicos de mulheres (HITA, 2002).

Nessa ótica da diferença, nos debates feministas começa-se a argumentar que não se tratava apenas de diferenças entre homens e mulheres, mas também de diferenças entre distintos tipos de mulheres na conjuntura social. Falar de mulher no singular enquanto um sujeito único e universal aparentava um grande problema ao negligenciar os demais marcadores identitários, assim a preocupação não mais é voltada à diferença e à identidade e sim às identidades e às diferenças entre mulheres.

Segundo Louro (1997), a diferença entre mulheres foi reclamada em um primeiro momento por mulheres de cor e logo gerou tais rupturas no interior do movimento feminista. Acrescentando assim as demandas das mulheres lésbicas, complementou-se ainda mais a complexidade dos

debates, das experiências e reivindicações das mais diversas mulheres, centralizando as implicações das relações de poder construídas e quase fixas.

Com isso, fala-se ainda de uma Terceira Onda do Feminismo, que surge em meados dos anos 1990 e perpetua até os dias atuais, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. Com o desenvolvimento dos debates de gênero, o desafio nesta geração do feminismo é pensar, simultaneamente, as igualdades e as diferenças na constituição das subjetividades e identidades masculinas e femininas em âmbito global. Nesta terceira fase, observa-se intensamente a intersecção entre os movimentos políticos de luta, a academia e o ciberativismo. As práticas feministas passam a gerar uma ação transformadora em diferentes espaços locais e globais, se dando cotidianamente nas universidades, a partir dos estudos de gênero e com o uso do ciberespaço para divulgar e debater pautas e reivindicações, através de uma diversidade de blogs, redes sociais e veículos na internet (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Segundo Costa (1998) o reconhecimento de que o/a sujeito/a se constrói dentro dos sistemas de significado e de representações culturais, que se encontram marcados por relações de poder, permitiu aos feminismos elementos para desconstruir as categorias tradicionais dos indivíduos, inclusive barrar noções de uma identidade e experiências femininas universais, proporcionando também sensibilidade para compreender os mecanismos diversificados que constituem os/as diferentes sujeitos/as no campo social. Ao entender os efeitos dos vários marcadores sociais e considerar que diferentes situações mobilizam sujeitos/as e grupos de distintos modos, aceitando que as pessoas se constituem em múltiplas identidades, parciais e não-unitárias, é necessário extinguir a noção de se apontar uma identidade explicativa universal nos feminismos e estudos de gênero (LOURO, 1997).

Os feminismos na Terceira Onda cada vez mais estão atentos às diversidades históricas e culturais, sem universalizar aspectos de cultura, de classe, de orientação sexual e de grupo étnico ou racial. O momento atual para o debate feminista é de tentativas diversas de elaborar e modificar estruturas conceituais que possam dar conta da multiplicidade feminina e de todos os seus demarcadores de opressão, entre eles a concepção de uma maternidade homogênea.

As diferentes propostas características de cada uma dessas fases do feminismo coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade. Costa (1998) lembra que o feminismo ocidental, em todas as suas diversas taxonomias, tem passado por diversas mudanças paradigmáticas e assim

expondo suas diversas facetas de natureza contingente, parcial, contraditória e historicamente situada de sua empreitada teórica e de seu compromisso político com a luta contra a dominação.

As práticas feministas passam a gerar uma ação transformadora se dando cotidianamente em universidades, a partir dos estudos de gênero e de feminismos e com o uso do ciberespaço para divulgar, empoderar e debater pautas e reivindicações, através de diversos veículos na internet. É com essa diversidade de concepções que o desafio atual dos feminismos é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das identidades e subjetividades masculina e feminina, e diante dessa lógica, as identidades das mães e a maternidade em sua disparidade.

3.2.1 “A teoria de gênero é contra a natureza”: O antifeminismo, o discurso conservador e a primavera feminista vigente

Diante dos desafios postos aos feminismos, lida-se atualmente com preconceitos sobre questões e o debate de gênero, se os feminismos já tinham o obstáculo de carregar estigmas sobre a causa, a onda reacionária volta-se também para a estratégia epistemológica engendrada. Existe uma necessidade para o movimento de fazer com que as causas não percorram mazelas de preconceito e sim que impunham orgulho para as mulheres devido as conquistas políticas alcançadas. Essa concepção antifeminista promoveu uma deterioração da palavra, o termo feminismo ganhou sentido pejorativo, fazendo com muitas mulheres se afastem do mesmo, como também transformou a imagem da feminista em um estereótipo de “mal-amada”, “machona”, “gorda”, “feia”, “peluda”, relacionando-a a tudo o que é sórdido, maltrapilho e não feminino (DUARTE, 2003).

Esta ideia é errônea pois, como se evidencia, as feministas ocupam diferentes espaços e não cabem em estereótipos criados para diminuir a autoestima das mulheres e enfraquecer suas lutas. Segundo Duarte (2003) essa negação ao feminismo refletiu na literatura por meio de intelectuais, escritoras e acadêmicas que passaram a se distanciar do título de “feminista” por receio de serem “mal vistas”. O que acaba por acarretar em outro problema quando omite tais debates das novas gerações que ficam alheias à história das bandeiras e conquistas ao longo dos tempos.

Contudo, no espaço privado, as feministas ou “produtos” do feminismo são também mães, que repassam suas concepções de vida aos/às filhos/as, contribuindo para que essas novas gerações se engajem na quebra de paradigmas relacionados à situação feminina, por isso é cabível entender

esse universo particular da mãe no lar quando relacionado aos vieses feministas¹⁵. A degradação da importância da luta feminista acarretou em uma visão equivocada sobre a mesma. Muitas mulheres podem até reproduzir condutas permeadas pelas conquistas feministas, mas às vezes não refletem ou não se dão conta da contribuição do feminismo para seu desenvolvimento na sociedade.

Embora se tenham configurado diversas institucionalizações históricas para que os indivíduos avancem e sejam mais inclusivos na sociedade, as conquistas do movimento feminista foram imprescindíveis para que as mulheres passassem a adotar posturas pessoais mais autônomas. Assim, muitas acabaram por reproduzir discursos e práticas feministas sem nem se darem conta das lutas. Isso porque a concepção preconceituosa sobre a causa fez mulheres serem impactadas por embates em decorrência da sua inserção em uma rede social que dificulta as tentativas de romper com os modelos tradicionais conservadores e com as formas de constituição subjetiva.

Entretanto, é possível observar que diante dos acontecimentos contemporâneos que tomaram força no ano de 2012, com a Marcha das Vadias¹⁶, através do uso da internet e, conseqüentemente, com a enorme visibilidade que o movimento feminista ganhou no ano de 2015¹⁷, o Brasil e o mundo vivenciam atualmente uma primavera feminista que vem gerando discussões acaloradas em todos os tipos de mídias, como internet, TV, cinema, literatura, teatro, artes entre outras. Dessa vez, em decorrência da evidência dessas discussões feministas que trazem a interface de gênero, o *backlash*¹⁸ dos reacionários responde com a demonização do termo gênero, assim como antes já se estigmatizava o termo feminismo.

A exemplo disso, no mês de junho do ano de 2015, reuniram-se na Câmara Municipal de Teresina-PI diversos grupos religiosos para uma audiência que debatia sobre o projeto n.136/2015, que dispunha sobre o Plano Municipal de Educação (PME) com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214, da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 13.005, que aprova o Plano Nacional da

¹⁵ Ao mesmo tempo, há outras tantas mães não feministas que educam filhos/as de forma sexista corroborando para a desigualdade entre os sexos. Mas nesse trabalho, as mães sujeitas da pesquisa relacionam-se com temas que dizem respeito à causas feministas.

¹⁶ Movimento que surgiu em 2011, em Toronto, Canadá, originalmente chamado *Slut Walks*, e que no Brasil se disseminou através da internet, atingindo cerca de 30 cidades brasileiras, tendo como pauta principal a libertação do corpo feminino, adotando o conceito de “vadia” para se opor ao estereótipo de culpa que recai sobre mulheres agredidas e abusadas em função da exposição de seus corpos e de suas sexualidades (GALETTI, 2014).

¹⁷ No ano de 2015 uma onda de protestos varreu o país, nas ruas e nas redes sociais, numa espécie de Primavera das Mulheres, um “no pasarán” a uma cultura que, muitas vezes, vê as vítimas como culpadas pelas agressões sofridas. A rede foi-se formando aos poucos, com ativistas, na internet, nas escolas, universidades e locais de trabalho, até regimentar multidões que saíram às ruas (GRILLO, OLIVEIRA e BUSCATO, *Época*, 9 nov, 2015).

¹⁸ Termo popularizado pela americana Susan Faludi para indicar reação contra o “progresso” das mulheres, causados não apenas por um substrato de misoginia, mas sim por esforços específicos pela melhoria de suas condições, esforços que sempre foram interpretados pelos homens, especialmente aqueles confrontados com ameaças reais ao seu bem-estar econômico e social em outros campos, como algo que iria levá-los à ruína (FALUDI, 2001, p.18).

Educação (PNE) a ser votado por determinação do Ministério da Educação.¹⁹ O novo plano propunha um conjunto de metas e estratégias para a educação nos próximos dez anos, expressando uma política educacional para todos os níveis, em etapas e modalidades de educação e de ensino (TERESINA, 2015).

Em outra ocasião, no mesmo mês, houveram discussões sobre as emendas apresentadas ao plano, em que vereadores/as fundamentalistas propuseram uma emenda modificativa para que fosse retirado o termo “gênero”, apresentando um abaixo-assinado com mais de 6 mil assinaturas, levantado por diversas instituições religiosas fortemente unidas nessa questão, colocando a inserção desse tema como “Ideologia de Gênero” no sentido de pejorar e conduzir falácias em torno do debate de gênero e do projeto n. 136/2015.²⁰ Ao acrescentar o uso da “ideologia” os fundamentalistas buscam deslegitimar as discussões sobre gênero, deturpando totalmente o foco do plano com a justificativa de que este faria apologia à sexo entre menores.

Os manifestantes formados por vereadores fundamentalistas e representantes de diversas entidades religiosas argumentavam que o texto original pretendia eliminar a diferença natural entre os sexos, declarando que a “Ideologia de Gênero” é contrária ao plano de Deus e fere a família tradicional. Segundo a Meta 1, Índice 1.9 do Plano Municipal de Educação o objetivo seria *"implantar um programa de formação para os professores com foco nos direitos da criança e enfrentamento da violência contra as crianças nas questões étnico-raciais, geracionais e de gênero, e nas demais demandas escolares"* (TERESINA, 2015). Sendo o único momento em que o termo “gênero” é citado, comprova-se o quão pouco o PME versava sobre o termo e o enorme alvoroço feito em torno de uma única palavra, que se configura assim, muito valorosa.

Em março de 2016, a bancada religiosa da câmara de Teresina apresentou um projeto de lei de nº 20/2016 proibindo discussões sobre gênero nas escolas de educação básica da rede municipal.²¹ Em maio do mesmo ano, em meio a contestações acaloradas na câmara, o projeto de lei foi vetado devido sua inconstitucionalidade, entretanto integrantes do movimento LGBTQI de

¹⁹ Matéria do portal Cidade Verde intitulada: Emenda exclui “ideologia de gênero” do plano municipal da educação <http://cidadeverde.com/noticias/195777/emenda-exclui-ideologia-de-genero-do-plano-municipal-de-educacao>; Acesso em outubro de 2016. Evidencia-se com a matéria a falta de informação dos profissionais da mídia com o uso da terminologia “ideologia”.

²⁰ Matéria do portal Cidade Verde intitulada: Audiência debate “Ideologia de Gênero” no plenário da Câmara <http://cidadeverde.com/blogdobira/69346/audiencia-debate-ideologia-de-genero-no-plenario-na-camara>; Acesso em outubro de 2016. Mais uma vez o uso de “ideologia” é utilizado de forma errônea, como se o Plano Municipal de Educação realmente versasse sobre o que dizia a bancada fundamentalista da câmara.

²¹ Matéria no portal G1, intitulada: Projeto que proíbe debate de gênero na escola gera polêmica em Teresina <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/03/projeto-que-proibe-debate-de-genero-na-escola-gera-polemica-em-teresina.html>; Acesso em agosto de 2016.

Teresina e manifestantes contrários ao projeto, afirmaram que a conquista não teria acontecido se dependesse dos vereadores, que eram a favor em maioria.²²

Nesse sentido, feminismo, bem como gênero, configuram-se como palavras dotadas de valor, termos temidos por concretizarem instrumentos que proporcionam mudanças enquanto ferramentas analíticas. A rejeição às ideias trazidas pelos estudos de gênero reflete quão conservadora encontra-se parte da população brasileira. Não mais utilizados como conceitos acadêmicos, os termos que representam as diferenças passam a ser incorporados no jargão popular, nos movimentos sociais, na internet e nas políticas públicas.

Segundo a ativista e pesquisadora Tatiana Lionço (2014), estamos assistindo a emergência de uma teoria religiosa que coloca em risco a democracia e a laicidade:

Buscando sistematizar os múltiplos adjetivos adotados pelos mesmos, resumiria o que entendo por seu argumento desqualificador sobre pessoas que reivindicam democratização dos direitos sexuais e reprodutivos nos seguintes termos: a “ideologia de gênero” é uma imposição totalitária, ditatorial, visando uma sociedade marxista, revolucionária, ateia, nefasta, perversa e iníqua por meio de concepções falsas, artificiais, antinaturais e esdrúxulas, que tornam a vida doente, aberrante e imoral.²³

Tiburi (2016) enxerga essa situação como um delírio coletivo impulsionado pelo ódio que está se tornando estrutural e guiando as nossas relações, através da destruição da política por um processo de intrigas miúdas e de fomento à insuportabilidade da diferença. Nesse sentido a destruição da política é também a destruição do outro, para que se garanta o fim de sujeitos/as e direitos e o fim do direito dos/as sujeitos/as. Como o intuito de evitar a realização da democracia que propõe uma sociedade inclusiva para todos, o conceito de “ideologia de gênero” vem junto de questões que assolam o país nos últimos tempos, revelando um quadro nebuloso de retrocessos que tem resultado em uma fragilidade da democracia. O discurso de ódio exerce o controle das pessoas através da linguagem enquanto produtora de afetos e da distorção de fatos para convencer o povo como estratégia de manipulação dos afetos (TIBURI, 2016).

²² Matéria no portal G1, intitulada: Após tumulto PL sobre discussão de gênero em escolas é arquivado <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/05/apos-tumulto-pl-sobre-discussao-de-genero-em-escolas-e-arquivado.html>; Acesso em agosto de 2016.

²³ Texto de Tatiana Lionço para Revista Fórum, intitulado: “Ideologia de gênero”: a emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual <http://www.revistaforum.com.br/2014/09/27/ideologia-de-genero-emergencia-de-uma-teoria-religiosa-sobre-os-riscos-da-democracia-sexual/>; Acesso em Agosto de 2016.

3.2.2 “Mãe só há uma”: O feminismo na mediação de identidades e concepção de maternidades

Assumindo uma abordagem teórica construcionista, em que o corpo é uma variável que se constrói na interseção entre aquilo que é herdado geneticamente e aquilo que se aprende quando se torna sujeito de uma determinada cultura (MEYER, 2009), aborda-se aqui a maternidade como marcadora de gênero, relacional e envolta entre relações de poder, desigualdades sociais, raciais e étnicas. Dessa forma, esse fenômeno social não atinge todas as mulheres da mesma forma, mesmo existindo um modelo de maternidade que prevalece nas sociedades contemporâneas ocidentais, o de maternidade conciliada ao trabalho da mulher.

De fato, a capacidade de reprodução assume relevante papel na construção da identidade feminina, sendo que o próprio corpo feminino detém uma especificidade que marca a inserção da mulher na realidade social. Por isso, a maternidade enquanto fenômeno que se passa no corpo da mulher, é sem dúvidas um elemento constitutivo da identidade social feminina. Entretanto, o fato de não contemplar a todas as mulheres de forma igual, demonstra que as experiências de maternidades se constituem em formas diversas de identidades.

Evidencia-se com isso que a maternidade é socialmente construída como um rito de passagem o qual toda mulher é infligida a passar, ao se deparar com a imposição legitimada de que a mulher só se torna completa ao exercer a maternidade. Essa concepção reforça a ideia de que a felicidade de toda mulher é fundada no espaço doméstico do cuidado, excluindo-se a sujeita mulher, pesando para as que não exercem a maternidade, o estereótipo de infelizes, incompletas e menos mulheres.

A propósito, as mulheres que decidem não ter filhos/as, estão cada vez mais a reivindicar o fim da ideia de que a sociedade é fundamentada na crença de que toda mulher deve se tornar mãe. Esse tipo de debate tem ganhado destaque nos Estados Unidos, onde existem maiores consensos entre pessoas, grupos e associações que tentam expandir as visões sobre as motivações das mulheres, que vão além da questão biológica ou da decisão própria, mas muitas vezes dos decursos da vida. A exemplo, a geração *NoMos* (*Not Mothers*)²⁴, o movimento *Childfree*²⁵ (formado por pessoas que são pejorativamente chamadas de *Childless*)²⁶ que se constituem na reivindicação de

²⁴Geração NoMo: A rebelião das mulheres que não contemplam a maternidade: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/23/sociedad/1408813287_310188.html; Acesso em junho de 2015.

²⁵Estilo de vida de casais ou pessoas que decidiram por livre e espontânea vontade nunca procriar (BASTEN, 2009).

²⁶Se aplica às pessoas que gostariam de ter filhos/as, mas não puderam por alguma razão. O sufixo 'less', em inglês, designa a “falta ou a deficiência de alguma coisa” (BASTEN, 2009).

um espaço de respeito às decisões pessoais e liberdade de poder tomá-las sem ter de dar explicações.

Essas cobranças que regressam ao essencialismo biológico abrangem não só a maternidade como fator obrigatório, como também uma maternidade estritamente naturalizada, em que “mulher é feita para parir”, sendo mais mãe aquela que dedica o máximo de tempo possível à criança, aquela que pariu de parto normal, aquela que pariu mais de uma vez, aquela que amamenta, aquela que larga tudo em nome dos/as filhos/as, entre outros (BADINTER, 2011).

Quanto a esse destino inflexível do determinismo biológico que aprisiona as mulheres ao lar e à maternidade, as feministas respondem com a defesa da autonomia das mulheres como princípio inegociável. O consenso sobre isso está na parte da defesa em que as mulheres podem e devem ter um projeto, uma existência com significado próprio (ÁVILA E CORRÊA, 1999).

Diante disso, as teorias dos feminismos valeram-se de reflexões sobre o significado da maternidade ao longo de suas implicações, segundo Scavone (2001), inicialmente as correntes teóricas radicais consideravam a maternidade como um fardo que confinava a mulher à espécie e determinava seu lugar na família e na sociedade. Simone de Beauvoir (2016), definia a maternidade como uma armadilha da natureza, sendo as mulheres escravas da espécie, colocando a problemática do corpo em conflito potencial com os interesses e protagonismo da mulher.

Passou-se a refletir e defender bem mais a assertiva de que não seria o biológico o nosso inimigo e sim os usos que o patriarcado faz dele. É aí que uma segunda corrente feminista mais radical, segundo Scavone (2001) condicionava a libertação da mulher com os adventos tecnológicos da reprodução artificial que vinham surgindo, supondo que a gravidez não mais se passaria no corpo da mulher. Um marco foi o livro *A Dialética do Sexo*, de Sulamith Firestone (1976), em que se defendia que a libertação da mulher ocorreria, não só com o fim dos privilégios masculinos, como também das diferenças sexuais. Por fim, isso acarretaria a derrota do patriarcado através da tomada do controle da reprodução, com a restituição às mulheres da propriedade de seus próprios corpos, bem como do controle feminino da fertilidade humana, através de tecnologias e de instituições sociais que compartilhem da nutrição e educação de crianças. Seria uma resposta tecnológica ao feminismo e tida por utópica e subversiva, em que:

(...) a meta final da revolução feminista deve ser, ao contrário da meta do primeiro movimento feminista, não apenas a eliminação do privilégio do homem, mas também da própria distinção sexual: as diferenças genitais não mais significariam culturalmente. A reprodução da espécie por sexo em benefício dos dois seria substituída pela reprodução artificial (ou pelo menos por uma opção entre as espécies): a forma do nascimento das crianças seria idêntica para o homem e a

mulher, ou então, encarando-se de um outro ponto de vista, ambos se sentiriam independentes em relação ao nascimento; a dependência que a criança tem da mãe (e vice-versa) daria lugar a uma dependência muito reduzida de um pequeno grupo mais genérico, e qualquer vestígio de inferioridade com relação aos adultos referente à força física seria compensado culturalmente. A divisão do trabalho acabaria junto com a eliminação total do trabalho (cibernética). A tirania da família biológica seria quebrada (FIRESTONE, 1976, p. 21).

É aí que se dão condutas de recusa à maternidade no movimento feminista, sendo estes caminhos propostos (separatista ou ideológico) para alcançar a liberdade e negar o fatalismo biológico feminino. A recusa foi também por parte das mulheres que se afastaram do feminismo a partir da má interpretação estigmatizada dessas ideias. Tanto feministas liberais, como as próprias feministas radicais consideravam que essa concepção era um desserviço ao movimento. Entretanto, considero importante verificar que Firestone foi assertiva em suas ideias, em uma época conservadora em que a pílula anticoncepcional ainda não era totalmente acessível e popular.

Scavone (2001) destaca por fim, outra terceira corrente feminista, que inspirada na Psicanálise, passa a perceber a maternidade como parte essencial da história das mulheres, considerada como um poder insubstituível que só estas possuem. Busca-se, além de conscientizar as mulheres sobre as cruéis distorções das formulações patriarcais sobre a maternidade, também despertá-las para o enorme potencial positivo dessa condição. Nesse sentido, com os aportes feministas a maternidade ganha um sentido novo colocando a mulher numa posição que antes era de dominada, para a posição de empoderada, dona e detentora de poder sobre sua própria vida e seu próprio corpo.

A maternidade passa a ser vista como uma contribuição social positiva e como um direito do corpo, dando às mulheres uma nova conjuntura para começar a refletir e organizar a opção por ter ou não ter filhos/as. As mulheres contemporâneas assumem posse de seu próprio corpo ao sentir-se livre em exercer a maternidade por escolha e não por imposição social.

Segundo Roudinesco (2003), as mulheres passam a adquirir o poder de atentar contra o caráter sagrado do sêmen masculino, para a satisfação de um prazer distinto do prazer de exercer a maternidade, podendo proibir o sêmen de realizar a geração como um dever confinado pela natureza, ao mesmo tempo em que podem procriar livremente sem prazer, trocando o ato sexual por uma conduta médica. Desse modo, no século XXI, invés de transmitir “a vida e a morte”, como haviam feito durante muito tempo, as mulheres podem recusar o próprio princípio da transmissão, igualmente controlando o número de filhos/as, se recusando a ter uma quantidade extensa de

gestações, podendo se tornar, quando bem quisessem, estéreis ou libertinas, sofrendo menor condenação moral ou justiça repressora.

O ser mãe ligado à autonomia e maior domínio sobre o próprio corpo, sua posição na família e na sociedade, passa a se constituir como um marcador identitário, considerando que a identidade, para Castells (2002), é o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os indivíduos podem não só constituir uma identidade como podem ter identidades múltiplas. No caso das mulheres-mães, estas se tornam autoras de identidades multifacetadas, estabelecendo acordos e negociações para transitar entre várias identidades e constituir fontes de significado para elas próprias, construídas por meio do processo de individuação da mulher que tem se dado. Dessa forma, as sujeitas transitam entre o ser mulher e o ser mãe.

Para Castells (2002) no caso da mulher-mãe, existe distinção e também semelhança entre identidade e papéis sociais, sendo os papéis definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, e dessa forma, a importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depender das negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações; por sua vez, as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores que dela se utilizam, e que são por eles/elas originadas e construídas por meio do processo de individuação.

O marcador identitário de mãe coincide com o papel social de mãe, pois o ser mãe é tradicionalmente uma autodefinição que passou a ter significado maior na vida das mulheres. O papel social de mãe é internalizado enquanto uma autodefinição e assim constitui-se como marcador identitário, a de ser mãe, ou seja, sendo a identidade uma fonte mais importante de significados que os papéis sociais, o papel de mãe se concretiza enquanto marcador identitário a partir do momento em que as mulheres assumem a importância dessa autodefinição em detrimento de qualquer outra (CASTELLS, 2002).

Entretanto, Badinter (2010) critica essa concepção de maternidade enquanto identidade feminina inquestionável, argumentando que a teoria feminista, a partir do início dos anos 1980, nega a abordagem culturalista de Beauvoir e passa a ter a feminilidade não só como essência, mas também como uma virtude da qual a maternidade é o cerne. A nova geração de feminismos, para Badinter (2010), passa a considerar a maternidade como uma experiência crucial da feminilidade a partir da qual se pode construir um mundo mais justo e apesar disso, observa-se um retorno à mãe

natureza e a recuperação do orgulho do papel de nutriz do qual dependem o bem-estar e o destino da humanidade.

Apesar do equilíbrio conquistado pelas reivindicações feministas ao longo das ondas, as mudanças no âmbito familiar contemporâneo fizeram com que a maternidade passasse a ocupar *locus* central para a vida dos cônjuges, especialmente das mulheres. Retorna-se à exaltação da maternidade, dessa vez, colocando os/as filhos/as como meios de realização pessoal. Com a maior liberdade de decisão sobre si própria em que o individualismo impera, potencializa-se uma maior responsabilidade dos deveres para as mães, a criança que é planejada representa uma fonte de realização para algumas mulheres, podendo se revelar também um obstáculo, ainda que menor (GIDDENS, 2000; BADINTER, 2010).

Hoje em dia, opera-se o que chama Badinter (2005) de nova moral feminista que é contraditória. O feminismo encontra-se dotado de um considerável poder moral e culpabilizador. O feminismo atual liquidou o conceito de igualdade e promoveu o retorno rigoroso do biológico, utilizando do culto à natureza para reprimir o combate social e cultural. A imagem da mulher reencontrou sua antiga moldura, voltou a sua natureza, enquanto os homens são intimidados a mudar de cultura (BADINTER, 2005).

Badinter (1985) argumenta que mesmo com o reconhecimento da inexistência de uma maternidade pautada no instinto, continua-se a pensar que o amor da mãe pelo/a filho/a detém a força da natureza e deve alguma coisa à esta. Nesse sentido, Badinter (2010) afirma que ao resgatar a maternidade enquanto condição empoderadora, alguns feminismos voltam a reproduzir as ideias que as mulheres devem ocupar os campos de domesticidade na família e assim retornarem à condição de cárcere no âmbito privado. A mulher-mãe tem o papel de investir mais sua vida na vida da criança do que o pai, desde o seu nascimento, se perpetuando nos estágios seguintes de seu desenvolvimento e assim justificando a conjuntura atual da dominação e desigualdade entre masculino e feminino. Nesse sentido, a maternidade como um marcador identitário, muitas vezes, a mulher exclui a identidade de mulher (BADINTER, 2010).

Deduzir o feminino a partir da capacidade materna é definir a mulher pelo que ela é, e não pelo que ela escolhe ser, em descompasso os homens não são definidos por sua capacidade paterna. A ideologia dominante, naturalista e identitária, engendrada pelos feminismos atuais fazem da maternidade o destino da mulher e conseqüentemente da paternidade uma escolha do homem. Pela lógica de que a natureza é perfeita ao agir, segundo Badinter (2005) feministas defendem que a capacidade materna uniria o gênero feminino, tanto por suas características comuns quanto por suas

preocupações comuns. Ignorando o direcionamento social o qual foram resultantes, as mulheres defendem as virtudes como inatas. Isso faz com que haja uma especialização dos papéis masculinos e femininos, que é justificada pela defesa da diferença sexual (BADINTER, 2005).

Obtém-se uma problemática, mesmo contando com a escolha e planejamento, as mulheres ou casais nem sempre investem na ideia de ter filhos/as considerando os pesares que a maternidade poderá trazer à mulher, pensando na ideia romântica e idealizada do amor, da felicidade e da realização pessoal, se tratando mais de algo para si, uma expressão hedonista, do que a real aceitação da maternidade em todas as suas facetas. Isso demonstra o quanto a maternidade ainda é desconhecida e muitas vezes exclusivamente associada à ideia de amor (BADINTER, 2010).

Com a nova conjuntura do ideal de maternidade, a qual denuncia Badinter (2010), ela ganha nova roupagem ainda mais cheia de requisições do que antes, caracterizada não só pelas concepções do natural e do instinto materno. Agora o exercício da maternidade exige também preocupações com tendências que ditam um tipo de mãe mais voltada para a criança, de forma a evidenciar um estilo de vida baseado no consumo e na necessidade de exposição deste.

Esse resgate do culto à maternidade dentro dos próprios feminismos, com associação das mulheres à natureza, foi resgatado segundo Tuttle (1997) pelo ecofeminismo, denunciando os males da tecnologia e da química. O que Badinter (2010) critica excessivamente ao mencionar que o estilo de vida associado à natureza é um recurso eficaz no reposicionamento da mãe ao modelo de mulher instintiva. Entretanto, as mulheres-mães não se apresentam como vítimas da tecnologia excessiva dos dias de hoje, sendo na verdade agentes no processo de repensar a relação da humanidade com a natureza (STEVENS, 2007).

De fato, se são as mulheres moldadas pelo gênero, a maternidade é uma de suas ferramentas e o feminismo ao aderir essa agenda, reconhece que as relações entre homens e mulheres no universo familiar são abusivas e desiguais. Então, por que as mulheres continuam mantendo relações heterossexuais e optando por exercer maternidade? Por que a maternidade e a heterossexualidade, estudadas e analisadas pelo feminismo como frutos do apagamento sexual e social das mulheres são também uma realidade inerente na expressão de vida das mulheres?

É certo que, apesar da análise do feminismo radical-materialista sobre a existência de uma heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), a sexualidade é tida como uma forma de expressão sexual, e nesse caso a heterossexualidade segue sendo uma realidade, tanto que, mudou-se a nomenclatura de “opção sexual” para “orientação sexual”. Assim, as mulheres heterossexuais passam a questionar e moldar o padrão heterossexual vigente, problematizando a hierarquia dentro

da família a partir do momento em que fazem uma análise material e fática de sua realidade enquanto mulheres, mães e esposas.

Da mesma forma, o feminismo põe ao abate uma maternidade compulsória (RICH, 2010), que consiste na ideia de que as mulheres se tornam mães por terem sido engendradas durante toda a vida a exercerem esse papel. Com os aparatos de autonomia sexual e as novas tecnologias reprodutivas, aposta-se mais do que nunca na ideia de maternidade como uma escolha e as explicações sobre uma possível socialização não mais constituem a realidade de todas as sujeitas, que mais do que nunca resistem e permitem-se experimentar o poder sobre aspectos de sua vida que antes estavam ancorados na dominação (CONNEL, PEARSE, 2016; FOUCAULT, 1979).

É em contraposição a ideia de que a maternidade justificaria a submissão da mulher que o feminismo maternalista defende a maternidade como uma forma de expressão da identidade feminina e reivindica o exercício de uma maternidade livre, resguardada e protegida como uma função social (BOCK, 1992). Pensando assim, esse feminismo se posiciona como uma resposta à compreensão elaborada por campos religiosos e médicos sobre a maternidade, considerando sua historicidade como um ponto crucial para o debate sobre a história das mulheres e da dinâmica de gênero, rompendo com estruturas sociais perpetuadas e tendências conservadoras.

Mais do que nunca as mulheres escolhem, escolhem a maternidade, escolhem suas identidades, escolhem ser esposas e escolhem ser mães, ou nada disso. A escolha é o poder e a prerrogativa sobre si. Demonstrando o quanto a posição da mulher enquanto mãe é definidora dos destinos sociais de todas as pessoas, considero preciso explicar a perspectiva psicanalítica de Chodorow (1979) que possui uma explicação bastante interessante para as diferenças de personalidade e de papéis sexuais nas estruturas mentais inconscientes da personalidade, dando uma possível resposta ao porquê de as mulheres serem moldadas a serem mães e continuarem a se tornarem mães, optando espontaneamente pela maternidade.

Em uma sociedade estruturada pelo gênero, são as mulheres-mães que se dedicam ao cuidado dos filhos e filhas, principalmente na primeira infância (fase pré-edipiada e edipiana), bem mais que os pais. Considerando o desenvolvimento psicológico dos indivíduos nascidos/as com ambos os sexos na relação mãe-filho e mãe-filha, Chodorow (1979) afirma, que a experiência de individuação das crianças em relação à mãe, é diferente para as meninas, que são do mesmo sexo da nutriz, comparada à experiência dos meninos que são do sexo oposto. Inicialmente, porque a primeira identificação da criança no processo de construção de sua personalidade se dá primeiro com a mãe, que é quem cuida dela e está psicologicamente fundida a ela. Sendo essa identificação

no primeiro momento (fase pré-edipiana) igual para filho e filha, por ter a criança contato direto e mais intensivo com a mãe, genitor geralmente presente, sendo o pai comumente o genitor mais ausente, a mãe torna-se o referencial da criança.

Em um segundo momento (fase edipiana), a criança obtém identificação de gênero estável através do arranjo dos genitores no interior da estrutura de gênero o qual está submetida. Para as meninas a construção de gênero é contínua, pois estas se identificam mais instantaneamente com as mães de forma pessoal, com os aspectos dos valores da mãe, o que explica características de personalidade nas mulheres, que são tipicamente mais conectadas às pessoas. Isso explicaria o fato de ser mais comum que as mulheres desempenhem papel de mãe e são vistas como mais propensas a isso, sendo a maternidade considerada parte universalmente mais importante da vida das mulheres. É dessa forma que as mulheres internalizam em sua estrutura psíquica a capacidade para maternagem (CHODOROW, 1979).

Já para os meninos, o desenvolvimento da identidade de gênero é marcado pela diferenciação, o distanciamento com a mãe faz com que ocorra uma repulsa à feminilidade. Falta referência do genitor ausente enquanto mais compatível com o menino, já que, considerando a sociedade generificada o qual vivemos, o pai está mais ausente por períodos longos do dia. Sendo assim, a identificação com gênero masculino é posicional, com os aspectos do papel masculino do pai, o que leva os homens a ter maior necessidade de autonomia e a serem expansivos quanto a conquista do público (CHODOROW, 1979).

Chodorow (1979) completa que também são as mulheres quem mais desempenham o papel de cuidadoras por acabar sendo mais racional e favorável para as famílias que elas fiquem em casa, já que elas vivenciam a segregação sexual no trabalho, continuando a ser mal pagas e ocupando posições desprezadas, mas na família excluem sua individualidade em prol do cônjuge e dos filhos/as. Apesar de que Chodorow (1979) limite a formação do gênero à experiência familiar e doméstica, ignorando questões políticas, econômicas e culturais diversas, sua teoria reforça a maternidade não apenas como um ponto chave na reprodução das desigualdades sexuais e dos papéis de gênero, como também na construção do gênero em si. Com isso, podemos pensar que tem a mulher-mãe, de fato, certo poder sobre os rumos da humanidade, tendo ela um papel crucial na personalidade e construção de gênero dos indivíduos.

Junto a isso, perpetuam-se ainda hoje as imposições quanto aos papéis sexuais e a divisão sexual no mercado de trabalho, fazendo com que homens e mulheres adotem papéis distintos e hierárquicos baseados em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o

masculino e o feminino (SCOTT, 1995). As disposições consideradas “femininas”, inculcadas pela família e por toda a ordem social, se expandem até mesmo nos espaços nos quais as mulheres exercem poder e autonomia. Na forma de recompensas, essas disposições reforçam a dicotomia sexual, isso reflete nos âmbitos privados, quase sempre exigindo a sua submissão.

Para reverter essa psicodinâmica familiar, Chodorow (1978) propõe a divisão de responsabilidades desde a primeira infância das crianças:

As crianças poderiam ser dependentes, desde o início, de pessoas de ambos os gêneros; assim, estabeleceriam uma noção individual do ego em relação a ambos. Dessa forma, a masculinidade não ficaria amarrada à negação de dependência e desvalorização da mulher. A personalidade feminina estaria menos preocupada com processos de individuação e crianças não desenvolveriam medos da onipotência materna nem expectativas quanto às qualidades inigualáveis de sacrifício e abnegação das mulheres. Isto reduziria a necessidade do homem de defender sua masculinidade e controlar as esferas social e cultural que tratam e definem as mulheres como secundárias e impotentes, bem como ajudaria a mulher a desenvolver a autonomia que tem sido sacrificada por essa excessiva imersão em emoções e atividades relacionais (CHODOROW, 1978, p. 218).²⁷

A crítica feminista vem contribuindo para a tomada de consciência das mulheres na construção de uma escolha reflexiva sobre a maternidade, em que os papéis do pai também são discutidos (SCAVONE, 2001). É nessa perspectiva que se observa o desafio de inserir os companheiros nas atividades domésticas, para que a divisão ocorra de forma equitativa no cuidado com as casas e os/as filhos/as. O problema para os feminismos não mais consta somente nas dificuldades que a maternidade traz à vida da mulher, mas também na divisão das responsabilidades entre os cônjuges e os obstáculos para conciliar a carreira profissional com a maternagem.

A proposta de Saffioti (2013) é de que a maternidade não pode ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres, pois estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como condição de sua sobrevivência, esta deve pagar uma parte do preço da maternidade e encontrar soluções satisfatórias para os problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres, evitando o absenteísmo feminino no trabalho.

²⁷ Tradução livre: Children could be dependent from the outset on people of both genders and establish an individuated sense of self in relation to both. In this way, masculinity would not become tied to denial of dependence and devaluation of women. Feminine personality would be less preoccupied with individuation, and children would not develop fears of maternal omnipotence and expectations of women's unique self-sacrificing qualities. This would reduce men's needs to guard their masculinity and their control of social and cultural spheres which treat and define women as secondary and powerless, and would help women to develop the autonomy which too much embeddedness in relationship has often taken from them (CHODOROW, 1978).

Acrescentado a isso, as reivindicações e exigências de creches pelo movimento feminista para dividir entre a sociedade a educação de seus filhos e filhas, foram importantes para se pensar e dar respostas à situação desigual da divisão sexual do trabalho. Com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, primeiro se articulou, nos anos 1970, a reivindicação de creches “para as mulheres”, para que dessem conta de seus interesses individuais. Posteriormente, nos anos 1980, passou-se reivindicar por creches não só para mães, como também “para as crianças”, colocando os filhos e as filhas como a centralidade na família e não somente sob encargo da mulher, e as creches como o direito a educação das crianças pequenas articulado aos direitos trabalhistas das mães e também dos pais (FARIA, 2006).

É possível perceber que os feminismos enxergam a maternidade em todas as suas nuances, mesmo defendendo a ideia de maternidade como poder e escolha, são sensíveis as armadilhas dessa concepção, que levam a especialização dos papéis de gênero. A maternidade é vista como uma experiência positiva, sem ignorar a realidade de que ela também pode ser uma experiência trágica para a vida das mulheres, principalmente ao reconhecer que ainda hoje a tarefa de cuidar dos/as filhos/as recai quase que exclusivamente sobre a mãe e que a valorização da mulher diante do cuidado também resulta em culpabilização. O movimento feminista que esteve durante sua trajetória, procurando desconstruir os conceitos naturalizados sobre o “ser mulher”, também se preocupa em desvendar o “ser mãe”, considerando tanto o sexo, o corpo, a gestação, o parto e a amamentação, quanto as construções sociais vigentes que envolvem a maternidade.

Desmistificando a ideia da existência de um instinto materno, bem como a naturalização do amor materno e o essencialismo da maternidade de forma geral, as feministas focam na imagem socialmente construída do que é ser mãe e nos desafios que as mulheres enfrentam com a maternidade. Dessa forma, tanto preocupam-se em expor a realidade das mães, antes intocada, transferindo o que era privado para o que é público, para buscarem soluções para as dificuldades que as mães enfrentam (LARA, et al., 2016).

Considerando que o casamento é uma imposição menos compulsória às mulheres nos dias atuais, o feminismo da atualidade passa a pensar também na mãe solo, que sempre existiu como “mãe solteira”, na maioria das vezes abandonadas pelos pais dos/as seus/suas filhos/as tendo que encarar os desafios sozinha, como também são mulheres que optam pela produção independente. Ao mesmo tempo que a sociedade marginaliza o aborto, também julga moralmente as mães, e muito incisivamente as mães solas, principalmente quanto a sua vida sexual (LARA, et al., 2016).

Os feminismos problematizam que a vida das mulheres não é facilitada de forma alguma, quando além do apelo para que tenham filhos/as, há também a cobrança para que se encaixem em um perfil de mãe perfeita, casada, pura e subserviente, e ao questionar essa pressão social, os feminismos fazem com que se desconstrua esse ideal de mãe. O desafio de que as mulheres não podem traçar seus próprios destinos se concretiza para os feminismos nos movimentos de humanização do parto, nos manifestos em prol do aborto, da saúde reprodutiva, do direito de amamentar em público, nas reivindicações no mercado de trabalho que não é receptivo às mães e nos debates em defesa da divisão das tarefas domésticas na família, ansiando pela inserção dos homens no cuidado com filhos/as e na formatação de uma paternidade ativa, desconstruindo papéis tradicionais de gênero e a divisão sexual do trabalho (LARA, et al., 2016).

É nessa perspectiva que ao questionar a inserção do privado no público, o feminismo coloca em debate a divisão sexual do trabalho e o cuidado com as crianças como capacidade inata da mulher, buscando compreender e discutir a maternidade como uma dimensão implicada em processos de dominação e subordinação que regem as relações entre os sexos. Pretendendo romper com categorias fixas de uma identidade feminina única, os feminismos, em seus desafios internos e externos, através de ampla variedade de argumentos e teorias, não se constituindo como um único projeto, luta contra essa sociedade disciplinar que oprime as mulheres através do modelo idealizado de maternidade.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS: riscos e ilusões que levaram ao aprendizado e conhecimento

Para este capítulo, apresento alguns dos principais questionamentos com as quais me deparei e que também fiz a mim mesma no trajeto de investigação da maternidade dessas mulheres e sua relação com empoderamento, além de problematizações dos procedimentos metodológicos utilizados durante toda a pesquisa.

Ao decorrer da pesquisa, adquiri maior empatia com mulheres-mães, por isso, atento a necessidade de agradecer a todas as mães que passaram por mim durante essa jornada, por terem deixado rastros intensos de inspiração em me fazer buscar entender e investigar os processos de maternidades. Todas essas mulheres foram fundamentais para a construção dos meus interesses e objetivos de pesquisa e para a mudança e formação da minha sensibilidade e olhar enquanto pesquisadora, mulher e ser humano. Durante o andamento de pesquisa, me desconstruí e tentei reformular minhas opiniões e preconceitos sobre maternidade, entendendo o quão complexa e ao mesmo tempo simples, é a relação mãe-filhos/as.

Durante todo o processo de pesquisa realizei a vigilância epistemológica visando a produção de conhecimentos científicos através de uma reflexão epistemológica que busquei fazer em todas as etapas da pesquisa, a começar pela construção do objeto de estudo, no tratamento metodológico, em todas as partes da investigação até a análise (BOURDIEU, 2004).

4.1 “Quem pariu Mateus que o embale”: reconhecendo a pesquisa e se reconhecendo nela

Quando dei início as minhas leituras sobre maternidade, passei a refletir o porquê do tema me interessar tanto, já que não sou mãe e penso não ter nenhuma pretensão em ser. Acredito que minhas leituras sobre gênero e os meus antigos e ingênuos anseios em acreditar em uma sociedade em que as mulheres conquistassem o mais próximo da equidade para com os homens, me levaram a concluir que os cuidados das mães com os/as filhos/as eram um dos pontos mais instigantes para pensar o cerne das desigualdades de gênero.

Assim, acredito que minhas experiências pessoais, profissionais e acadêmicas foram se acumulando para que eu pensasse meu objeto de estudo. Em casa, meu pai sempre acreditou em minha capacidade intelectual, talvez porque não tivesse filhos homens e por eu ser sua filha mais velha. Como comenta Simone de Beauvoir em *Memórias de uma moça bem-comportada* em sua

relação com seu pai ao investir intelectualmente nela. Ou como a proximidade de Frida Kahlo com o pai Guillermo Kahlo, a fez herdar a veia artística. O fato é que fui muito interpelada por meu pai a instigar a realidade, ele sempre me demonstrou curiosidade pelo que acontecia ao redor dele e também fora de sua bolha. Acredito que essa influência plantou em mim uma semente para a sensibilidade com o social e mais tarde o interesse por representações femininas nos filmes, música, desenhos e literatura.

Fiz graduação em Serviço Social e minha atenção ao longo do curso se voltou mais para questões do público feminino, sendo a maior demanda da profissão, das políticas e das diversas instituições em que atuam as assistentes sociais (CISNE, 2004). Contudo, não considero que fui feliz em minhas investidas acadêmicas durante o curso, sinto uma lacuna em minha formação a respeito das questões de gênero, mas a experiência na universidade me foi oportuna para descobrir novas leituras e entender que minha paixão pelas representações femininas fazia sentido, apesar de depois perceber que as condições femininas eram bem mais graves que questões de representatividade.

Na época em que elaborava meu projeto de pesquisa para a seleção do mestrado, estive durante uma hora em uma sala de espera de um consultório médico pediátrico, onde mães e crianças e alguns pais esperavam ansiosamente a sua vez no atendimento. Diante da recepcionista, ouvia muitas indagações dos poucos pais que acompanhavam as mães e os/as filhos/as na consulta. “A médica vai demorar muito?”, “Quantos estão na minha frente?”, “É que eu trabalho, não posso demorar”. Era visível que para os pais o tempo que se passava ali era uma perda, um momento que despertava extrema impaciência, o trabalho deles era mais importante que a saúde dos/as filhos/as naquele momento. Já para as mães que aparentavam mais acostumadas com inconvenientes do tipo, se mostrando menos abaladas com a demora, a consulta para o/a filho/a era prioritária, mesmo apostando eu, que elas também trabalhassem fora de casa. Já que a conjuntura capitalista com a qual vivemos hoje não permite que tantas mulheres, como as que se encontravam no consultório, trabalhassem apenas em casa.

A situação embalou minha vontade de pesquisar sobre a condição da mulher-mãe. Sempre observei que os homens são mais do que dispostos a exporem o que lhes incomodam aos berros, não são muito receptivos a estar em posição de subordinação doméstica como o cuidado com filhos/as. As mulheres parecem se dar por satisfeitas com as dificuldades, conformadas em serem as principais responsáveis pelos filhos/as. E me indaguei se essas mães pensariam assim ou se para não

havam tido opção de refletir sobre o quão estavam sendo injustiçadas no seio de sua própria vida, dentro de sua casa, pelos seus companheiros, em detrimento dos/as filhos/as. Quis ouvi-las.

“Quem pariu Mateus que o balance”, mas e quando Mateus não foi feito, desejado e programado sozinho? Como pode uma mulher desenvolver sua vida e suas atividades individuais se ela é a única responsável integral pela vida de outra pessoa? Comecei a desenvolver uma empatia pelas mães que muitas vezes me colocou em uma posição de culpa e pessimismo. Afinal, todos e todas nós organizamos nossas vidas supondo que existe alguém em nossas casas cuidando dos afazeres domésticos, das crianças, ou dos adultos, idosos e pessoas com necessidades de cuidado.

O que me deu oportunidade durante a vida de conseguir organizar meu cotidiano e meus estudos foi o fato de que minha mãe, e antes dela minha avó, e antes dela minha bisavó, carregaram os/as filhos/as e companheiros nas costas, enquanto estes tinham mais liberdade para serem e se afirmarem indivíduos. A minha geração teve mais privilégio já que sou mulher e exerço minha individualidade até então. Mas isso até quando? Até o dia em que eu engravidar? Não quis esperar chegar esse dia para se pôr no lugar das mães, pensava. Não valorizamos o trabalho doméstico o suficiente, mas não se trata só disso, se trata de dividir as tarefas dentro da nossa própria casa. Percebi que esse é o maior vulto de revolução para a conquista da equidade de gêneros, a divisão dos trabalhos dentro de casa, inclusive e principalmente, os cuidados com as crianças, em todo o seu processo.

Quando ingressei no mestrado no início de 2015, minha conjuntura de vida passou a ser outra, vivi uma reviravolta, meu pai havia sofrido há pouco uma parada cardiorrespiratória durante uma cirurgia e estava se recuperando com graves sequelas. Enquanto lia e repensava sobre as questões e papéis de gênero na família colocadas como naturalmente pertencentes às mulheres, passei a me dividir entre leituras e os cuidados com meu pai, e observei que minha mãe teve de exercer maior parte das funções para com ele. Algumas vezes, presenciei reclamações dela, quando muito aborrecida com a situação a qual vivíamos na época e a qual ainda nos encontramos, já que meu pai segue precisando de cuidados. Foram frases do tipo “Eu não tenho vida, nunca tive vida”, “Minha vida sempre foi para cuidar dos outros e nunca de mim” que me provocaram muita angústia, principalmente por nunca ter visto minha mãe expressar tal sentimento, ela que só veio terminar seus estudos e se emancipar financeiramente após ter tido e cuidado de três crianças.

Como posso eu estar pesquisando sobre mães e seus dilemas com a vida doméstica, enquanto minha própria mãe teve que tirar licença de seu trabalho, onde recentemente conquistava mais autonomia, para voltar ao *locus* de cuidadora e dona de casa, aprisionada ao lar? Que direito

tinha eu de me trancar o dia inteiro em uma biblioteca enquanto minha mãe se anulava mais uma vez em casa?

Tive muita dificuldade em digerir a situação, me dividia o máximo para auxiliá-la em casa, mas percebia o quanto ela estava presa e apegada a ideia de que ela era a principal responsável pelos cuidados com meu pai e muitas vezes não deixava que eu tomasse partido, mesmo sentindo as angústias mencionadas anteriormente. Por que ficam as mulheres tão envolvidas em seu espaço designado da casa, da família, do marido e dos/as filhos/as? Refletia. Mais do que nunca entendi o que Virginia Woolf quis dizer em “Um teto todo seu”, quando fala da falta de um espaço individual das mulheres para dedicar-se a escrita e fazer reflexão sobre si mesma. Pela primeira vez esse meu espaço estava desintegrado, minha mãe sequer teve momentos nele.

4.2 “Nada a temer, mas a compreender”: reconhecendo o campo, identificando o objeto e realizando a pesquisa

Eu havia estabelecido um roteiro de investigação bem delimitado quando percebi que minha experiência enquanto pesquisadora me levaria a viagens mais contínuas e imprevisíveis. Passei a visualizar um começo e um meio, mas nunca um fim para as sensações e resultados vivenciados, mas mesmo alongando minhas ideias amadurecidas sobre a pesquisa, tive que reavaliar sua imensidão e reestabelecer um novo roteiro, mais ambicioso, porém conciso, o começo recomeçou, o meio se estendeu, o fim, acredito, não dará sinal de vida.

Já que a atividade de construção de um conhecimento tem sempre um ponto de partida, minha curiosidade partiu do interesse inicial de analisar o contexto sócio-histórico emergente sobre como o pensamento feminista e sua relação com o exercício de maternidade de mulheres. Com a leitura de textos para compressão e reflexão sobre o pensamento moderno e como este tende a se constituir no campo das ciências sociais, passei a refletir sobre a escolha subjetiva de meu objeto de pesquisa, tendo em vista minha prerrogativa particular.

Existe, segundo Coutinho (2004) um interesse pelas consequências quando se fala em pesquisar os fenômenos humanos, não há como rejeitar tudo da ordem das significações e dos valores. Então, minha história de vida enquanto mulher, profissional, estudante, feminista e filha, talvez tenha me levado à escolha do meu tema de pesquisa.

A situação inicial da pesquisa era que eu pretendia identificar a relação entre feminismo e maternidade na cidade de Teresina, tendo como sujeitas mulheres-mães. Só depois, ao observar na

internet o quanto a palavra “empoderamento” vinha sendo usada por pessoas, páginas e grupos com teor feminista, inclusive relacionados à maternidade, foi que resolvi focá-la na pesquisa e investigar como essas mães faziam uso desse empoderamento diante das problemáticas da maternidade, o que me parecia bem mais próximo da realidade e exequível, tendo em vista que as reflexões feministas nem sempre são pensadas de forma palpável por todas as mulheres, embora o assunto tenha ganhado holofotes.

Segundo Ladrière et al (1991), a ideia de cientificidade representa uma forma absolutamente geral de autorregulação do processo de aquisição dos conhecimentos. Mas, não pode ser igualada a uma forma determinada de ciência, ela contém diversas formas concretas possíveis de realização. Então, foi percebido que não há como separar o que é da ideia geral de cientificidade e o que é da competência particular que essa ideia reveste. Não existe uma identidade de cientificidade totalmente admitida, principalmente quando se vai elaborar uma metodologia das ciências humanas. A ideia de cientificidade é constituída progressivamente na construção da pesquisa, ou seja, foi no decorrer da progressão da pesquisa que fui elaborando os critérios e assim aperfeiçoando os conflitos, confrontando os métodos e resultados.

Com isso, não se tratou apenas da aquisição do saber, mas também do aperfeiçoamento da metodologia utilizada e da elaboração das normas percorridas e constituídas. Portanto, percebi que não existe uma fórmula para realizar ciência, existem saberes capazes de se modelarem e se aperfeiçoarem através de métodos que são utilizados e testados para conquista de um modo eficaz. Bem mais que o crescimento do conhecimento, a pesquisa foi para mim a criação de condições que tornaram possível produção qualitativa e aquisição de novas informações. O essencial foi o processo de interação que me levou a determinados resultados e não exatamente o resultado em si.

Acabei ampliando minha visão enquanto pesquisadora de que não estava apenas a buscar respostas e resultados para o meu problema de pesquisa, mas também tendo a oportunidade de compreender os procedimentos rigorosos que utilizei durante a realização do estudo. Muito mais que os resultados, a pesquisa foi sobre criar um método compatível com meu objeto.

À vista disso, me apropriei da contribuição de Morin (2001) que faz um percurso do paradigma da simplificação ao paradigma da complexidade, ou seja, o paradigma da simplificação da ciência clássica está em um momento de transição rumo a um paradigma da complexidade. Morin (2001) construiu um pensamento bastante crítico em relação, sobretudo à nossa forma de pensar. Ele recorre ao conceito de paradigma para pensar e reflete sobre nossas formas de pensar e

agir no mundo e na sociedade moderna. Não se resume o conceito de paradigma ao campo científico, ele o ultrapassa.

Ao extrair de Thomas Khun, o sentido de paradigma, como fundo de evidências escondidas e imperativas no campo científico, Morin (2001) diz que a revolução científica se dá através da mudança de paradigma. O modelo científico serve até o ponto em que ele responde aos problemas que são colocados, mas após mudanças na realidade e nos próprios objetos, esse modelo vai ficando insuficiente para dar respostas. Com isso, Morin (1998) anuncia um novo modo de pensar, surgindo do paradigma da complexidade, em que os nossos objetos de estudo estão muito complexos e que a ciência clássica não dá mais conta destes. O termo paradigma tanto tem obscuridades como tem ambiguidades, mas tem também a possibilidade de uma radicalidade profunda, ele permite que a gente possa perceber emergências recentes e assim que possamos tomar consciência de novas formas de ver o mundo.

Nós raciocinamos desde o pensamento do senso comum, do dia a dia até o conhecimento científico. Para Morin (2001), o paradigma nos dá conceitos e categorias fundamentais e a armação lógica de arrumar esses conceitos na vida social, política, cultural, religiosa, entre outras. Nesse sentido, o paradigma orienta, governa e controla a organização dos raciocínios. Há uma recursividade: ao mesmo tempo que o paradigma é comandado pela própria situação que ele gera, de orientação, de controle, ele vai organizando nosso raciocínio e vai incidindo sobre ele de novo, ele atua na parte em que organizamos o pensamento, embora seja inconsciente ele alerta a nossa vida consciente.

O paradigma promove e seleciona as categorias que são mestras na nossa capacidade de entender e explicar o mundo. Também estabelece princípios da seleção ou rejeição das ideias. Tende a fazer com que a gente não respeite ou não enxergue aquele outro. Morin (2001) chama de simplificação, quando seguimos uma direção, ignoramos a outro. Isso foi o que fiz durante a pesquisa, foi necessário classificar, analisar, encontrar as menores partes para conhecer e entender, ou seja, o paradigma em uma proposição lógica que diz que o conhecimento científico só é possível ao simplificar a compreensão. Tive que simplificar o máximo possível minhas intenções de pesquisa e meu objeto de estudo para que fosse facilitada a compreensão do mesmo.

Portanto, a pesquisa é de base social qualitativa, consistindo em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos (GOLDEMBERG, 2007). Com o intuito de fundamentar e embasar a pesquisa, foi feita uma aproximação inicial com a área a ser estudada, com pesquisa documental (MAY, 2004), sobretudo bibliográfica sobre o tema,

através de leituras de livros, artigos, monografias e dissertações, além de contatos e vivências pessoais e profissionais.

Segundo Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21)

Sobre a necessidade de uma sistematização teórica ao realizar uma pesquisa utilizando-se de empirismo, Giddens (2001) me norteou ao falar de como é essencial trabalhar o empirismo filiado a uma reflexão. A teoria social da atualidade foi renovada e existe essa necessidade de compreender nas ciências sociais os componentes teóricos e as implicações dos fatos empíricos. Com isso Giddens (2001) enfatiza que não devemos nos deixar levar por uma ideia e criar uma teoria, uma verdade absoluta, uma tese sobre determinado assunto, como os positivistas. Sendo assim, realizei um cuidado preocupado em fundamentar teoricamente a pesquisa, utilizando-se de autores diversos com as mais variadas posições, fundamentando a pesquisa em uma polifonia de vozes.

A produção do conhecimento científico vem sofrendo muitas mutações, tendo em vista a epistemologia feminista que vem a acrescentar conhecimentos, com um projeto de ciência alternativa, em que, segundo Rago (1998) as mulheres possuem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, classificada como das margens, da construção insignificante, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso feminista.

Considerando que a pesquisa versa sobre um demarcador identitário das mulheres, a maternidade, estas mulheres não foram pensadas como uma essência biológica pré-determinada, mas como detentoras de identidades construídas social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos e saberes instituintes, desconsiderando a centralidade de uma sujeita mulher, assim a maternidade dessas mulheres é vista também pela perspectiva da categoria gênero, de forma desnaturalizada (RAGO, 1998).

Diante disso, a presente pesquisa constitui-se como uma pesquisa feminista, que segundo Olesen (2006), se desloca para uma crítica às disciplinas acadêmicas e às instituições sociais, e para a falta de atenção dedicada à vida das mulheres, em direção ao debate e à discussão a respeito de questões epistemológicas críticas. Na pesquisa feminista, predomina o reconhecimento da

diferenciação dos indivíduos com as quais a pesquisa é feita, o desvanecimento do conceito de “mulher” ou de “mulheres” universalizadas e as preocupações em relação às próprias características das pesquisadoras (OLESEN, 2006).

Eu pretendia inicialmente selecionar as mães através de creches e escolas de educação infantil. Mas em outubro de 2015, li uma notícia²⁸ em um portal local sobre mães que se reuniram com seus bebês e fizeram um mamaço no estabelecimento *Coco Bambu*, após uma mãe ter sido constrangida por funcionários enquanto amamentava o filho no local. Aos poucos fui estabelecendo contato, através da internet, com essas mães que realizaram o manifesto, e logo descobri que elas integravam grupos maiores de mães que se propunham discutir e realizar empoderamento feminino na maternidade. A luz veio ainda maior quando percebi que a palavra “empoderamento” era utilizada por elas para designar o que ocorria entre as mães nos grupos. A partir disso tive certeza que havia encontrado um campo rico para minha pesquisa.

Inicialmente tive receio de pesquisar a questão, por achá-la um tanto fútil diante da diversidade de questões sociais que me cercam, principalmente por constatar que a maioria das mães eram mulheres inseridas em um contexto de consumo e estilo de vida diferenciado. Como diz Caldeira (1988) que a pesquisa deveria permitir discursos e conversas entre pessoas que se diferenciam entre si pelos mais diferentes critérios, ou seja, deve haver um distanciamento entre as duas culturas, para que surja um novo contexto para a circulação do conhecimento. A falta de um relativismo cultural, por eu estar inserida em um contexto parecido ao das mulheres-mães dos grupos, me fez pensar bastante se esse seria um caminho que valeria a pena pesquisar.

Então, me deparei com contribuição de Geertz (1997), que diz que a reflexão sobre o pensamento passou da comparação de processos psicológicos entre pessoas (não havendo mais preocupação com a produção do pensamento como subjetividade individual), à questão de comensurabilidade das estruturas de uma comunidade linguística como as de outra. Para Geertz (1997) somos todos/as nativos/as, passamos a tentar descobrir como é que os outros organizam seu universo de significados. E foi o que fiz, não havendo separação entre mim, enquanto pesquisadora, e as pesquisadas, estando em uma sociedade de culturas diversificadas, pesquisei um objeto que por si não se faz homogêneo.

²⁸ Grupo de mães promovem mamaço no restaurante Coco Bambu e geram repercussão na Internet: <http://clubesat.com/post/grupo-de-maes-promovem-mamaco-no-restaurant-coco-bambu-e-geram-repercussao-na-internet>> Acesso em outubro de 2015.

Segundo Boudieu (2004), a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade. Para que eu, enquanto pesquisadora, pudesse praticar a boa epistemologia, tive de usar técnicas de ruptura com o senso comum e assim evitar cair no saber imediato de conclusões próprias e espontâneas. Ao me reconhecer como parte da pesquisa, existe a possibilidade de que eu constata um conhecimento auto evidente, tal como ele é aceito e compartilhado, podendo ser retiradas pré-noções do senso comum de minha realidade.

Por isso o controle epistemológico se fez necessário, a partir do que Bourdieu (2004) propõe ao falar das técnicas de ruptura: o uso de estatísticas, que desmistificam conceitos e verdades pré-estabelecidos, estereótipos e generalizações; as definições provisórias do objeto investigado, realizadas com análise lógica; e a análise lexicológica das explicações correntes sobre uma ordem de fenômenos (BOURDIEU, 2004).

Adquirida a consciência de que, como pesquisei a maternidade, e esta faz parte da conjuntura familiar da vida da maioria dos indivíduos, sobretudo da minha, destaca Velho (1978) que nem sempre o que é familiarmente visto e encontrado é plenamente conhecido. Com isso, foram tomadas prudências críticas quanto às similitudes e descontinuidades entre meu mundo enquanto pesquisadora e o mundo das pesquisadas, no sentido de levar em conta a possibilidade de estranhezas mesmo adentrando território íntimo, revendo aspectos e concepções para perceber continuidades e rupturas entre as interpretações envolvidas. Sendo realizado o exercício de estranhar o exótico e de tornar o exótico familiar (DAMATTA, 1978; GEERTZ, 2004; BOURDIEU, 2004).

Durante a pesquisa foi realizado o olhar cego, que seria um olhar analisador subcortical que olha através do qual a pessoa se funde no contexto, não indicando um sujeito e um objeto, mas sim uma participação no contexto geral. Um olhar que não é interpretado, não é carregado de sentido mas há sensorialidade que circula sem que seja necessariamente consciente e interpretada. Há um olhar que está além do olhar objetivo. Um olhar geográfico ou espacial. Um olhar que não está ligado ao tempo, que não está ligado à memória, que não está ligado a um retorno à história do sujeito, não funciona a partir de uma interpretação e não é um confronto entre um passado e uma atualização do olhar. Com isso, a pesquisa é embasada por uma desobjetivação do olhar, para ir rumo a um mergulho interno que permite recolocar o imaginário em movimento, retirando os pés do

chão e contraindo uma perda das noções gravitacionais, um olhar menos manchado de linguagem (ROLNIK, 2004).

Esse olhar consistiu em deixar que as sujeitas pesquisadas entrassem em mim, sem que antes eu procurasse nomeá-las ou objetivá-las. Destarte, durante a pesquisa, quando me tornei elas, de certo modo, minha própria corporeidade me informou sobre os movimentos que aconteciam com elas. O que Godard diz quando insinua que “Não posso ver o outro, não posso senão perceber em meu próprio corpo o efeito deste olhar sobre o outro, e só num segundo tempo objetivar este efeito” (ROLNIK, 2004, p. 74). Assim, minhas experiências com as sujeitas da pesquisa consistiram em um olhar que esteve entre uma coisa e outra, que não tinha uma certeza exata sobre o que via, mas que tateava para perceber e reconhecer.

De acordo com o pensar relacional de Bourdieu (1989), o presente trabalho buscou implicar uma combinação entre teoria e metodologia, defendendo a indissociável relação que existe entre teoria, método e aquilo que se quer pensar, fazer ou buscar no contexto da pesquisa. Com isso, tais elementos essenciais não estarão separados. O método utilizado tem um rigor, uma vigilância das condições e uma adequação ao problema. Então, ao pensar relacionalmente como orienta Bourdieu, foi necessário implicar em uma combinação de técnica, evitando o monotésmo metodológico.

Eu havia tentado justificar a mim mesma que a classe média seria essencial para buscar o que queria quando imaginava que a maternidade poderia ser menos compulsória e mais empoderada em se tratando de mulheres que tiveram oportunidades para tal, essa era minha visão limitada de empoderamento na época, não que achasse que mulheres de camadas pobres conquistem menos prazer e poder em seus exercícios de maternidade, mas quis categorizar as mulheres da pesquisa para evitar conflitos futuros quanto ao local identitário, me preocupando em não universalizar sujeitas. Por fim, me certifiquei que o demarcador de gênero coloca as mulheres na posição de oprimidas, independente de classe e raça, e pensando em mulheres-mães, mais ainda, por serem as mães, invisíveis em seu protagonismo de mulher e silenciadas em seus anseios de mãe. Portanto, as mulheres sujeitas da pesquisa são as diversas mulheres dos grupos sobre empoderamento da maternidade, independente de marcadores identitários além da maternidade, são mulheres que encontram-se vivenciando o processo de empoderamento diante das vicissitudes de ser mãe.

Bourdieu (1989) me auxiliou também com mudanças traçadas ao longo pesquisa, ao enfatizar a ideia de que é importante estar sempre aberto/a a errar e a aprender com os erros. Então, ao me permitir ter ideias abertas sobre meu objeto de pesquisa, aproveitando e desfrutando das intervenções e críticas durante o processo, fui capaz de construir a pesquisa na medida em que fui

pesquisando, colocando a pesquisa amostra e permitindo outras contribuições, perspectivas e olhares para a construção e desconstrução de ideias. Mais do que o aspecto manual, o aprendizado do ofício da pesquisa, está em como fui percebendo que as várias orientações para minha pesquisa, foram também parte do pensamento e construção. Então, foi possível aprender por meio dos erros, o objeto de pesquisa foi negociado na interação com os atores e no plano da construção e definição do problema pesquisado (OLIVEIRA, 2004).

Felizmente, reconhecido os erros, passei a entender que as mães dos grupos coletivos seriam compatíveis o suficiente com minhas intenções de pesquisa, pelo que me deparei ao me aproximar do campo e observar uma conjuntura de maternidade envolvida e engajada no bem-estar da criança e da própria mãe, na preocupação com o cuidado em todas as expressões, nas tendências mercadológicas, de cuidado, educação e de estilo de vida, em que as mães não apenas maternavam sobre orientações de seus/suas médicos/as, suas mães, tias e avós, sem maiores questionamentos, mas sim procuravam se informar sobre todos os processos que envolviam suas maternidades e a maneira mais saudável, favorável e benéfica para a vida dos/as filhos/as e as suas próprias vidas.

A pesquisa de campo foi de orientação predominantemente etnográfica, nas construções dos dados foram utilizadas a observação direta (HARGUETTE, 1957), o diário de campo (FOOTE WHYTE, 1957) e a realização de entrevistas semi-estruturadas, individuais (GASKELL, 2003), instrumentos mediante os quais procurei entender o mundo das sujeitas e como elas ressignificam a maternidade, bem como os sentidos desta, como parte de suas identidades. A construção das questões para as entrevistas foi orientada a partir de tópicos-guia com eixos temáticos, para melhor explorar as categorias que seriam trabalhadas na dissertação.

Passei dois anos acompanhando essas mães, nas redes sociais de forma virtual, e em atividades realizadas em grupo de forma pessoal, além de eventos diversos sobre maternidade em geral, em que conseqüentemente estavam presentes muitas das mães que compunham os grupos de empoderamento. Como a Marcha pela Humanização do Parto, os mamaços em locais públicos, as festividades, palestras e as rodas de conversa, entre outros.

Com isso, enveredei pela observação participante, estabelecendo um olhar devidamente sensibilizado pela teoria lida, baseando esse olhar no que utilizo como referencial, em que construí previamente meu objeto de investigação em uma primeira prefiguração. Então, já tendo em meu alcance uma documentação histórica, acrescentada ao olhar domesticado teoricamente, a observação se deu como um prisma em que a realidade sofreu um processo de refração (OLIVEIRA, 2000).

Pesquisando as atividades dos grupos, também foram utilizadas conversas do cotidiano como coleta de dados sendo meios úteis para interação social e produção de sentidos, assim as conversas informais estabelecidas com as mães durante a observação participante, são formas por meio das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações que estabelecem no cotidiano, havendo as vantagens de flexibilidade temporal, havendo maior duração; flexibilidade espacial, acontecendo em diferentes lugares; variabilidade na composição dos/as participantes e descompromisso disciplinar dos/as participantes. Acontecendo por diversas vezes nos diversos encontros dos grupos (MENEGON, 1999).

Estabelecendo laços com mães e suas famílias e entendendo as sociabilidades geradas por meio dos encontros e da internet como espaços de participação social, realizei também o exercício de ouvir, eliminando os ruídos insignificantes e selecionando o que é importante para o *corpus* teórico, através da escuta das explicações fornecidas pelas próprias mães. A preocupação constou em superar os obstáculos quanto a manifestação de termos e assuntos que dizem respeito ao idioma cultural das mães dos grupos, adentrando um mundo estranho que me foi permitido penetrar. Com isso procurei entender o que era a maternidade para elas, confrontando os dois mundos, o meu e o das informantes, estabelecendo uma interação dialógica mútua (OLIVEIRA, 2000).

Com isso a observação participante realizada serviu primeiro para a geração de hipóteses e posteriormente, ao serem testadas essas hipóteses, de conhecimento efetivo, considerando a empatia gerada pelas informantes, tal interação consta em que “o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação pelos membros daquela sociedade, de modo a não impedir a interação necessária” (OLIVEIRA, 2000, p. 24).

Com isso, foi desempenhado um empreendimento científico na observação, com rigor e atenção analítica para sustentar o caráter fundamentalmente interpretativo, teórico e ético da pesquisa (HARGUETTE, 2001). A realidade pesquisada, em seus aspectos familiares e exóticos, foi filtrada por meu ponto de vista enquanto observadora, percebida de maneira diferenciada, também percebendo o rigor científico enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa (VELHO, 1978).

Durante toda a trajetória de pesquisa foi utilizado o diário de campo, que se constitui em um exercício de reflexão e narração das situações vivenciadas na pesquisa para contribuir com a compilação de informações extras, garantindo uma apreensão mais aprofundada da realidade dos grupos de mães pesquisados. Os diários de campo foram úteis para auxílio de memória para a

análise das informações em profundidade (WHITAKER, 2002). Também foi utilizado como coleta para registro de memória, a fotografia como recurso objetivo de pesquisa, servindo como “suporte da necessidade de vínculos entre os momentos desconstruídos do todo impossível, como documento da tensão entre ocultação e revelação” (MARTINS, 2008, p. 36).

Ao realizar uma pesquisa etnográfica, considera-se que o pesquisador tem a inserção em meio ao agrupamento social, acompanhando, participando e estabelecendo vínculos, contando com o registro dos dados e implicações, tanto da relação em grupo como da relação do pesquisador com o coletivo, em diário de campo. Para mim, enquanto pesquisadora, a compreensão dos sentidos e das ações das sujeitas pesquisadas é primordial. Com isso, durante as atividades realizadas procurei imergir no mundo das mães para que pudesse captar os processos de interação e os significados de seu envolvimento com as questões levantadas individualmente e coletivamente (OLIVEIRA, 2004).

Então, os grupos ultrapassam as redes sociais, essas mães constituem vínculos que acabam por realizar trocas e compartilhamentos pessoalmente, constituindo amizades que fortalecem as experiências na vida pessoal de cada uma. Também realizam atividades diversas em prol da maternidade saudável, do parto normal humanizado, do aleitamento materno e dos direitos das mães e crianças, no sentido de oportunizar o empoderamento das mães através da quantidade máxima de informação. As mães que integram os grupos, dizem tanto buscar se empoderar como empoderam outras mães, através da troca de experiência e do apoio coletivo.

Durante essa trajetória de acompanhamento dos grupos, observei que a maioria das mães que os compunham, são consideradas mães de “primeira viagem” e as demais são mães de “segunda viagem” sendo que o/a primeiro/a filho/a ainda está na primeira infância, ou seja, com crianças pequenas, sendo assim, todas passaram recentemente pelo momento de planejamento, formação familiar e de gestação, estando na fase inicial da maternidade, experimentando mudanças na vida e no corpo.

As sujeitas selecionadas e identificadas dos coletivos de mães foram contatadas através de aproximações feitas tanto pelas ações públicas realizadas pelos grupos, como pela repercussão dos grupos na mídia local, em prol de causas que perpassam o âmbito da maternidade e que estas sujeitas estiveram presentes em quantidade significativa. Também me aproximei delas através do grupo de *WhatsApp*. Por conseguinte, meus primeiros meses em campo, serviram para que eu tivesse um entendimento sobre a comunidade, tanto me utilizando dos rastros de informações que elas deixavam via *internet* como os que as mães realizavam em encontros pessoalmente.

Durante o contato inicial com os grupos pesquisado, tracei o perfil deles através de observação participante, assim, as mulheres pesquisadas perpassam por quatro grupos diferentes. São grupos formados pelo aplicativo de mensagens instantâneas para *smartphones*, o *WhatsApp*, denominados: “Gestantes Poderosas”, “Apoio à amamentação”, “Apoio à amamentação 2” e “Introdução alimentar” que em tese aportam sujeitas representativas da pesquisa, foram sítios dinâmicos e dialéticos para a construção e identificação do objeto pesquisado. Os grupos foram surgindo nessa ordem citada, a partir da necessidade das pautas abordadas com as fases da maternidade dessas mulheres. A maioria das mães abordadas na pesquisa já passou por pelo menos dois dos grupos e uma parte significativa está ou esteve em todos.

Os grupos de *WhatsApp* ao permitirem rapidez e praticidade em termos de comunicação entre indivíduos, permite que essas mães estabeleçam uma micropolítica cotidiana, envolvendo enfoque em suas relações sociais. Nesse sentido, os grupos constituem-se um movimento identitário de caráter feminista ao evidenciar que o pessoal é político. As mães ao estabelecerem um olhar detido sobre as relações interpessoais, focam nas assimetrias e nos elementos de dominação presente em seu dia-a-dia.

Com as mães tendo a possibilidade de interagir nos grupos de *WhatsApp* e permanecer em diálogo continuamente, se relacionando com todas as que estão ali presentes, elas nutrem sintomas de pertencimento, associando-se e compartilhando informações, evidenciando que a comunicação é eficaz no jogo de interações e colaborações de umas com as outras. Ocorre então uma apropriação coletiva do uso e consumo de aparelhos celulares em relações de solidariedade e distinção entre as pessoas. Os bens proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens (CANCLINI, 2006).

Contudo, a parte da pesquisa constituída de observação participante versa sobre os encontros presenciais realizados por esses diversos grupos, pois a mim só foi permitida a participação em um deles, o “Apoio à amamentação 2”, sendo o campo as relações estabelecidas face a face bem mais aproveitado que a esfera de atuação online no ciberespaço. Houve então uma limitação também por parte de algumas das participantes dos grupos em não autorizarem conteúdo específico disposto no mesmo, sendo alguns diálogos íntimos para algumas. Entretanto, me utilizei do que foi coletado por observação participante em ambientes comunicacionais digitais para complementar e exemplificar o que é dito pelas mães na parte da pesquisa constituída por entrevistas semiestruturadas. Como acompanhei essas mães de forma limitada no âmbito virtual, considerando que os grupos de maternidade são privados e limitados a elas, onde me foi concedida exceção em participar de apenas

um dos grupos via *WhatsApp*, o que foi coletado nas interações mediadas por tecnologias serviu apenas para complementar o que foi mais efetivamente conquistado com as atrizes sociais de forma pessoal, mas não foi exposto como dado empírico no texto dissertativo.

Nesse sentido, as sujeitas da pesquisa são mulheres que exercem o papel de mãe e participam desses grupos via internet para debater suas maternidades versando sobre empoderamento, sendo mães residentes na cidade de Teresina-PI. As mães foram abordadas para analisar que sentidos têm maternidade para elas, de que forma se dão as experiências de maternidades a partir da perspectiva do empoderamento feminino, desde o momento de decisão por esse exercício de tornar-se mãe, até as consequências destes em suas vidas, tendo vivenciado recentemente o processo de gestação e planejamento familiar.

Com isso, ao abordar mães militantes e engajadas, diversifica-se as categorias familiares com diversos tipos de mães a serem consultadas, em que conseqüentemente se observou as diferentes implicações em que as mulheres estão submergidas. Variam-se, assim, as circunstâncias as quais essas mães exercem a maternidade, havendo mães de diversas faixas etárias, raças, crenças, projetos de vida, profissões e níveis de instrução, mas que, principalmente, vivenciam dilemas impostos pela cobrança social do exercício de um tipo de maternidade ideal e se envolvem mais evidentemente com as demandas desse universo, em busca de reverter sua condição refreada de mãe submissa, da família e do poder biomédico.

Foram utilizadas fontes documentais escritas, como fontes literárias que objetivam o real através de múltiplas (re)construções ambientais (PAIS, 1984), também foi feito o uso de alguns documentos públicos como fonte para construção do corpo textual, sendo produtos sociais que refletem as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia (SPINK, 2000). Também foi feito o uso de componentes informativos como fontes audiovisuais para conferir aproximação à vida cotidiana dos grupos pesquisados (PAIS, 1984).

A partir de pesquisa bibliográfica e leituras sobre gênero, maternidade e poder, concomitante o acompanhamento das atividades coletivas das mães nos grupos, tentei estabelecer categorias de análise para responder o que buscava de início, a relação entre feminismo e maternidade. Então, com o contato inicial com as mães, pude identificar e levar em conta o fato de que elas utilizam muito do termo empoderamento nos diálogos que perpassam os grupos, bem como nos eventos em que se mostram presentes. Com isso pude verificar que sentido tem a maternidade para as mulheres-mães e como se dá esse empoderamento relacionado à maternidade.

Com o uso de entrevistas semiestruturadas, foi possível unir elementos para responder isso, com as falas das próprias mães.

As entrevistas individuais semiestruturadas com tópicos-guias (Apêndice B) (BOURDIEU, 1997; GASKELL, 2003), foram realizadas pessoalmente, com marcação prévia, em que as mães foram contatadas antecipadamente a fim de programar horário, data e local, ficando tudo a critério das informantes, que escolheram a forma mais viável para participarem da pesquisa. Isso, tendo em vista que respeito o fato de que além de estarem contribuindo para a pesquisa, são mães atarefadas com filhos/as pequenos e seus demais afazeres diversos, em que a rotina de muitas se constitui em uma dupla ou tripla jornada. Para a escolha do local, foram orientadas sobre o sigilo e privacidade necessários para a realização da entrevista.

O tópico-guia é planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa, se fundamentando na combinação da leitura crítica da literatura, de um reconhecimento do campo, de discussões com indivíduos experientes e do pensamento crítico do pesquisador/a (GASKELL, 2003). Apesar das entrevistas seguirem uma estrutura de tópicos e eixos temáticos e terem mais diretividade, foi permitida a liberdade das entrevistadas para responderem em níveis profundos determinadas questões, facilitando a produção de informações sintomáticas sem censuras. Então, os tópicos-guias utilizados foram preparados com certa flexibilidade, mas felizmente não houveram mudanças durante as entrevistas, estas fluíram de acordo com os temas questionados.

Na entrevista semiestruturada, segundo Manzini (1990/1991):

A resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador como ocorre na entrevista dinâmica rígida. Geralmente, a entrevista semiestruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. O uso de gravador é comum a este tipo de entrevista. É mais adequada quando desejamos que as informações coletadas sejam fruto de associações que o entrevistado faz, emergindo, assim, de forma mais livre (MANZINI, 1990/1991, p.154).

Esse tipo de entrevista foi escolhido por ser mais flexível quanto ao desenvolvimento das perguntas, além de se ter a possibilidade de formulação de novos questionamentos, se necessário, e também por conferir maior oportunidade de abordagem junto aos sujeitos/as (MAY, 2004). Com isso, para melhorar a dinâmica das entrevistas, fazendo com que deslanchem mais, me preocupei em sempre pinçar um ponto que observei não ter sido tão bem respondido, perguntado por mais alguns detalhes sempre que necessário.

Assim sendo, as entrevistas foram realizadas de modo individual com as mães, permitindo profundidade em conversações que duraram entre uma hora e uma hora e meia. Começando com comentários introdutórios sobre a pesquisa, em seguida agradecimento pela participação, a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido, o pedido para que fosse feita a gravação e um breve questionário inicial para construir o perfil das sujeitas da pesquisa.

Por serem as entrevistadas, mães com crianças pequenas, e a maioria estar amamentando, precisam estar à disposição dos/as os/as filhos/as em uma boa parte de seus dias, umas mais que outras. Com isso, algumas entrevistas tiveram a interrupção por alguns momentos em que as mães precisaram atender demandas das crianças. Outras mães preferiram ser entrevistadas em seus locais de trabalho, em intervalos e após horário de expediente.

As informantes foram esclarecidas sobre a pesquisa mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), estando livres para participarem ou retirarem-se da pesquisa no momento em que o desejassem, bem como recusarem-se a responder qualquer pergunta. Todas leram e assinaram os termos na ocasião, não havendo nenhuma recusa em participar e responder perguntas. Desta forma, buscou-se seguir os preceitos éticos na pesquisa *com seres humanos* (OLIVEIRA, 2004), estando de acordo com a Resolução 466/2012 do Ministério da Saúde.

Todas as entrevistadas autorizaram o uso de tecnologia no processo, com auxílio de um gravador, permitindo que fosse possível se concentrar no que era dito em vez de fazer apenas anotações. Ao mesmo tempo, foi utilizado o diário de campo para captar subjetividades que não eram informadas com o recurso de áudio (WHITAKER, 2002).

As entrevistas foram transcritas e as falas das entrevistadas fielmente redigidas, de forma a respeitar a sintaxe dos discursos em prol da transcrição mais fidedigna possível, considerando que, na fala, a norma culta da língua é desrespeitada livremente até nos grupos mais privilegiados ou eruditos. Logo, foi tomado o cuidado de respeitar as entrevistadas, reproduzindo apenas os erros de sintaxe, as formas peculiares de articulação do discurso, como forma de reforçar o respeito pelas falas concedidas. Também foram destacados na transcrição os gestos significativos e expressões, que aparecem no texto entre parêntesis, para enfatizar sentimentos, uma vez que a riqueza da fala e suas ressonâncias, é impossível de ser repassada na escrita de forma efetiva (WHITAKER, 2002).

Para captar a essência, ou seja, o sentido verdadeiro do fenômeno social pesquisado, optou-se pela análise de discurso (AD) como abordagem de análise escolhida para o estudo da produção

discursiva. Considerando que as sujeitas pesquisadas reproduzem um discurso de caráter coletivo, a análise de discurso fornece visar sentidos que estão além de suas falas:

A AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o *corpus* da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680-681).

Deste modo, as falas das mães não dizem tudo, o sentido não está necessariamente intrínseco em suas palavras, ele é incompleto, devendo a mim como analisadora buscar os efeitos dos sentidos produzidos através de interpretação, observando a relação com o contexto histórico em que as mães informantes estão inseridas. Segundo Caregnato e Mutti (2006) a sujeita mãe não seria individual, ela está assujeitada ao coletivo de mães, ou seja, esse assujeitamento ocorre no nível inconsciente, quando uma mãe se filia aos grupos e interioriza o conhecimento da construção coletiva dentro deles, sendo porta-voz e representante daquele discurso e daquele sentido.

Para a interpretação e análise dos dados coletados nas entrevistas, foram utilizados os mapas de associação de ideias de Spink (2000), para compreensão da produção de sentidos das entrevistas:

Os mapas têm o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção linguística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção de sentidos. Constituem instrumentos de visualização que têm duplo objetivo; dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo (SPINK, 2000, p. 107).

Nesse sentido, realizei o que Geertz (1997) chama de análise das formas simbólicas disponíveis para poder entender o pensamento de um grupo. Eu precisei compreender as formas simbólicas que estiveram disponíveis para mim durante a pesquisa. Como por exemplo a linguagem, a cultura, a tecnologia, o consumo, o lazer, entre outras formas que envolvem os grupos das mães. São formas simbólicas que foram levadas em consideração de maneira conjunta, não

havendo fixação em apenas uma delas. São artefatos culturais e coisas sociais que foram essenciais na interpretação, não meros acessórios.

Para realizar a tarefa de navegar no paradoxo plural dos grupos de mães investigados, tive que enxergá-los como uma fábrica onde os pensamentos são construídos e desconstruídos, em que há mudanças ao longo de sua história, não sendo algo cristalizado. Ao desvendar o pensamento dos grupos, me debrucei etnograficamente nestes, numa perspectiva hermenêutica (da construção ou reconstrução de sentidos), lidando com paradoxos, com o que é plural e com o que é unificado, com o que é produto e com o que é processo. Olhando para os grupos de mães como lugares de fabricação, articulação, construção e desconstrução, compreendendo como a prática dos pensamentos se relaciona na vida das mulheres do grupo (GEERTZ, 1997).

Portanto, através desses procedimentos metodológicos, foram alcançados os objetivos da pesquisa proposta, bem como o conhecimento da realidade investigada.

5 MÃES EMPODERADAS: o marcador identitário, o empoderamento e o lugar das mães na família

No presente capítulo estão expostos os dados coletados na pesquisa bem como a análise dos mesmos. Organizado em três partes, o capítulo conta com a primeira parte sobre dados coletados por observação participante, em que foram elaboradas as primeiras hipóteses e assim configurado o perfil dos grupos de mães empoderadas, também feita descrição das atividades desenvolvidas com a participação das mães dos grupos. A segunda parte fala sobre a formação e surgimento dos grupos de apoio e empoderamento da maternidade, e a terceira parte trata dos significados das maternidades para essas mães a partir da fala destas nas entrevistas realizadas, configurados pela formação do marcador identitário de mãe, do empoderamento materno e do lugar da mãe na família.

5.1 “Nossos partos, nossas regras”: acompanhando os grupos de apoio à maternidade e traçando o perfil das mães empoderadas

Durante um ano e meio acompanhei atividades diversas sobre maternidade e reuniões de grupos de mães na cidade de Teresina, os eventos eram originários do mesmo círculo social das mães que compunham os grupos de *WhatsApp* pesquisados. As atividades ocorriam sem frequência estabelecida, mas em média uma vez por mês e os assuntos abordados nos eventos versavam sobre maternagem, parto, amamentação, entre outros. Não havendo um cronograma definido, as atividades eram organizadas de forma espontânea, podendo partir tanto das mães dos grupos, como também de profissionais de saúde, ou demais personagens cotidianos da realidade das mães.

Em novembro de 2015 participei da III Marcha do Parto Humanizado, organizada pelo Conselho Regional de Enfermagem do Piauí (COREN-PI), com intuito de defender os preceitos da Política Nacional de Humanização, exigindo compromisso do poder público em melhorar a assistência ao parto normal, bem como demonstrar apoio ao mesmo. Na ocasião haviam políticos, gestores, profissionais de saúde, estudantes, ativistas, mães, pais, crianças, entre outros. Sendo um evento que parte dos profissionais de saúde, pude notar que a marcha é protagonizada por enfermeiros/as e estudantes de enfermagem. Contudo, as mães marcaram presença significativa na manifestação. Pude acompanhar muitas das mães dos grupos de *WhatsApp* que se identificavam como “gestantes poderosas” na multidão. As mães faziam uso de cartazes, bem como de suas

barrigas grávidas pintadas com frases que pediam respeito ao parto e proclamavam o empoderamento da mulher como dona de seu próprio corpo, portanto de seu próprio parto.

Imagem 03: Gestante poderosa na III Marcha do Parto Humanizado



Fonte: acervo da autora

Um ano depois, em novembro de 2016 participei da IV Marcha do Parto Humanizado e o perfil das/os participantes era praticamente o mesmo. Exceto que nesse ano o número de políticos havia sido quase nulo. Pude observar que, adquirindo um caráter menos alegórico que a marcha de 2015, a marcha de 2016 teve como assunto carro-chefe a violência obstétrica contra gestantes, principalmente contra gestantes que desejavam o parto normal, já que marginalizado pelo discurso biomédico. Por tocar em feridas de forma mais explícita, o assunto fez ressurgir conflitos de interesses, algumas dos participantes do manifesto comentaram para mim que a IV Marcha do Parto Humanizado havia tido menos apoio e quase não iria ocorrer em 2016. O compromisso mais crítico com o combate contra violência obstétrica refletiu-se no público que participava da manifestação,

percebi pelo conteúdo dos cartazes levantados com denúncias de negligência médica em hospitais da cidade. Isso demonstra a tomada de consciência da população em geral, em especial dos profissionais de saúde que ali se encontravam, por serem os principais participantes da manifestação.

Estavam na marcha, mais uma vez, muitas das mães empoderadas dos grupos, com suas crianças também chamadas de “empoderadas”, não mais em suas barrigas, mas vestindo camisetas com a frase “Nasci com respeito”. Demonstrando uma militância que não era só para si, pois como já haviam parido, continuavam a apoiar o parto normal para as grávidas que estavam a parir. Saindo do âmbito “meu corpo, minhas regras”, para “nossos corpos, nossas regras”.

Imagem 04: Mães empoderadas na IV Marcha do Parto Humanizado



Fonte: acervo da autora

Imagem 05: Família na IV Marcha do Parto Humanizado



Fonte: acervo da autora

Imagem 06: Gestantes Poderosas na IV Marcha do Parto Humanizado



Fonte: acervo da autora

Dentre os atos realizados pelas mães empoderadas, os que mais marcaram a militância dos grupos foram os chamados Mamaços²⁹. Os mamaços realizados pelas mães empoderadas consistem em protestos em que elas levam seus bebês a locais públicos e dão de mamar em conjunto, simultaneamente, com o intuito de afirmar que amamentar em público é direito da criança e da mãe. Além disso o ato também demonstra incentivo a amamentação e sua importância para a criança. Na ocasião as mães aproveitam para fotografar e divulgar a ação nas redes sociais.

Imagem 06: Mamaço na Ponte Estaiada em Teresina - PI



Fonte: acervo da autora

²⁹A expressão “Mamaço” surgiu na França em 2006, numa reunião de mães que tiveram a ideia de amamentar simultaneamente os seus bebês em um grande encontro nacional e, que originou depois, a Associação Colegiada “La Grande Tétée” (Hora do mamaço, 2016). Disponível em: <https://horadomamaco.wordpress.com/2016/07/27/voce-sabe-como-surgiu-a-hora-do-mamaco/> Acesso em Novembro de 2016.

Imagem 07: Mamaço no Parque da Cidadania em Teresina - PI



Fonte: acervo da autora

Particpei também de reuniões organizadas por doulas³⁰, chamadas de Círculo Mães de Gaia³¹, ocorridas em temporadas esporádicas na Escola de Yoga de Teresina, para reunir mulheres e seus companheiros que pretendiam realizar parto normal humanizado e procuravam se preparar o máximo para o momento. As reuniões se davam em forma de roda de conversa, em que mulheres grávidas (participantes dos grupos de *WhatsApp*) e seus companheiros se apresentavam e informavam o desejo pelo parto normal. Logo depois as doulas apresentavam seu trabalho e tiravam dúvidas sobre todo o processo de parto normal humanizado, bem como o acompanhamento do pós-parto.

Ao se colocarem à disposição tanto para quem desejasse realizar parto domiciliar, quanto no serviço de saúde privado ou no público, as doulas comentavam que eram capacitadas para instruir o casal sobre todos os tramites, capacitando-os psicologicamente, fisicamente e financeiramente. Era

³⁰ Interventora que acompanha a mãe durante toda a gravidez, durante o parto e após o nascimento, tendo um papel psicológico de estar a serviço do casal e da mãe, principalmente as mães jovens de primeira viagem. Utiliza-se do princípio de partilha de mulher a mulher (BADINTER, 2010).

³¹ Segundo as doulas que organizam os círculos, a escolha do nome se deu porque Gaia, na mitologia grega, é a Mãe-Terra. Reforçando assim a ideia de quem as mulheres devem estar em contato com sua natureza para conquistarem o parto normal.

reforçado que o papel das doulas não é ajudar, e sim estabelecer uma rede de apoio para que as mulheres se sintam seguras, um auxílio para lembrar às mulheres do poder que elas têm. Com isso, observei que para o parto normal humanizado, não só se empodera a mulher, como também o pai e assim toda a família. Também é perceptível no discurso das doulas para com as mães a ideia de que a mulher possui um poder de procriar, parir e amamentar, reforçando certo essencialismo da maternidade como dom das mulheres.

Dentre os outros eventos em que as mães participavam, houveram palestras diversas realizadas em instituições de ensino, por movimentos sociais e culturais e por lojas e demais estabelecimentos comerciais de produtos para crianças, considerando datas comemorativas como o Dia das mães, Semana Mundial do Aleitamento Materno, Dia Internacional da Mulher, entre outros. Nesses eventos as mães dos grupos eram unânimes, levando os/as filhos/as e familiares. Nos eventos de lojas e shoppings, embora os eventos versassem sobre assuntos que não necessariamente objetivavam o consumo de produtos pelas mães, ficou subtendido que a intenção das empresas era estar próxima de suas possíveis clientes.

A partir dessa minha percepção e descoberta da maternidade que se envolve e se preocupa com questões de saúde e cuidados para se manter empoderada, chamada por mim e mais precisamente pelas mães pesquisadas de maternidade empoderada, percebi que na busca de informações sobre os processos maternos, as mães acabavam por resgatar a ideia essencialista de mãe instintiva e detentora de dádivas e habilidades especiais, ressignificando assim as atividades domésticas tradicionais designadas às mulheres e a ideia de um instinto materno.

Ficou claro para mim durante observações participantes que como estratégia para desmitificar medos e inseguranças sobre o cuidado com os/as filhos/as e consigo mesmas, as mães orientam umas às outras com uma ideia inicial que fundamenta todas as demais questões, a de que todas elas são perfeitamente capazes de exercer a maternidade em todas as suas nuances, que detêm o corpo e a mente próprios para parir, acolher, cuidar e amamentar, entre outros, e que ninguém possui o direito de dizer o contrário. “Empoderar-se” para essas mães, seria reconhecer-se enquanto mulher em sua ligação com a natureza e como mãe protagonista de seu corpo e de sua maternidade.

Esse modelo de maternidade também é elencado no trabalho de Carvalho (2012), em que chama de maternidade mamífera, em que as responsabilidades maternas começam antes mesmo do parto e perduram por muitos anos da vida da criança e de forma intensiva. Trata-se de uma maternidade revalorizada com uma nova imagem de mãe ideal e uma série de responsabilidades, havendo também muitas vantagens para as mulheres, com um modelo de maternagem que é

construído por elas mesmas, entendido como parte do ser mulher, da natureza feminina, não dado a priori. Em outras palavras, essa maternidade parte do pressuposto de que as mulheres devem ser possibilitadas a escolher e a exercerem suas vontades, além de reivindicarem protagonismo sobre sua própria vida e dos/as filhos/as (CARVALHO, 2012).

Essas mães reivindicam o papel de detentoras do “dom” da maternidade ao assumirem poder sobre os próprios corpos e conseqüentemente pela tomada de decisão de constituírem família no momento em que consideram mais conveniente. Desde a gravidez, passam a se preocupar em realizar uma dieta que restringe certos alimentos e álcool, seguindo com restrições depois do parto, tendo que, enquanto lactante, prezar pela boa qualidade de seu leite, além de estar sempre à disposição do bebê, que deve ser alimentado unicamente com o leite materno. Além disso, boa parte das mães descartam o máximo possível o uso de fraldas descartáveis, utilizando as fraldas ecológicas de pano, evidenciando preocupação com o meio ambiente.

Ao mesmo tempo em que acionam a ideia feminista de sororidade³² ao articularem-se entre si grupos de apoio para auxiliarem outras mães com os conflitos decorrentes da maternidade e assim empoderarem-se umas às outras pela ação coletiva, troca de experiências e informações. Nesse sentido, estão ressignificando práticas tidas tradicionalmente como femininas, ao evocarem poder de onde são tidas por dominadas.

Seria o que Estés (2014) propõe ao afirmar que as mulheres têm bons motivos para resgatar sua alma selvagem e sua natureza instintiva que valorizam o corpo e o espírito detentores de uma capacidade de vitalidade, sensibilidade e resistência aos modelos impostos pela sociedade, que são danosos. Nesse sentido, as mães ligadas à natureza selvagem desaprovam a tortura do corpo, da cultura ou da terra, não concordando com métodos que valorizem a estética de beleza, ou formas mais valiosas em termos financeiros, sendo ligadas à ideia de proteção do ecossistema. Esse tipo de pensamento é compatível com a maioria das mães pesquisadas, estas reprovam o modelo de parto cesáreo, que visa o lucro; além de defenderem a alimentação saudável livre de conservantes, o veganismo e vegetarianismo, a amamentação exclusiva, fraldas ecológicas, entre outros.

A partir do acompanhamento inicial desses grupos de mães e seus eventos sobre maternidade, foi possível selecionar algumas sujeitas que estavam sempre presentes nas atividades acompanhadas e se mostravam muito compenetradas nas ações presenciais e nos debates na

³²É uma experiência subjetiva pela qual as mulheres devem passar com a finalidade de eliminarem todas as formas de opressão entre elas. É, também, uma forma de conscientizar as mulheres sobre a misoginia, no esforço de desconstruir a mentalidade e a cultura misógina, transformando as relações de solidariedade entre as mulheres. É, por fim, empoderar a mulher, colocando as relações entre as mulheres em evidência (GARCIA; SOUSA, 2015).

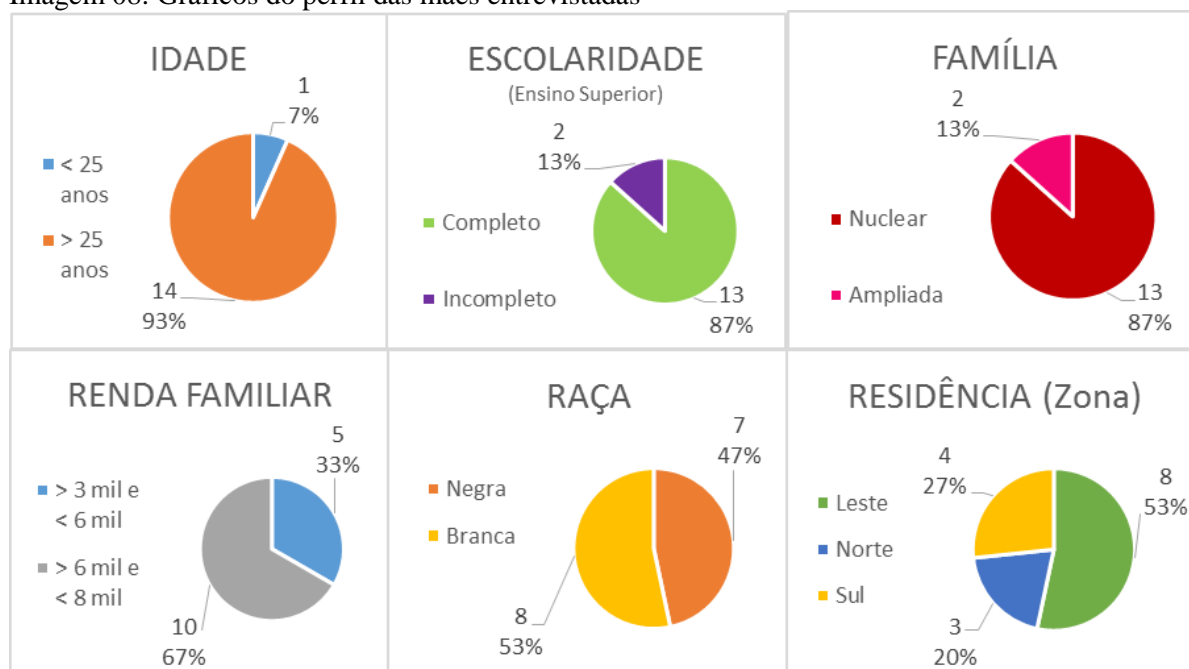
internet. Foi a partir da observação participante nos eventos que consegui identificar as mães mais ativas no engajamento da chamada maternidade empoderada, e com isso estabeleci a quantidade de 15 (quinze) mulheres para serem ouvidas em entrevistas individuais, considerando que representam parte significativa dos grupos, por eu ter detectado maior frequência dessas mães nos eventos realizados por e com estes.

Tabela 01: perfil das mulheres-mães entrevistadas

IDADE		ESCOLARIDADE (Ensino Superior)		FAMÍLIA		RENDA		RAÇA		RESIDÊNCIA (Zona)		
< 25 anos	> 25 anos	Completo	Incompleto	Nuclear	Ampliada	> 3 mil e < 6 mil	> 6 mil e < 8 mil	Negra	Branca	Leste	Norte	Sul
1	14	13	2	13	2	5	10	7	8	8	3	4

Todas as entrevistadas são heterossexuais autodenominadas e vivem com companheiro, sendo o estado civil da maioria casadas com 60% em detrimento de 40% solteiras, mas com união estável. As mães possuem apenas um/a filho/a pequeno/a, são todas mães jovens, de “primeira viagem”, com idades entre 20 e 37 anos, havendo apenas 7% com menos de 25 anos e 93% com idade maior que 25 anos. A maioria das mães tem curso superior, sendo 87%, e 13% com ensino superior incompleto. As famílias das mães são maioria nuclear com 87%, formada por cônjuges e filho/a, havendo 13% de famílias do tipo ampliada, que incluem a genitora de um dos membros adultos. As mães se classificam como da classe média, com renda familiar entre 3 mil e 8 mil, sendo 33% com renda menor que 6 mil reais e 67% com renda maior que 6 mil reais. Quanto à raça, 47% das mães se autodenominaram negras e 53% se autodenominaram brancas, havendo uma variedade identitária equilibrada nesse quesito. A localização das residências varia, 20% das mulheres vivem na zona sul da cidade de Teresina, 27% na zona norte e uma maioria considerável de 53% na zona leste.

Imagem 08: Gráficos do perfil das mães entrevistadas



Fonte: dados coletados pela autora

As mães pesquisadas demonstraram ter maior acesso à informação e, conseqüentemente, à utilização de métodos contraceptivos. Sendo assim, são detentoras de situação social privilegiada, por possuírem certo poder aquisitivo ou por estarem inseridas numa escala de ascensão socioprofissional parcialmente estabilizadas, dessa forma, a maioria das entrevistadas contaram com a possibilidade de realização do planejamento familiar, podendo ele ocorrer antes da chegada da criança e também após o conhecimento de uma gravidez repentina, em que se planeja essa chegada.

A maioria das mulheres pesquisadas ainda busca se encaixar de maneira satisfatória no mercado de trabalho, nutrindo o desejo de ascender financeiramente, mas todas revelam um leve desejo de assumir maternidade em período integral, sem estarem trabalhando no momento da gravidez ou licença-maternidade, embora isso não tenha se demonstrado ser objetivo de nenhuma, apresentado como um desejo utópico, por reconhecerem a necessidade de trabalharem fora. Tanto a escolha por crescer profissionalmente como a opção por uma vivência da maternidade de forma mais intensa é para essas mães uma forma de empoderamento, já que para elas as escolhas são pilares de seu fortalecimento enquanto mãe. Por isso, muitas delas consideram a relação mãe e filho/a a real fonte de empoderamento para assumir a maternidade da forma que quiserem, por ter sido o que escolheram, desejaram e construíram.

Considero que o grupo pesquisado não é homogêneo. Levando em conta que a realidade a qual estão inseridas estas mulheres, está na conjuntura da contemporaneidade, trata-se, então, de

uma diversidade de mulheres que transitam e deslocam-se por inúmeros papéis sociais, inclusive, nem sempre se encaixando no perfil esperado de mãe. Por estarem vivenciando a construção conflituosa da corrida pela concretização profissional e cobrança pela realização pessoal, as mulheres que foram abordadas acabam, muitas vezes, recorrendo a arrojados variados para responder a essas cobranças e necessidades as quais são submetidas.

Mesmo supondo que essas mulheres tenham acesso à informação e obtenham condições socioeconômicas de construir seus projetos de vida, observei que muitas delas também enfrentam os percalços de não poderem programar uma vida familiar no momento ideal em que são cobradas, ou preferem não recorrer a todas as práticas tradicionalmente impostas para constituir a maternidade, ou são expostas ao descuido de uma gravidez não planejada, passando a planejar posteriormente a chegada da criança, mas nem por isso deixam de conviver com dilemas e programar as vivências de suas maternidades.

Diante do compartilhamento de experiências, apesar das individualidades específicas, percebi que a maternidade nos grupos está em construção para seguir um tipo de maternidade compartilhada, que seria a coletividade de pessoas que desejam personificar o amor e o cuidado aos bebês, sendo a mãe empoderada também mãe social, ao englobar em sua maternidade o desejo vivenciado pelo pai, familiares, amigos/as e as demais mães que integram os grupos coletivos, constituindo-se em uma comunidade que se interessa em gerar filhos/as coletivos/as³³.

Assim, investigando mães que se engajam em conquistar empoderamento, que se reúnem em grupos virtuais e encontros locais para desenvolverem ações que valorizam o protagonismo da mulher no cuidado com os/as filhos/as com práticas tradicionais relacionadas à maternidade, foi perceptível para mim que a maternidade é profunda e repleta de significados para cada uma dessas mães, que se põem a frente das escolhas feitas durante todo seu processo materno.

As mães empoderadas pesquisadas, com acesso pleno a internet, são mulheres que buscam saber mais sobre métodos maternos, inclusive com embasamento científico, diferente do que seriam as mulheres-mães de décadas atrás, que baseavam sua maternagem nas experiências de familiares. Tal processo se confunde e se mistura ao se definir tanto como luta política, em que elas buscam ser ouvidas, como uma travessia de culturas e costumes, e troca de saberes, experiências e

³³ Os/as filhos/as coletivos/as são chamados assim porque muitas vezes as mães se revezam nos cuidados com filhos/as de outras mães, participando dos cuidados com as crianças dos grupos e tentando imitar, segundo essas mães, mesmo que de forma superficial, o modelo de maternidade compartilhada de aldeias indígenas, em que as crianças são de responsabilidade dos adultos do grupo. Essa ideia mais uma vez remete ao resgate do ideal de maternidade voltado à natureza e aproximação com o que é primitivo e tradicional.

conhecimentos, transpassando barreiras e dificuldades para conquistar o autopoder em gerenciar suas próprias vidas e suas maternidades.

Apesar de estarem reproduzindo práticas tradicionalmente femininas com o resgate do essencialismo do instinto materno, existe certo empoderamento o qual cada uma das mães estabelece acordos consigo mesma e com os indivíduos que lhe rodeiam, afim de gerenciar sua jornada no processo de assumir a maternidade como marcador identitário em todos os seus limites, pois o que querem, segundo elas, é exercer a maternidade intensamente. Percebe-se que usufruem do empoderamento na concepção foucaultiana de poder descentralizado, que se infiltra e se demonstra com estratégias sutis.

De acordo com a fala das mães pesquisadas, percebi que para elas, é recorrente no discurso social o qual estão submersas, a noção de que existe um período e uma forma ideal de ser mãe. Este momento costuma coincidir com o período de construção de uma carreira profissional, em que essas mulheres estão no auge da cobrança por respostas às demandas da sociedade capitalista, tanto no papel de mãe dedicada como no de trabalhadora capacitada.

A escolha de postergar a maternidade e engajar-se em sua independência financeira ou dedicar-se integralmente à maternidade e interromper sua vida profissional e, por ventura, sua ascensão é um dos conflitos que mais permeiam a vida dessas mulheres, mesmo que muitas tenham contado com planejamento familiar, escolhendo o melhor momento de suas vidas para engravidar.

Apesar de perceberem-se como mulheres empoderadas que escolhem vivenciar a maternidade, muitas vezes essas mulheres acabam por se submeter a heranças que caracterizam perfil de maternidade compulsória, ou seja, assumem alguns papéis por uma imposição social de que toda mulher deve ser mãe e dedicar-se incondicionalmente a isso. Mesmo com uma bagagem maior e consciência de seu marcador identitário de mãe, elas também se depararam com uma série de conflitos que as colocam em situações desesperadoras, por preocuparem-se em atender variadas demandas e sentirem-se muitas vezes, incapazes para tantas.

As mães também denunciam nos grupos e nas ações realizadas, as vulnerabilidades da maternidade, destacando que por serem mães, não é permitido se apropriar de sua maternidade por inteiro desde a gestação, parto, pós-parto, amamentação e demais cuidados com o bebê e estão a todo momento tentando superar isso. Ressaltam em suas discussões que existem forças que tentam comprometer seu processo de maternidade, em que correm o risco de perder autonomia nas diversas fases da maternagem e consideram bastante problemático que não seja permitido a elas exercerem sua soberania em todas as escolhas que determinam para seus/suas filho/as. É como se estivessem a

todo tempo atentas a qualquer ameaça ao seu “instinto”, como se a maternidade fosse uma luta diária.

Dentre as forças que interferem nas maternagens dessas mães, a família e a sociedade estão carregadas de uma gama de crenças e conceitos predefinidos culturalmente sobre os cuidados com as crianças, ditando e recomendando alimentos, superstições e imposições diversas sobre como a mãe deve se portar ou como a criança deve ser educada. Principalmente para essas mães que optam por parto normal humanizado, amamentação exclusiva durante os seis primeiros meses e uma introdução alimentar saudável. Outra força que as mães julgam interferir em seu protagonismo materno é o poder biomédico que exerce certo controle sobre os corpos da mãe e do bebê ao se utilizar do conhecimento científico legitimado em detrimento das escolhas que elas consideram como opções mais adequadas por exaltarem a natureza da maternidade e a biologia do corpo feminino. As mães condenam que os/as médicos/as muitas vezes querem anulá-las por completo diante do protagonismo do cuidado com o/a filho/a.

Outra força que interfere nos modos de maternagem, segundo as mães, é o cenário mercadológico de tendências de consumo para a classe média com poder aquisitivo expansivo. Em uma cultura de ostentação, criou-se um arranjo de ritos e modas para a maternidade, colocando à disposição dos pais e mães, com expectativas altas para os/as filhos/as, um cardápio diverso de produtos e serviços como *books* fotográficos, festas customizadas, artigos de decoração, festas infantis, babás, educação particular, brinquedos, utensílios que auxiliam em cuidados, entre outras experiências ligadas ao conceito de exclusividade, competitividade e bem-estar.

Isso se acentua quando se pensa o contexto da contemporaneidade, em que predomina a lógica da ostentação e prefere-se a imagem à coisa própria, a aparência ao ser, e o que é sagrado é ilusão enquanto a verdade é profana. Protagonistas da sociedade do espetáculo, os indivíduos repousam sobre a indústria moderna de forma espetaculista, segundo Debord (1997), no espetáculo da imagem e da economia reinante enquanto afirmação da aparência. Em vista disso, vive-se hoje, com a era da informação, em uma sociedade do espetáculo, em que a dominação econômica predomina sobre a vida social, degradando-se o *ser* em *ter*. Ao conduzir a vida social em prol de resultados econômicos, os indivíduos preocupam-se mais com o *ter* e o *parecer*. O espetáculo da vida social aparece como algo grandioso, o que é emblemático com a necessidade de exibição através das redes sociais, nesse sentido “o que parece bom, é o que bom parece” (DEBORD, 1997, p.17).

Assim, a necessidade de exacerbar uma maternidade plena e em ideal compasso com a felicidade e realização pessoal é um novo aporte para a família contemporânea e para a vida das pesquisadas. Segundo Debord (1997), o espetáculo se realiza absolutamente com o fetichismo da mercadoria.

A maternidade se configura então como uma verdadeira mercadoria, as mães passam a ser cobradas não só a serem mães perfeitas como também a provarem sua total dedicação e devoção, através de rituais de passagens criados e repaginados pela lógica da mercadoria. Desde o momento em que é descoberta a gravidez, são preparados os ritos, as idas ao consultório, o vestuário da grávida, os ensaios de fotos, os livros a serem lidos, as palestras, o enxoval a ser adquirido, as festividades, o chá de revelação³⁴, o chá de bebê, o parto filmado, a comemoração exorbitante do nascimento do bebê, as visitas à maternidade regadas à champanhe, a primeira semana de saúde da criança, as vacinas, os testes de saúde, os mensários³⁵, o batizado, os rituais para estimular a amamentação, os alimentos para substituir a amamentação, as fraldas e receitas ecológicas, entre outros. Toda uma lógica de consumo que multiplica incessantemente os dilemas do universo da maternidade.

Tais desdobramentos atuais que colocam a maternidade no centro de gestão da vida e ao mesmo tempo controlam os corpos e usos das mães ao desempenhar seus papéis, remetem a ideia de biopoder de Foucault (2008), que foca no corpo coletivo, uma ferramenta para a tecnologia de poder que controla as massas. Dessa maneira, não se abstendo apenas ao corpo individual, ressaltando que as relações de poder se dão também no campo do coletivo. A perspectiva de adestramento do sujeito individual se estende aos fenômenos das populações coletivas. O biopoder nas palavras de Foucault seria:

(...) essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. (FOUCAULT, 2008, p. 3)

³⁴ Festa em que os pais reúnem familiares e amigos/as para abrirem um laudo feito pelo/a médico/a que realiza o pré-natal da grávida, para anunciar o sexo da criança e assim comemorá-lo. Diante dessa lógica, é perceptível a enorme importância dada aos papéis sexuais das pessoas e as imposições de gênero que se iniciam antes de nascer, observando ainda que diante de uma sociedade misógina, quando uma criança nasce com o sexo masculino, a comemoração é maior, principalmente pelo pai.

³⁵ Celebração que acontece de mês em mês, no caso celebra-se todo mês a data do dia do nascimento das crianças.

No contexto da maternidade o qual versa a pesquisa, se processa uma medicalização dos corpos femininos e sua penalização das mães pela saúde e bem-estar dos/as filhos/as, pela estabilidade da instituição familiar e o peso do mundo da salvação da sociedade (FOUCAULT, 2009). A exemplo de que a biopolítica tem o útero das mulheres como principal alvo, tem-se a solução dada por uma concepção forte de senso comum de que para conter o crescimento da população é preciso que se restrinja o número de filhos/as e para que diminuam as crianças na rua seria útil esterilizar mulheres pobres, entre outros.

Segundo Meyer (2007), existem discursos que interpelam as mulheres em sua condição de mães que têm por obrigação gerar e parir crianças saudáveis, sendo as que não cumprem com essa meta posicionadas como “mães de risco”, sujeitas alvos de práticas educativas e intervenções por parte da sociedade, dos saberes biomédicos e demais forças que julgam e muitas vezes interrompem o exercício protagonista de maternidade das mulheres. Tais discursos incorporam e reforçam, a representação da mãe, como primeira, melhor e principal responsável pelo cuidado dos/as filhos/as, acarretando em punições para estas.

As mães empoderadas ao defenderem um tipo de maternidade mais envolvido com os cuidados e responsabilidades para com as crianças, não deixam de perceber as mazelas as quais estão submetidas, ao serem diminuídas enquanto sujeitas por cobranças dessas forças que procuram ditar práticas de maternagem. Já que essas forças objetificam e fazem descaso de que a mãe e a grávida são além de tudo seres humanos com desejos, individualidades e direitos de ser quem ousam ser, é diante disso que essas mães se uniram como forma de juntarem forças próprias para enfrentar os que ousam limitar sua maternidade e seu protagonismo.

5.2 “Só quem é mãe sabe”: o *WhatsApp* como ferramenta de interação para a sororidade entre mães

O grupo Gestante Poderosas foi criado no *WhatsApp* em agosto de 2015, inicialmente formado por enfermeiras obstetras, doulas e gestantes que se uniram através da rede social *WhatsApp* com o intuito de compartilharem informações e engajarem-se na luta por um parto normal humanizado para si e para outras mulheres, discutindo medos, dúvidas e incertezas que permeiam a questão do parto normal, ainda muito obscuro para muitas mulheres, além de questões do pós-parto em geral. A iniciativa partiu de enfermeiras obstetras que observaram, em seu ambiente de trabalho, o quanto as mulheres grávidas eram desinformadas sobre o assunto.

Inicialmente composto por amigas gestantes próximas, com o tempo o grupo ganhou quantidade significativa de participantes, número que passou a variar bastante.

Tendo por objetivo o compartilhamento de informações diversas sobre parto normal humanizado, as participantes trocam vivências entre si com o intuito de desmitificar medos e inseguranças, além de munir as mulheres de informações fundamentais para que sigam firmes na escolha pelo parto normal. A escolha se reflete em uma luta para essas mulheres, já que o parto normal, segundo elas, pouco acontece como deveria ser, de forma humanizada, além de ter ganho uma área de marginalizado diante da preferência por cesárias no Brasil, imposta pelo modelo biomédico brasileiro³⁶. Assim, diante da troca de apoio e experiências, as gestantes dizem se tornar empoderadas, munem-se de poder para tomarem decisões sobre o próprio corpo durante o parto e puerpério³⁷.

Ao longo da existência do grupo, muitas mães foram parindo e colocando no grupo seus relatos de parto para que as gestantes ainda por parir pudessem entender e se informar sobre, assim a troca de experiência e dicas foi preparando as mulheres para o momento da chegada da criança, que é considerado pela maioria das mães envolvidas nos grupos como o momento mais esperado de suas vidas. Foi criado um sistema com uma escala feita pelo grupo, em forma de calendário, indicando o número de semanas de gestação em que se encontram cada uma das participantes e a possível data em que deve ocorrer o parto, assim as mães acompanhavam a data em que cada parto aconteceria.

Passado o período de gestação intra-uterina³⁸ e parto de algumas mães, muitas mães deixaram de participar de forma automática do grupo “Gestantes Poderosas” para dar vagas à outras mães que o procuram durante a gravidez, e criaram outros grupos, chamados de “Apoio à amamentação 1” e “Apoio à amamentação 2” para continuarem com a troca de experiências e

³⁶Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2010, o Brasil registrou mais cesarianas do que partos normais. Enquanto em 2009 o país alcançou uma proporção de 50% de partos cesáreos. Em 2010, a taxa subiu para 52%. Na rede privada, o índice de partos cesáreos chega a 82% e na rede pública, 37%. Com 52% dos partos feitos por cesarianas - enquanto o índice recomendado pela OMS é de 15%, o Brasil é o país recordista desse tipo de parto no mundo. Na rede privada, o índice sobe para 83% (BRASIL, 2012).

³⁷É o período do ciclo gravídico-puerperal em que as modificações provocadas pela gravidez e parto no organismo da mulher retornam ao seu estado pré-gravídico, tendo seu início após o parto com a expulsão da placenta e término imprevisto, na medida em que se relaciona com o processo de amamentação. No puerpério a mulher passa por intensas modificações de adaptação psico-orgânicas, no qual ocorre o processo de involução dos órgãos reprodutivos à situação pré-gravídica, o estabelecimento da lactação e ocorrência de intensas alterações emocionais (STRAPASSON; NEDEL, 2010).

³⁸ O período de gestação não termina com o nascimento, a gestação intra-uterina é aquela que ocorre dentro do útero da mãe. A mãe, depois de ter dado abrigo ao bebê dentro do útero, é preparada ao longo da gestação intra-uterina para continuar a fazê-lo depois que o bebê nasce e está fora do útero, sendo mais intensamente funcional e mutuamente envolvente. Dessa forma, a gestação é um processo que dura também fora do útero, sendo esta a gestação extra-uterina (MONTEGU, 1988).

informações, dessa vez com o intuito de incentivar a importância e a defesa do aleitamento materno como essencial à saúde da criança e a defesa do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida, além de métodos de maternagem diversos e alimentação saudável, e assim, segundo elas, seguem se empoderando e empoderando as demais, dessa vez, para que estas consigam amamentar seus/suas filhos/as em meio as dificuldades do pós-parto³⁹ e principalmente do aleitamento materno.

Para essas mães a amamentação é também uma luta em suas vidas e uma segunda luta de suas experiências de maternidade, primeiro pelas muitas dificuldades em conseguir amamentar e obter informações verídicas e macetes sobre o processo de amamentação, segundo porque essas mães se dizem estarem sendo testadas a todo momento a desistirem de amamentar os/as filhos/as e principalmente ao optarem pelo aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses. As forças coercitivas (sociedade, família, médico, tendências mercadológicas) que tentam interromper nessa decisão das mães estão a todo momento tentando lhes dizer o que fazer e tentando encontrar um meio que as façam mudar de ideia, ou para que introduzam o leite industrializado na alimentação, ou para que deem água, ou para que alimentem a criança com comidas sólidas antes do que as mães consideram ideal.

Contudo, as mães dos grupos de apoio à amamentação se mostram incorruptíveis em sua decisão, estão dispostas a arcar com as dificuldades e abrir mão de uma parte de seu tempo para amamentarem sempre que a criança demandar. Inclusive vão de confronto com profissionais de saúde, legitimados como saber científico, elas respondem também embasadas em saberes científicos, atentas ao discurso médico que não se atualiza. Nesse sentido, enfrentam críticas e julgamentos diversos, sobre estarem fazendo mal aos filhos/as, sobre estarem deixando de viver para dar tudo a eles/as, quando para elas a amamentação, assim como antes o parto, mesmo contando com todo o sofrimento acarretado, se trata de vivenciar a maternidade intensamente.

Em seguida, foi criado por essas mães o grupo “Introdução alimentar”, para discutir o desmame⁴⁰ e a introdução de alimentos às crianças que antes haviam tido aleitamento exclusivo durante os seis primeiros meses de vida. O foco do grupo é a alimentação saudável e adequada para

³⁹Momento em que as mulheres estão envolvidas por sentimentos ambivalentes, dentre eles: euforia e alívio; aumentando a autoconfiança; desconforto físico; medo de não conseguir amamentar, devido ansiedade quando o leite demora a aparecer e ingurgitamento das mamas; sentimentos de decepção com o/a filho/a; medo de não atender as necessidades dos cuidados com o bebê, sentimento de incapacidade em ser uma boa mãe, entre outros (STRAPASSON; NEDEL, 2010).

⁴⁰ A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde recomendam aleitamento materno exclusivo por seis meses e complementado até os dois anos ou mais (BRASIL, 2009). Com isso, as mães dos grupos pesquisados evitam a todo custo o desmame precoce e só optam pelo desmame completo quando a criança atinge a idade recomendada, contudo a partir da introdução alimentar elas começam a reeducar a criança a solicitar menos o peito.

crianças que consiste em deixar que estas se sintam livres para experimentar alimentos diversos (frutas, verduras, legumes e comidas salgadas), interagindo com a comida oferecida sem pressioná-la em seu apetite. A alimentação das crianças consiste em evitar o vício em doces, comidas prontas e excluir alimentos artificiais como engrossantes⁴¹. As mães abominam a ideia de que criança deve comer para ficar “gordinha” e dar uma falsa aparência de estar bem alimentada.

A introdução alimentar dos/as filhos/as se constitui uma terceira luta da fase de maternidade dessas mães, pois segundo elas, as mesmas forças que tentam coagir o poder de suas escolhas, estão a todo momento opinando sobre o que a criança deve comer ou não, desrespeitando o que as mães estabelecem para a alimentação dos filhos e fazendo julgamentos.

Apresentado os grupos, resolvi chamar as mães pesquisadas de mães empoderadas, pois independente do grupo que estejam participando, fizeram parte do processo de empoderamento que se desencadeou desde a criação do primeiro grupo e atualmente assumem a identidade de empoderadas ao vivenciarem essas lutas em detrimento dos julgamentos, críticas e demais dificuldades de suas primeiras experiências de maternidade.

Dentre as mães entrevistadas, todas participam de um dos grupos ou mais de um deles, havendo algumas que estão em todos. Todas as entrevistadas já pariram, tendo em vista que quando se obteve contato inicial com elas a maioria estava gestante, mas mesmo já tendo parido, algumas permanecem no grupo “Gestantes Poderosas” para auxiliar no processo de empoderamento das ainda gestantes, a partir do fornecimento de sua experiência própria.

Como dito anteriormente, foram entrevistadas 15 mulheres-mães, a fim de que se pudesse compreender melhor os sentidos da maternidade por cada uma das investigadas. Optei por esse recurso etnográfico para captar tais sentidos pela própria fala das mulheres. Todas as entrevistas foram realizadas de forma padrão, semiestruturadas com tópicos-guias que conduziram os questionamentos das mães, contando com o auxílio de gravação. A proximidade vivenciada face-a-face com as mães foi fundamental em meu processo de imersão à vida das entrevistadas, possibilitando melhor visão acerca das narrativas pessoais das mães, ao perceber expressões faciais, tons de fala, leitura corporal, emoções, entre outras percepções vivenciadas e observadas. Contei com o uso de diário de campo para captar essas mensagens subtendidas.

⁴¹ Os engrossantes são produtos como maizena, mucilon e cremogema que são oferecidos para complementar o aleitamento do bebê. Por se engajarem em concretizar o aleitamento materno exclusivo nos primeiros dias de vida dos/as filhos/as, as mães entrevistadas manifestam aversão a qualquer produto industrializado para engrossar mamadeiras. Ainda muito recomendado por médicos, as mães se engajam na transição nutricional de não optarem por eles, por reconhecem os malefícios causados pela maior acessibilidade a esses complementos.

A partir dos objetivos da pesquisa, elaborei a entrevista semi-estruturada com tópicos guias com as ideias associadas por categoria e realizei uma análise de conteúdo dos temas abordados pelas mães nas atividades realizadas pelos grupos, o que me levou a refinar três categorias que foram investigadas:

- **O marcador identitário de mãe:**

O marcador identitário de mãe no contexto da pesquisa tanto é algo que as mulheres assumem para si, como uma algo que é imposto a elas, mas muito mais um marcador que assumem autonomamente, pois considerando que a maternidade é compulsória, as mães acabam por assumi-la como parte do que as identificam e a ressignificam como uma escolha para suas vidas, vivenciando-as de forma intensa.

- **O processo de empoderamento:**

As mulheres buscam os grupos de *WhatsApp* com um intuito de superarem adversidades, conquistarem autopoder, aprenderem a lidar com as mudanças de tornarem-se mães para assim tornarem-se mães empoderadas. As mães empoderadas assumem a maternidade como uma luta diária contra imposições e forças que alegam interferir em suas maternidades (sociedade, família, tendências mercadológicas, poder biomédico) e têm o empoderamento como base para alegar contra essas forças.

- **O lugar da mãe na família:**

Apesar de assumirem poder e autoconhecimento sobre sua condição de mãe e mulher diante do acesso à informações e vivências sobre maternidade, as mulheres seguem envolvidas pelas implicações da divisão sexual do trabalho e as divisões de gênero.

A partir dessas categorias eu pude estabelecer o modelo de maternidade empoderada das mães entrevistadas, tentando entender como elas empoderam-se diante das contradições e dilemas da maternidade, analisandoas consequências e fatores sociais que esta traz para a vida delas e para o exercício de suas potencialidades, e que lugares ocupam essas mães e também os pais no modelo de parentalidade apresentado.

5.2.1 “Não se nasce mãe, torna-se”: a ressignificação do tradicional e a conversão em um marcador identitário de poder.

Considerando que a maternidade é uma construção social, Badinter (1985) ao refutar a ideia de determinismo natural sobre essa condição feminina, sustenta a tese de que o amor materno por ter sido por muito tempo concebido como instinto, fez com que se acreditasse facilmente que o comportamento maternal fosse parte da natureza das mulheres, independentemente do tempo ou meio que as cercam. Aos olhos de toda a sociedade, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas para essa condição, o que não se comprova com as falas e vivências das entrevistadas.

Considerando que cada mulher é um caso particular e segundo Badinter (1985) não existe nenhuma harmonia preestabelecida nem interação necessária entre as exigências da criança e as respostas da mãe. Levando em conta também que o amor materno não existe em todas as mulheres e que não é só ele que leva uma mulher a cumprir com seus “deveres maternais”. As mulheres participantes da pesquisa foram interrogadas inicialmente sobre se assumiam e como assumiram a o marcador identitário de mãe e a resposta foi unânime. Todas as entrevistadas se assumem como mães atualmente, e têm a maternidade como uma experiência positiva, mas muitas declararam que nem sempre estiveram aptas a assumir a maternidade.

Embora a maior disposição em cuidar dos/as filhos/as seja fruto do processo de socialização de práticas e comportamentos direcionados ao gênero feminino (BOURDIEU, 2010), é para boa parte das entrevistadas algo impactante negativamente a descoberta da gravidez, considerando que para elas se torna fato definitivo em suas vidas, principalmente por não haver a opção de aborto, devido a ilegalidade no Brasil. A reviravolta se configura em situações de aflições até nas mulheres que já desejavam ter filhos/as e já haviam se programado para uma gravidez. Tanto que algumas mães não se reconhecem mães assim que descobrem estar grávidas, a identificação surge com o tempo.

A exemplo, a mãe informante *Helena Pêra*⁴² conta como foi angustiante o momento inicial da descoberta da gravidez:

Eu não aceitei. Chorei por três dias consecutivos até entender que era uma coisa boa, mas eu não queria engravidar. Eu achava que engravidaria só em 10 anos, aí eu fiquei muito triste, mas meu marido ficou muito feliz até eu me conformar. Só

⁴² Os nomes das informantes foram substituídos ao longo do capítulo por nomes de personagens mães que marcaram o cinema e produções televisivas, em que assisti no decorrer da pós-graduação e em todo o processo de pesquisa, para me inspirar e entender maternidade em todos os olhares. Não havendo nenhuma relação entre as informantes e as personagens, além do fato de serem mães. *Helena Pêra* é uma personagem da animação *Os Incríveis* (Brad Bird, EUA, 2004), uma super-heroína conhecida como Mulher Elástica, é uma mãe protetora que se divide entre cuidar dos afazeres domésticos e enfrentar vilões. No filme o poder de elasticidade da personagem faz referência à ideia de uma supermãe com capacidade elástica para realizar multitarefas.

depois dos três primeiros meses que eu fui conseguindo me conformar, depois que o bebê mexeu na barriga aí eu fiquei feliz (pausa e emoção). Coincidentemente, no dia que a gente oficializou nosso casamento...A gente se considera casados desde que começamos a morar juntos, mas, no dia do jantar do casamento, o Miguel⁴³ mexeu na minha barriga e acho que foi a primeira vez que eu consegui amar o meu bebê. Eu recebi muito apoio, o apoio fez toda diferença, talvez se eu não tivesse tido apoio eu não sei como teria sido (Helena Pêra).

Percebe-se no discurso que a mãe assume que não amou o filho instantaneamente, o que refuta a ideia de amor instintivo materno inerente e que isso foi uma conquista posterior. A mãe ao falar de amor e não de instinto, já demonstra que a própria não concebe maternidade como uma capacidade psicológica espontânea e uma virtude natural (BADINTER, 2005). Também, já que se assume enquanto mãe empoderada, sua fala reflete certa mudança no olhar sobre a maternidade, a enxergando a partir de sua própria experiência e não a romantizando. Foi possível verificar durante essa fala que a mãe *Helena Pêra* apresentou tom de lamento e ao mesmo tempo uma afirmação orgulhosa do que estava dizendo por reconhecer sua fraqueza ao se deparar com a gravidez, o que pode significar que para ela, empoderar-se é também reconhecer suas limitações, percebendo que a trajetória da maternidade não necessariamente configura somente bons sentimentos.

A fala de *Lorelai Gilmore*⁴⁴ ilustra uma dificuldade maior em assumir o marcador identitário e o papel de mãe mesmo com o nascimento da filha, demonstrando que o ser mãe não acontece através de um imediatismo (BADINTER, 2005):

Assim que ela nasceu eu passei por uma fase muito difícil eu senti uma tristeza muito profunda. Eu achei que era até depressão, mas não chegou nem perto de ser depressão não, isso. E aí eu tava feliz por ela ter nascido só que eu não conseguia... (respiração forte, pausa) assim... demonstrar essa felicidade. Eu tinha vontade de chorar, eu tinha uma tristeza muito profunda dentro de mim e eu acho que passou uns dois ou três meses e só aí foi caindo a ficha que eu era mãe, que eu fui conseguindo sentir amor pela minha filha porque no começo eu não conseguia. Eu não gostava de cuidar dela de jeito nenhum, eu não sentia prazer em cuidar dela, ter que dar banho, de trocar fralda, eu não gostava de jeito nenhum, principalmente na parte da noite, a amamentação principalmente, porque ela acordava muito e eu odiava. Hoje eu reconheço o quanto é gratificante ser mãe. Não sei o que era, mas não era depressão (Lorelai Gilmore).

⁴³ Os nomes dos filhos e filhas citados pelas mães entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios escolhidos de forma aleatória.

⁴⁴ *Lorelai Gilmore* (Lauren Graham) da série *Tal Mãe, Tal Filha* (Amy Sherman-Palladino, The CW, 2000-2007), é uma mãe solo que engravida na adolescência, e diante de escolhas conflituosas feitas em sua vida, decide tomar as rédeas de seus problemas e assumir a responsabilidade de cuidar da filha sozinha. Na série é retratado o cotidiano de mãe e filha e um pouco das dificuldades sobre ser filha, mãe e avó. A personagem desempenha uma maternidade muito particular, por fugir do padrão autoritário de pais e mães para com filhos/as, estabelecendo uma forte relação de amizade com a filha.

Essa mãe é convicta de que suas experiências negativas de cuidados iniciais com a filha não eram depressão, mas admite que não havia uma vontade de assumir as tarefas e o marcador identitário de mãe, mesmo após o contato e aproximação com a filha. Não considerando os limites do que é tido por normal e o que é tido como patológico, muitas vezes sentimentos como os relatados pela mãe *Lorelai Gilmore* são considerados consequência de uma patologia: a depressão pós-parto⁴⁵. Porém, nem mesmo a depressão comum comporta estudos que comprovem uma relação oficial e definitiva com fenômenos físicos, não havendo um entendimento claro sobre depressão pós-parto na comunidade científica. Deste jeito, muitas vezes a depressão pós-parto pode ser resultado de uma prescrição cultural que impede as mulheres de expressarem sentimentos negativos a respeito da maternidade (LARA et. Al. 2016). É preciso problematizar que essa situação reflete a ideia de que é considerada normal a mãe que assume a maternidade instantaneamente e se adequa ao estereótipo de mãe e com isso se propaga uma versão idealizada de maternidade pelo discurso biomédico.

Isso evidencia que as maternidades vivenciadas pelas mulheres estão envoltas de uma multiplicidade de experimentos, em que as bagagens de sensações variam bastante. Durante o depoimento, *Lorelai Gilmore* mostrou-se emocionada, evidenciando que esse momento de sua vida foi uma constância marcante em sua experiência inicial de maternidade, representando o quão pode ser cara para as mulheres abdicarem dos papéis que desempenhavam antes de se depararem com a maternidade, sendo ela planejada ou não.

Diferentemente, *Selma Jeskova*⁴⁶ comenta que construção do afeto pelo filho e o entusiasmo pela condição de ser mãe tem significações nos símbolos e rituais de passagem que sua gravidez foi acometida com o passar dos meses da gestação:

Assim que eu descobri, demora um pouquinho cair a ficha, daí você vai procurando saber sobre, lendo sobre e vendo as roupinhas de bebê, o carrinho, a banheira, o berço e vem aquele desespero, coração acelera, um medo...E aí é uma descoberta a cada semana. E a cada coisinha que você descobre, quando escuta o coraçãozinho no ultrassom pela primeira vez, que descobre o sexo, que vai escolher um nome....

⁴⁵ Transtorno definido pelo *National Health Information Center* como um espectro de mudanças físicas e emocionais que muitas mães podem ter depois do nascimento da criança. Os sintomas físicos podem ser insônia, falta de energia, mudanças no apetite, dores de cabeça, etc. Os sintomas psicológicos são ansiedade, preocupação excessiva, desesperança, pensamentos suicidas, alucinações, entre outros (LARA, et. Al, 2016).

⁴⁶ Do filme *Dançando no Escuro* (Lars von Trier, Dinamarca, 2000), *Selma Jezkova* (Björk) é uma mãe solo checa que sofre de uma doença hereditária degenerativa que a faz perder a visão aos poucos, a doença um dia começará a acontecer com seu filho. Ao saber que médicos nos Estados Unidos podem operar e curar o filho da doença, ela migra para o país e trabalha duro em uma indústria metalúrgica com condições insalubres de trabalho para ganhar dinheiro suficiente para a cirurgia do filho.

Aquilo tudo já vai fazendo você se apaixonar pelo bebê, daí você vai se descobrindo mãe. A partir dessas pequenas coisas no desenvolver da gestação (Selma Jeskova).

A dificuldade em aceitar a situação instantaneamente, reflete uma adversidade a qual as mulheres estão submetidas em sua existência, principalmente diante da realidade de que a maternidade enquanto compulsória e a desigualdade de gênero perante a divisão sexual do trabalho acomete as mulheres em um sentimento de encarceramento e de impotência para com sua individualidade.

Na gestação, as mulheres sofrem o impacto das expectativas sociais, por serem diversas as situações, a gestação tem significados diversos para cada uma. Para a sociedade a gravidez é encarada como “benção” e as pessoas logo começam a comentar o quanto a grávida está radiante e o quanto a maternidade é um estado de graça. Ocorre que para algumas mulheres a maternidade pode significar uma prisão, principalmente diante da descoberta inicial de que irá assumir a tarefa, essa prisão começa no corpo, diante das limitações da gestação (LARA, et. Al. 2016).

A fala de *Fantine*⁴⁷ ilustra esse dilema:

Foi bem difícil, pois como minhas metas eram ir morar no Canadá e terminar meu mestrado, foi bastante doloroso ter que tirar meu planejamento pessoal, interromper a minha carreira pra ser mãe, que eu achava que era uma coisa que deveria ser muito boa só que daria muito trabalho. Eu sempre me preocupei mais com o trabalho do que com o amor, eu nunca achei que a gente amasse tanto, achei que o trabalho era maior que o amor, mas não (Fantine).

Considerando Lipovetsky (2000) e a ideia da mulher atual que se complementa com práticas antigas e novas, muitas das mães entrevistadas tinham como prioridade sua carreira, mas com o passar do tempo descobriram-se dispostas a abrir mão de alguns objetivos profissionais e encontrar um momento certo e uma forma de encaixarem o desejo e a realização da maternidade. A exemplo da fala de *Selma Jeskova* que estabeleceu um momento ideal na vida dela para isso:

Olha, eu sempre tive medo da maternidade, porque maternidade significa sacrifício da vida pessoal, de tudo. Só que depois que eu casei, com um ano e pouco de casamento, senti vontade de ter filho. Eu falei que quando eu concluísse minha graduação a primeira coisa que eu iria fazer era ser mãe. E assim eu fiz (risos). É tanto, que nos últimos meses em que eu tava me formando e eu já parei de tomar o

⁴⁷ *Fantine* (Anne Hathaway) da adaptação para o cinema de *Os Miseráveis* (Tom Hooper, UK, 2012), é uma mãe que foi abandonada pelo namorado enquanto estava grávida, e com a necessidade de criar a filha, ela volta para o interior onde nasceu para trabalhar e deixa a criança sob os cuidados de um casal com melhores condições de educá-la, contudo, a mãe é extorquida por eles. Ao ser demitida do trabalho e precisando mandar dinheiro para a filha, *Fantine* vende os cabelos, os dentes, passa a se prostituir, e por fim, morre de tuberculose.

anticoncepcional (risos). Na minha festa de formatura eu já tava grávida e não sabia. Depois da festa eu descobri que eu tava gestante. Então assim, foi uma coisa que surgiu associando a questão do casamento estável e a vida profissional de certa forma influenciou. Eu ver aquele momento do nascimento, da mãe com a criança, o pai, a avó, a família envolvida na maternidade enquanto trabalho como enfermeira. E a minha idade também, passou dos 25 eu já tava pensando. Até os 30 anos é tranquilo, depois disso eu já acho arriscado pra ter o primeiro filho. O primeiro depois dos 30 eu acho que seria uma gravidez muito laboriosa, aí eu disse “Não, eu vou ter que ter filho logo”. Eu queria ser mãe, né? O povo diz que quando a gente é mulher e não tem filhos é como se fosse uma árvore seca que não deu frutos e aí eu sempre levei isso muito à risca (Selma Jeskova).

Ao mesmo tempo que a mãe diz ter escolhido e desejado e assim planejado sua maternidade, percebe-se também que existiu certa coerção social para estar dentro dos padrões que a sociedade estabelece para a vida das mulheres, pois já que estava casada deveria ter filhos/as para constituir família; também por já ter passado dos 25 anos deveria ter filhos/as logo, mas acima de tudo deveria ter filhos/as para “florescer”, pois sem filhos/as seria menos mulher. A fala da mãe representa a afirmação de que as mulheres dispõem do que a natureza propõe, esse discurso dominante relembra incessantemente os deveres das mulheres para com a natureza (BADINTER, 2005).

Alega-se que há um momento ideal para ser mãe, que é quando se tem a idade adequada e se conquista estabilidade de um emprego e de um casamento. Desta forma, há para essas mulheres-mães a possibilidade de planejar suas vidas e realizarem deslocamentos multifacetados e escolhas pessoais de forma organizada, considerando que ocupam posição privilegiada financeiramente e intelectualmente, estas permeadas pelo conflito de conciliar lar e trabalho, ou mesmo as angústias vivenciadas no lar, no caso, a maternagem e seus rodeios.

Ao mesmo tempo em que são impelidas a desenvolverem o que as pressões sociais determinam, também são libertas para fazerem da sua forma. Essas mães realizam planejamento familiar pensado para um momento propício de acordo com a desenvoltura de seu protagonismo de mãe e concílio com sua vida profissional. Contam com tudo a seu alcance para realizar a maternidade, como informa a mãe *Erin Brockovich*⁴⁸, que não só se preparou psicologicamente e financeiramente para ser mãe, como recorreu a métodos conceptivos e tecnologia reprodutiva:

Na realidade nós já estávamos há alguns anos tentando engravidar e não conseguíamos, né? Então a gente viu que tinha essa dificuldade, a gente se capitalizou financeiramente e partimos para o campo em busca de um profissional

⁴⁸*Erin Brockovich* (Julia Roberts), do filme *Erin Brockovich – Uma mulher de talento* (Steven Soderbergh, EUA, 2000), é uma mãe solo com três filhos/as, que diante da situação de criá-los/as, e após perder uma ação judicial sendo julgada de forma discriminada por ser “mãe solteira” e uma mulher que teve vários relacionamentos, decide então investigar e defender, sem formação em direito e advocacia, um caso judicial contra uma empresa de eletricidade, descobrindo e comprovando que a empresa contamina a água da cidade e prejudica a população e cometendo crimes ambientais.

que pudesse nos ajudar. Então no final de janeiro de 2015 a gente deu início as nossas consultas e o tratamento em si, no final de março do mesmo ano, nós fizemos a fertilização e duas semanas depois fizemos o exame pra poder confirmar o BETA HCG, pra ver se o procedimento tinha dado certo. Então foi algo planejado pelo fato de que nós realmente tínhamos essa dificuldade de engravidar. Quase 5 anos tentando (Erin Brockovich).

Existe um capricho muito especial por parte das entrevistadas com sua maternidade, a partir do momento que optaram por vivê-la em toda sua acuidade, e para algumas isso começa na gravidez. As mães demonstram realizá-la como uma religião, com deleites e dificuldades, dificuldades que ao serem superadas, se tornam conquistas diárias que iniciam antes do nascimento da criança, a partir do momento em que cada uma das mães escolhe exercer a maternidade integralmente, intensa e dedicada, com toda a entrega que suas vidas possibilitam. Mesmo diante de negações iniciais, os quais parte delas relataram, passam a reconhecer a alegria e se descobrem plenas em suas maternidades. Contudo, há também angústia e frustração ao longo desses pontos positivos.

Enquanto mães que se encontram no período inicial de suas maternidades, elas citaram muitas dificuldades que já enfrentaram e ainda enfrentam no decorrer do início de suas maternidades. Durante a gestação, além do processo de aceitação da ideia de ser mãe e a perspectiva de mudanças em sua vida, existem os medos e angústias pelo anseio de que a criança seja perfeita e saudável, principalmente por terem estado gestantes em um período em que o Brasil vivenciou a polêmica do zika vírus associado à causa da microcefalia em bebês⁴⁹. Também confessaram conviver diariamente com o medo de sofrer aborto, principalmente quando se tem uma gestação com complicações. Além disso, as dores, vômitos, enjoos e demais vulnerabilidades de gestar.

No parto a insegurança, a violência obstétrica, a falta de informação e a infelicidade de tudo não sair como planejado, o infortúnio de ter que fazer uma cesárea. No pós-parto a indisposição em não estar à vontade para receber visitas e se sentir obrigada a estar contente em momentos em que se sente cansada e com dores. Também, a dificuldade da pega inicial do peito pelo bebê na primeira amamentação, a dor ao amamentar, e as dificuldades em lidar com as demandas do bebê chorando em seus primeiros dias. Como as mães ainda não conhecem seus bebês, leva-se um tempo para administrar os problemas que eles/as demandam.

Destacando dificuldades comentadas mais incisivamente pelas mães, está a luta em se informar o máximo possível para realizar um parto normal humanizado, indo contra as forças

⁴⁹ *Estudo reforça relação entre microcefalia e zika vírus*: <http://www.brasil.gov.br/saude/2016/09/estudo-reforca-relacao-entre-microcefalia-e-zika-virus> Acesso em novembro de 2016.

coercitivas a sua volta até se convencer e convencer os indivíduos que fazem parte de suas vidas de que é o melhor para elas e para os/as filhos/as. Da mesma forma, a luta em optar pela amamentação exclusiva durante os seis meses iniciais da vida dos/as filhos/as e por fim os cuidados em introduzir a alimentação adequada para as crianças sem a interferência impositiva de parentes, médicos/as ou amigos/as, se desviando do que alegam ser modismos desnecessários.

De acordo com as entrevistas, o julgamento e a incompreensão que essas mães recebem por optarem pela maternidade intensa e empoderada é a maior dificuldade que enfrentam, e é diante das críticas que recebem, que buscam se informar o máximo e conquistar empoderamento suficiente para maternarem de acordo com o que defendem para suas vidas e de suas crianças.

O parto para as mães empoderadas é a primeira grande luta de suas maternidades, diante das forças coercitivas que tentam a todo momento fazê-las mudar de ideia. É o que diz a mãe *Leigh Anne Tuohy*⁵⁰:

No parto mesmo, quando optei pelo parto normal eu tive que mudar de médico com 35 semanas, porque eu notei que o médico que eu tava iria me mudar pra uma cesárea em um piscar de olhos. Então, eu e minha cunhada, a gente tinha o mesmo obstetra, e ela por questão de um minuto não teve cesárea. Então quando eu optei pelo parto normal, o meu sogro mesmo dizia assim “Como é que em pleno século XXI tu quer sentir dor?”, também ouvia “Tu não pode esperar, o beber vai entrar em sofrimento. Vai nascer depois do tempo. ” Isso é mito que o bebê vai nascer depois de um tempo. Você tem que ter um acompanhamento, se você tem um bom acompanhamento, o teu obstetra não vai deixar que isso aconteça. Então eu sofria muito com isso, as pessoas que me rodeavam me criticavam pela minha opção de parto natural e normal. É tipo assim: “Tu nunca mais vai ser a mesma mulher”. “Como é que quer sentir dor?” “Tu vai deixar essa menina passar do tempo? ”. A Valentina nasceu com 41 semanas e três dias e minha obstetra esperava até 42 semanas. Então imagina: porque geralmente quando é cesariana, com 38 anos semanas estourando, o médico tá marcando tua cesárea. Então 38, 39, 40, 41... Pari com quase três semanas depois do que é o considerado normal pra sociedade. Pois durante essas três semanas foi bem difícil, eu chorei muito. Por conta das críticas. Pensava “Será que eu sou errada? ”, “Será que eu que vou prejudicar minha filha? ”. Eu não sei o que passa pela cabeça das pessoas de dizer o que é o acham certo sem saber. Eu acho que isso tem que ser bem discutido (Leigh Anne Tuohy).

Percebe-se na fala dessa mãe o quanto realizar parto normal foi um objetivo importante para ela e o quanto ela se precaveu, se munindo de informações e cuidados ao se preocupar em ter um médico que lhe apoiasse em sua decisão. Fica claro também em sua fala que todas as forças coercitivas que tentam impedir os desejos da mãe estiveram presentes. O poder biomédico que a encaminharia a uma cirurgia caso ela não mudasse de profissional, a sociedade e a família ao

⁵⁰*Leigh Anne Tuohy* (Sandra Bullock) do filme *Um Sonho Possível* (John Lee Hancock, EUA, 2009), é uma típica americana rica e conservadora que vê sua vida mudar após adotar um rapaz negro e tímido, e passa a lidar com seus preconceitos e os de outrem, ao reconhecê-lo como filho.

fazerem questionamentos sobre a mãe estar pondo em risco a vida do bebê e seu próprio conforto e as tendências mercadológicas identificadas na fala do familiar sobre como uma cesariana seria mais eficaz para o que ele julgava cômodo, sendo a cesárea uma tendência mercadológica de acordo com a realidade discutida no presente trabalho.

Além disso, a frase “Tu nunca mais vai ser a mesma mulher” direcionada à mãe remete à ideia do senso comum de que as mulheres que têm parto normal ficam com o corpo modificado e um afrouxamento da musculatura da vagina. Ao lidar com as críticas, a mãe *Leigh Anne Tuohy* entrou em desespero nas últimas semanas que antecediam a data em que seu parto estava previsto, chegando a duvidar de toda a prerrogativa que ela havia traçado para realizar o parto normal. É preocupante perceber que mesmo diante das inúmeras problemáticas que acometem as mulheres, no momento em que se tornam mães, o julgamento social degrada seu psicológico, ao mesmo tempo em que as mães estão vigilantes sobre o direito de escolherem o que quiserem para sua maternidade, seu corpo e sua vida se tornam “casa de mãe Joana” para os outros. As naturalizações e julgamentos que as mães recebem sobre suas escolhas e sobre suas próprias vidas são feitas sem pensar nas consequências e as pessoas as fazem sem perceber o quanto são invasivas. É como se o corpo da mulher grávida fosse um campo aberto para as mais opiniosas línguas (MEYER, 2007).

Outro relato de *Fantine* retrata um pouco mais sobre a dificuldade em driblar as forças coercitivas que vão contra as escolhas das mães, no caso da amamentação:

Eu acho que são casos e casos, eu vejo que as vezes até profissional da saúde faz você se desanimar, elas me diziam “Dá um suplemento para facilitar, faz o bebê dormir à noite inteira”. Tem gente que opta por isso porque tem bebê que dorme a noite inteira. Mas você tem que ver os benefícios e malefícios, se você tem como amamentar eu não vejo o porquê de não amamentar. Hoje eu sou uma defensora do aleitamento materno, quem amamenta mesmo tem garra e perseverança porque é difícil e também tem que saber muito bem o que tu botou na cabeça e o que tu vai querer porque é fácil você desistir. Muita coisa atrapalha, a propaganda, as pessoas falando, a dor, aparecem as mamadeiras milagrosas.... Eu optei por não dar mamadeira e chupeta pra Alice. São opções sérias porque você paga por isso, a sociedade cobra de todo jeito que você faça o contrário, e você tem que ter determinação em sua decisão. Porque, às vezes, você tem uma fraquejada, e aí vai optar pelo que os outros querem. A chupeta é um apego. A criança chora, você dá a chupeta pra ela e ela vai se acalmar. Então é uma involução, eu vejo como uma (Fantine).

Mais uma vez as forças coercitivas aparecem, o poder biomédico com seu saber legitimado por profissionais de saúde, através das sugestões de introdução de complementos alimentares, as tendências mercadológicas com propagandas e soluções tidas por “milagrosas” e a cobrança da sociedade para que as mães façam uso de tendências de consumo para o bebê, inviabilizando a

amamentação. A recusa da mãe em oferecer chupeta e mamadeira à criança baseia-se na ideia de que para a mãe, a criança só precisa do seu peito, sendo a amamentação suficiente para satisfazer o bebê. É o que Carvalho (2012) chama de “chupeitação”, em que as crianças nem sempre mamam porque estão com fome, mas para serem ninadas e confortadas, havendo a substituição da chupeta pelo peito, independente do aleitamento, mesmo que isso signifique maior desgaste para as mães. Isso denota que a maternidade empoderada é uma prática de fornecimento de afeto, sendo a mãe essencial não só para alimentação como também para as necessidades afetivas dos/as filhos/as (CARVALHO, 2012).

A pressão social também acontece diante da decisão por uma alimentação restrita para as crianças que estão começando a ingerir alimentos sólidos, evitando açúcar e conservantes, as mães se envolvem em conflitos, principalmente com as pessoas que a cercam, a exemplo o seguinte relato:

Às vezes eu me sinto coagida mesmo porque parece que eu tô fazendo as coisas erradas quando decido a alimentação que acho adequada pra minha filha. A minha opção por não dar açúcar, todo mundo me critica. A minha opção por não dar farinha branca, todo mundo me critica. O problema começa dentro de casa, já dentro de casa as pessoas não respeitarem tua opinião. Ontem mesmo eu me vi numa situação bem difícil com o meu sogro. Porque ontem de manhã ele deu biscoito pra Isadora, aí eu conversei com ele, disse o meu ponto de vista, falei que pra gente conviver legal ele tinha que respeitar e tal. Quando foi a tarde ele saiu com ela e voltou com ela chupando um “cremosinho”. Eu quase morri.... (Exaltação). As pessoas não entendem. O certo pra eles, o bonito pra maioria das pessoas é ver a criança comendo um danone, comendo açúcar, comendo biscoito, é ver a criança chupando um bombom. Não tem um que chegue pra você e diga assim “Poxa, você tá fazendo o certo, tá tentando fazer o melhor pra sua filha.” Então, eu sofro muito por minha opção, por optar por esse tipo de alimentação. Dentro da minha casa eu tive que ser bem rígida com meus pais, mas eles respeitam a minha opinião. Ela (mãe) me critica, mas respeita minha opinião. Sabe, mas é muito difícil. Você é criticada pela maioria das pessoas que te rodeiam, então tu tem que ter pulso firme pra poder fazer o que você tem vontade (Eva Khatchadourian⁵¹).

Isso prova que por estarem ressignificando suas maternidades de uma forma moldada por interesses de vivenciá-la intensamente, essas mulheres estão atentas aos mínimos detalhes das necessidades vitais dos/as filhos/as, e por isso estudam e investigam mais os meios saudáveis para a criação destes/as e apresentam-se mais à par de uma transição nutricional do que maioria da

⁵¹Eva Khatchadourian (Tilda Switon) do filme *Precisamos falar sobre o Kevin* (Lynne Ramsay, EUA-UK, 2011) é uma mãe que nunca quis ter filhos/as, contudo deu prosseguimento à gravidez não planejada e teve Kevin, o filho o qual ela nunca soube lidar. Eva nunca amou o filho, se recrimina de culpa por isso e por não conseguir oferecer afeto a ele de forma espontânea. A medida que o filho vai demonstrando uma personalidade doentia, Eva sente-se ainda mais culpada por não ter desenvolvido o amor materno.

sociedade, se mostrando serem atualizadas do que muitos profissionais de saúde. Inserindo a relação mãe e filho/a em uma proximidade com a mãe natureza, com o que é puro e saudável, elas evitam tudo que possa poluir suas vidas, como cirurgias agendadas, componentes químicos, comidas artificiais e produtos industrializados.

Isso, complementado com o que captei no decorrer dos processos de observações participantes em que realizei, fez com que eu pudesse constatar que o modelo de maternidade exercido pelas informantes figura um resgate de papéis e lugares tradicionalmente designados às mulheres e que ao mesmo tempo em que as mães reivindicam um poder sobre si e sobre sua trajetória de maternidade, acabam por reproduzir uma condição ambivalente. Se me foi apresentado, de acordo com a geração de minha mãe, um modelo de maternidade em que as mulheres tanto queriam ser independentes para se expandirem profissionalmente como queriam negociar sua vida para desfrutar da maternidade e de todas as experiências que um/a filho/a representa, pude detectar nas mulheres entrevistadas um modelo de maternidade que extrapola essa negociação.

Ao se programarem o máximo para realizarem uma maternidade de modo intensivo, as mães empoderadas acabam por depositar nos/as filhos/as grandes expectativas de realizações, assim investem bem mais naquilo que tanto agenciaram. Nesse sentido, as mulheres encontram na maternidade um ganho identitário que ultrapassa seus anseios na carreira e vida profissional.

É o que Badinter (2010) vai dizer quando fala que se modificou sensivelmente a condição da maternidade atualmente. Diferente dos anos 1970, atualmente a criança é colocada antes da mulher, do casal e prioridade na família. Segundo ela, essa concepção serve para reforçar e reafirmar o lugar da mulher na casa e na família. Carvalho (2012) ao trabalhar a maternidade mamífera, observa que diante dela a criança é quem determina as práticas maternas, colocando as mães sempre à disposição para suas necessidades.

As mulheres conquistando e reafirmando o domínio absoluto da procriação se configuraria, segundo Badinter (2010) uma máscara para a permanência da dominação masculina quando se constata que existe uma tirania dos deveres maternos em que as responsabilidades para com as crianças aumentaram de maneira proporcional à organização dos estilos de vida familiares e investimento no desejo de ser mãe. Badinter (2010) chama de maternalismo essa ideia tão defendida por feministas e muitos movimentos de mães de que a ideia de se empoderar diante do dom da maternidade seria uma regressão a condição das mulheres.

Considerando essa mudança na conjuntura familiar da atualidade, as informantes foram indagadas sobre como percebiam essas modificações, com o intuito de investigar como se

enxergavam diante da cobrança de um tipo de ideal materno em detrimento do que as mulheres de outros tempos vivenciaram. Das mães indagadas, uma maioria respondeu que acha que as mães de hoje acabam sendo mais cobradas em exercer um ideal materno.

Uma fala emblemática que representa essa mudança de panorama sobre a maternidade é a da mãe *Diane Després*⁵²:

Eu me sinto assim, muito cobrada. E a minha mãe não foi assim. Por exemplo, eu tive a minha filha de parto normal, primeiro banho da minha filha quem deu foi eu, a primeira troca da minha filha quem deu fui eu, a primeira noite da minha filha quem levantou pra pegar ela no berço fui eu. E a minha mãe me falou que só foi me dar banho com dois meses, porque ela me falou que ela tinha pessoas pra auxiliar ela, porque antigamente era assim. No interior, aqui e em todo lugar era assim. A avó ia pra ficar cuidando do bebê, tinha uma tia cuidando da comida, a mulher só comia determinada comida...Enfim. Ela era bem “paparicada”, e aí não tinha também esse negócio de dizer “Ah, só você pode cuidar do filho, só você pode amamentar ele”, “Tem que amamentar por seis meses”. Eu amamentei minha filha por seis meses, graças a Deus eu tinha leite. Eu tenho amigas que não conseguiram e essas que não conseguiram foram muito cobradas por isso. Ora, por que? A minha mãe nem me amamentou por muito tempo e ela nem.... Começou a me dar comida com um mês e pronto. E aí ela nem foi cobrada por isso. E eu vejo amigas minhas hoje, que tiveram bebê no mesmo período que eu, que não conseguiram amamentar e que ainda hoje sofrem em função disso. “Ah, tu não amamenta porque não quer. ”. Eles acham que as mães têm que seguir esse padrão, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo. Eu acho que a pessoa tem que fazer de acordo com o que pode. Esse discurso tem mais agora, muito mais. E eu vejo isso muito nos grupos que eu participo, tem muita gente que cobra, tem muito discursinho que as pessoas acham que deve prevalecer e que a mãe é errada. Eu acho assim que ser mãe é intuição. Você tem que fazer o que o seu coração manda. A mãe não vai fazer nada que vá prejudicar o filho. Se ela vê, por exemplo, “Meu filho tá chorando de fome e eu vou dar um leite artificial pra ele”, chega uma pessoa e diz “Não dê o leite artificial porque faz mal por isso por isso e por isso”. Eu acho assim que tem que ir na intuição, fazer de coração mesmo. Eu acho que as mães hoje são bem mais cobradas do que antigamente (Diane Després).

É perceptível na fala da mãe *Diane Després* que as particularidades que envolvem a maternidade atualmente soam muito diferentes à conjuntura do passado. Se antes a mãe dividia os cuidados com outras mulheres da família, hoje têm o dever de fazer tudo sozinhas, em nome de um vínculo que deve ser firmado imediatamente, a partir do primeiro sopro de respiração do/a recém-nascido ao sair da barriga. Não há inserção do homem no cuidado, ele não deve interferir. Além das

⁵² Diane Després (Anne Dorval) do filme *Mommy* (Xavier Dolan, Canadá, 2014) é uma mãe viúva que se encontra sobrecarregada com o filho adolescente, que além de rebelde, sofre de um transtorno severo de déficit de atenção e hiperatividade, muitas vezes tornando-se agressivo. Apesar das várias tentativas de encontrar um equilíbrio para viver bem com o filho, Diane não consegue suportar sua convivência e os males que seu sofrimento psíquico acarretam para ela, vendo-se obrigada a colocá-lo em uma instituição psiquiátrica via internação compulsória. Esse dilema acomete Diane em uma posição de muita dor e culpa, sem descartar o alívio.

novas descobertas sobre os benefícios do leite materno que acabaram por responsabilizar as mães bem mais do que antes.

Na fala também é possível perceber que esse modelo de maternidade pode acabar se tornando uma imposição em que, nos próprios grupos de *WhatsApp* de apoio e empoderamento, as mães se sentem coagidas a se entregarem completamente ao ideal de mãe apegada a sua natureza. Havendo para as mães, dever de ter disponibilidade absoluta para a maternidade, não deixa de existir certa contradição se pensarmos a perspectiva de Bourdieu sobre poder, em que se confirma o que Badinter (2010) sustenta de uma dominação masculina sutil, engendrada pelas próprias mulheres. Pois, diante dessa lógica, os pais seguem alheios se é perceptível na fala de algumas das mulheres entrevistadas que elas são as principais cuidadoras dos/as filhos/as.

Destaquei a fala da mãe *Eva Khatchadourian* que ressalta acreditar que existe maior apego à vivência da maternidade nos dias de hoje, mesmo quando ela nega perceber uma cobrança maior por parte da sociedade:

Não acho que a maternidade hoje seja mais cobrada. Acho que a gente se cobra mais. Porque eu acho que é mais necessário, tanto é que as nossas mães ficaram mais tempo com a gente do que a gente fica com nossos filhos. Eu acho que a maternidade, na verdade, influi muito num ponto de vista machista, em relação a comunidade como um todo, mas é complexo porque, a gente enquanto mãe, a gente cansa. Então, a gente também quer viver como o homem quer viver, a gente também quer tá junto com a sociedade, a gente também quer trabalhar, a gente também quer ter a nossa vida própria. Só que no momento que a gente se torna mãe, a gente acha que, sempre se sente culpada achando que tudo é egoísmo. Aí, acaba que as vezes julgamos outras mães que fazem isso. Por exemplo, eu acho que eu voltei a trabalhar porque eu entrei no meu limite. Não quer dizer que uma mãe que se dedique seis anos à maternidade tenha o direito de me julgar por isso. E nem eu tenho de julgar a mãe que deixou o filho com quatro meses, não sei qual a condição financeira dela, não sei qual o apoio que ela tem dentro de casa. A minha mãe voltou a trabalhar depois de um mês que eu tinha de nascida, então eu não posso julgar ninguém. Então, eu não acho que a maternidade é mais cobrada, eu acho que a gente tem mais informação e tem mais formas de ver a cobrança, mas antes era muito mais cobrado (Eva Khatchadourian).

A mãe afirma que “se cobra mais”, havendo então um envolvimento da maternidade de dentro para fora, o que se pode verificar é que a mudança de panorama dos cuidados, amamentação e descobertas científicas sobre benefícios para as crianças, fazem com que as mães se vejam como provedoras imprescindíveis e quase que exclusivas das necessidades dos/as filhos/as.

A atitude materna de se voltar prioritariamente para as precisões da criança, acaba por encarregá-la de culpa quando se dispõe a trabalhar ou realizar qualquer atividade individual que não diz respeito ao/à filho/a e ao mesmo tempo uma culpa ao entrar “em seu limite” quando viu a

necessidade de voltar a trabalhar. A cobrança parte mais de si mesma do que dos que a cercam. Seria o que a Badinter (2010) chamou de punição da natureza, em que a mãe, por acreditar em sua legitimidade que julga libertadora enquanto mãe quase instintiva, herança de um feminismo essencialista, acaba por se sentir presa em sua própria ideologia.

A exemplo também da seguinte fala da *Sra. Gump*⁵³:

Eu até falei com a minha obstetra, que eu me identifiquei tanto com a maternidade que às vezes eu não consigo diferenciar e distinguir certas coisas, tipo ser mãe e mulher ao mesmo tempo. Pra mim, a maternidade me deixou mais mãe do que mulher. Eu ainda tô muito envolvida na maternidade. Pra mim voltar a trabalhar eu tive muita dificuldade, porque eu achava sempre que ninguém ia ser capaz de cuidar dela, de ficar olhando. Eu tive os seis meses de licença maternidade, e depois tirei dois meses de férias e fiquei assim, sabe? Pra mim foi um período bem difícil esse de voltar a trabalhar e deixar ela dentro de casa. Eu costumo dizer que a mulher nasce novamente. A gente perde a identidade de mulher e nasce a identidade de ser mãe, porque muda totalmente, a vida, a rotina, muda tudo na vida de uma pessoa, tudo! Quando ela é mãe mesmo, né? Quando ela tem essa opção de ser mãe mesmo, de cuidar, de criar mesmo. Quando a pessoa se envolve nesse mundo é bem gratificante e bem cansativo também (Sra. Gump).

No relato, a mãe em questão admite que não consegue mais desenvolver sua individualidade por estar muito envolvida em sua maternidade. E isso marca a transição de um maior envolvimento das mulheres com a maternidade nos dias de hoje. Se até pouco tempo as mulheres conseguiam negociar com essa dupla identidade, de mulher e de mãe, a informante diz ter esquecido quem era, não conseguindo transitar mais entre as duas identidades, desempenhando apenas o marcador identitário mãe. Isso porque o ideal materno choca-se violentamente contra as obrigações cada vez mais exigentes do mundo do trabalho e com isso há para ela uma dificuldade em equilibrar suas duas identidades. Para a mulher que tem que trabalhar, o espectro da mãe má se impõe a ela cruelmente e ao mesmo tempo ela internaliza inconscientemente o ideal da boa mãe, assim a mulher e a mãe sentem-se perdedoras (BADINTER, 2010). A sujeita acaba não ficando satisfeita, nem é suficiente para a sociedade que cobra seu desempenho ideal em ambos os lados.

Contudo, as mães informam que estão a todo momento buscando negociações em sua vida para priorizar seus anos iniciais de maternidade a todo custo e nessa investida se jogam de cabeça. A fala de *Lorelai Gilmore* ilustra isso:

⁵³ Sra. Gump (Sally Field) do filme *Forrest Gump: O contador de histórias* (Robert Zemeckis, EUA, 1994) é a mãe de um menino de QI abaixo da média, que se recusa a tratar o filho de forma diferente e luta diariamente em apoio ao filho, para que ele tenha uma vida digna e desenvolva suas capacidades igual as demais pessoas.

Eu não sei se eu sou uma boa mãe e nem vou dizer que sou a melhor mãe, mas eu sou a mãe que a minha filha precisa. Eu tenho vivido praticamente exclusivamente pra ela, pra cuidar dela, tenho crescido e me tornado mãe junto com ela. Cada dia tem uma coisa diferente que eu não sabia e eu aprendo com ela. Uma vez eu chorei porque ela ficou doente e ficou com febre a noite toda e aí eu fiquei “Meu Deus, eu não sei o que fazer”. Daí o marido falou “Amor, calma. Tu já tá dando remédio, o médico falou que ela vai ficar bem, fica com ela, ela só precisa de você”. Ai eu percebi que eu estou fazendo de tudo pra ser a mãe que a minha filha precisa. Tô tentando dar o que ela precisa, que sou eu. Que é o meu cuidado, que é o meu carinho, que é a minha atenção. Que eu pesquiso muito pra tentar fazer as coisas direitinho e até agora tá dando certo. Então eu acho que assim, eu estou aprendendo a ser mãe, sendo. Estou aprendendo a ser mãe, sendo mãe. O que eu aprendo com ela é o que eu faço por ela, porque assim eu era a Lorelai, eu era amiga de fulano, eu era a filha da minha mãe, dos meus pais, a irmã de fulano, a estudante, eu era tudo. Hoje eu deixei de ser tudo que eu era e sou a mãe da Sophia. Hoje eu sou mãe, eu não posso deixar de ser, porque qualquer coisa que eu poderia deixar de ser, mas o que não posso deixar de ser é mãe (Lorelai Gilmore).

Fica claro no relato da mãe que se encontrava, durante a entrevista, em licença-maternidade, o quanto é significativo o tempo passado com a filha e a dedicação exclusiva para ela. Também é perceptível o quanto ela leva a maternidade como um ponto determinante em sua vida, mencionando que o seu marcador identitário de mãe está acima de qualquer outro demarcador identitário, e que é algo em construção a todo momento, havendo um desfrutar e um redescobrir gradativo. Ao mesmo tempo, é demonstrado na fala o panorama da maternidade intensiva desempenhado quando a mãe relata ter ficado mais preocupada do que o pai e o obstetra, concluindo que a filha precisa mais dela do que de qualquer outra pessoa, evidenciando o quanto há para a mulher uma carga de responsabilidade maior, inclusive emocional.

Considerando que as mães empoderadas dos grupos de *WhatsApp* prezam muito pela liberdade da escolha, a mãe *Sofia Zawistowski*⁵⁴ ilustra o quanto também é difícil para as mulheres exercerem somente uma maternidade intensiva, por receber cobranças em não estar trabalhando:

Eu acho que desde que o mundo é mundo a mulher é cobrada e sempre será. Eu queria muito dizer que não, que vai chegar um tempo que a gente não vai ser, mas acho que é meio difícil. Porque assim, a gente tem que cuidar da casa, tem que cuidar do filho, tem que cuidar do marido, tem que cuidar de si, mas nós sempre fomos cobradas por isso e continuamos a ser. Então é difícil dizer. Talvez sejamos mais cobradas agora porque antes a gente poderia ficar em casa tranquila que ninguém iria dizer nada. Hoje a gente não pode abandonar a carreira, não pode escolher abandonar a carreira pra se dedicar ao filho porque as pessoas acham que é um absurdo. Dizem que você vai abandonar sua carreira e daqui a pouco seu filho tá grande e você não vai mais voltar ao mercado de trabalho. E esse talvez esse seja

⁵⁴ Do filme *A Escolha de Sofia* (Alan J. Pakula, EUA, 1982), *Sofia Zawistowski* (Meryl Streep) é uma mãe polaca, filha de pai antissemita, que fica presa em um campo de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial e é forçada por um soldado a escolher entre um dos dois filhos para ser morto, não podendo se recusar, senão ambos morreriam.

o ponto pelo que a gente seja mais cobrada, em não poder exercer um só dos lados (Sofia Zawistowski).

A escolha no caso é relativizada quando, para essas mulheres, não se enxerga a possibilidade de estarem envolvidas em uma violência simbólica ao optarem pela maternidade acima de tudo. Contudo, não há como desconsiderar que muitas mulheres realmente preferem exercer o papel de mãe de forma exclusiva, sendo para elas um poder de levarem suas vidas.

Todas as mães entrevistadas trabalham e não pretendem deixar de trabalhar, embora pude observar na fala de todas elas a manifestação de um desejo tímido de estarem disponíveis só para os/as filhos/as, isso quando falam sobre como optaram por tirar um tempo de sua carreira para ficarem em casa com os/as filhos/as e o quanto aqueles momentos iniciais de sua maternidade foram importantes para elas, já que tinham tempo disponível para maternas. Mesmo trabalhando, as informantes mostraram-se compreensíveis às mulheres que têm opção de ficar em casa cuidando do/a filho/a, inclusive demonstrando o desejo de também se disponibilizarem.

As mães também foram interrogadas em como reagem e lidam com o universo de tendências mercadológicas que estão disponíveis para elas. Diante disso, notei mais uma contradição quanto a esse modelo de maternidade intensiva. Ao mesmo tempo em que as mães investem o máximo de suas vidas e de tudo que está em seu alcance na criação e cuidado com os/as filhos/as, também se veem confrontadas a negar a si e a eles/elas caprichos decorrentes do consumismo que envolve a maternidade, principalmente em suas primeiras fases.

A respeito dessa contradição quanto as tendências de cuidado, e também da escolha por vivenciar os momentos iniciais da maternidade de forma intensiva e exclusiva, a mãe *Diane Després* responde:

Eu vejo que é uma forma das pessoas viverem mais a maternidade. Antes não tinha esse monte de coisas que tem hoje. Não vou dizer que é obrigatório, tem gente que é “Maria vai com as outras” e vê mães fazendo e aí elas também vão fazer. Mas têm outras pessoas que não, há pessoas que têm opção de viver a maternidade. Por exemplo, eu optei, quando estava grávida, por viver a maternidade, aproveitar minha gravidez o máximo que eu pudesse, eu aproveitei muito a gravidez. Eu peguei a licença maternidade. Para que serve a licença maternidade? Peguei os seis meses que eu peguei pra cuidar, pra eu viver isso. Eu fiz o ensaio fotográfico da minha filha, eu faço os mensários dela, eu brinco com ela, eu montei um espaço decorado e cheio de brinquedos dentro de casa pra gente sentar no chão, pra gente brincar com ela. Eu faço cama compartilhada⁵⁵ com ela. Muita gente julga e diz

⁵⁵**Cama compartilhada** é a expressão utilizada pelas mães para se referir à prática de deixar que os/as filhos/as durmam com os pais na mesma cama. Existe uma controvérsia entre as mães dos grupos sobre o assunto pois ao mesmo tempo em que algumas dizem que isso retira a privacidade do casal, há mães que defendem que isso não faz mal algum para o relacionamento e é na verdade uma forma de viver a maternidade em conjunto. Com essa prática, percebe-se o que

“Ah, você vai se arrepender”. Bom, eu optei por viver a maternidade com ela, pra aproveitar a maternidade com ela. A minha filha tem oito meses hoje, hoje ela já dorme boa parte da noite no berço dela, parte na minha cama. Tem dia que ela dorme a noite inteira na minha cama, tem dia que é no berço dela. Então assim, a gente vai se organizando do jeito que dá, diante da nossa realidade. Acho que cada uma tem que fazer as coisas de acordo com sua realidade, tem mãe que não pode, tem mãe que não pode ficar os seis meses, tem mãe que não tem esse tempo pra criança, que não pode fazer “cama compartilhada” porque tem outros filhos, enfim, por diversos motivos. Eu acho que assim, ser mãe é válido. Você tem que viver a maternidade, eu optei por isso. Eu tenho amigas que com três meses viajaram, deixaram os bebês com os pais. A minha filha até hoje não dormiu longe de mim, nunca passou muito tempo longe de mim. Enfim, eu acho que cada um vai fazendo de acordo com o que dá (Diane Després).

Segundo esse relato, a mãe vê as tendências como algo positivo, como elementos que intensificam as experiências e sentimentos de se vivenciar a maternidade em todos os seus extremos, e inclusive se utiliza das tendências que fazem com que permita que ela tenha mais proximidade com a filha. Assim os benefícios em prol da criança servem também para melhorar a autoestima da mulher enquanto mãe. Muitas das práticas e tendências se refletem não só ao âmbito do consumo, mas remetem à uma proximidade maior das mães com os/as filhos/as.

Em contrapartida, outra mãe informa reconhecer que práticas, produtos e serviços à disposição da maternidade são muitas vezes desnecessários:

A verdade é que criança não precisa tanto dessas coisas não, é mais é consumismo, mídia. Eu por exemplo, fiz o *new born*⁵⁶, mas eu vou te dizer, é estressante você fotografar uma criança recém-nascida. Eu me estressei, a criança se estressou, foram duas vezes. Só que depois você vê as fotos, você acha tão lindoooo, acha tão bom, você não se arrepende de ter feito, mas no momento é estressante. *Sling*⁵⁷ eu não comprei, não usei, achei um pouco desnecessário. É mais é propaganda do que utilidade. É uma coisa que você usa muito pouco, eu acho que eu comprei o *Canguru*⁵⁸ e usei o que? Seis ou sete vezes, no máximo 10 vezes. E hoje em dia eu não uso mais porque ela tá muito pesada, ela tá com sete meses agora mas tá com mais de 10 kgs, o *Canguru* aguenta até 15 kgs, mas a minha coluna não (risos).

Badinter (2010) chama de “império da criança”, que como prioridade na família, suas vontades estão acima do casal. O que pode ser relativizado se considerarmos que também é vontade do casal fazer as vontades da criança.

⁵⁶**New born** (recém-nascido): é um ensaio fotográfico que tem por objetivo registrar os primeiros dias de vida do bebê, realizado até o 15º dia de vida do bebê.

⁵⁷**Sling**: é um carregador de bebê, não estruturado, que permite formar uma espécie de saco ou rede, onde se carrega o bebê próximo ao corpo, permitindo mais intimidade entre mãe e filho/a. Trata-se de uma versão moderna dos antigos carregadores de bebês utilizados há séculos por diversas culturas (indígenas, africanas, asiáticas e indo-americanas). É possível verificar que até mesmo com o uso desse acessório as mães buscam um resgate à natureza com referências que envolvem a maternidade. Além de se intensificar a ideia de maternidade intensiva quando o produto permite que a mãe possa desempenhar outras atividades com o bebê “amarrado” em seu corpo, reforçando a ideia contraditória de que a mulher pode desempenhar várias atividades enquanto materna.

⁵⁸**Canguru**: outro tipo de carregador de bebê, porém estruturado como uma bolsa ou mochila com alças para colocar a criança próximo ao corpo imitando um marsúpio, a bolsa de uma mãe canguru. Esse acessório ao remeter características de um animal mamífero, indica mais um ponto de uma maternidade próxima da natureza e um resgate aos aparelhos instintivos.

Então é mais é mídia, mais é propaganda mesmo, é capitalismo, incentivo ao consumo. Você se sente coagida, por exemplo, você tá no grupo das gestantes ou da amamentação e elas começam a fazer a propaganda. A gente já marcou um encontro que foi um mamaço que foi lá no Teresina Shopping. E aí eu fui, quando eu cheguei lá, simplesmente só podia dançar com seu bebê quem tinha *slings*, quem não tinha, ficava na cadeira olhando. Naquele momento ali eu me senti excluída. Aquilo ali de certa forma foi uma maneira de coagir as mães a comprarem o *slings*. Eu achei que foi uma forma de induzir a compra. Eu cheguei até a ligar pra perguntar os preços e depois eu pensei “Nossa, eu não preciso disso. Pra quê que eu vou comprar isso? Só pra ficar aqui fazendo entulho no meu quarto. Não vou comprar e pronto” (Christine Collins⁵⁹).

Percebe-se na fala que as tendências servem como instrumentos de enfeite do mundo da maternidade em que a mulher se envolve. Portanto, envolvida em uma ideologia da maternidade empoderada e intensiva, a mãe acaba intrincada em um tipo de fetiche que pode fazer com que ela consuma produtos, práticas e serviços para confortar ainda mais seu objetivo de vivenciar a maternidade de forma ativa. Inclusive, ao informar de um mamaço ocorrido em um *shopping*, é possível figurar a contradição de uma maternidade que tanto é levada como bandeira política, em defesa do parto, do aleitamento materno, etc.; como também um mercado, sendo o *shopping center* um centro comercial em que se triunfa o consumo. Entretanto, estando as mães inseridas nesse cenário, mostraram que não são completamente manipuladas pelo discurso do consumo desenfreado que envolve a maternidade, percebe-se que enquanto se empoderam e se informam nos grupos, essas mulheres adquirem senso crítico para decidir sobre o que é realmente importante para os/as filhos/as e sua maternagem:

Eu acho que o comércio, o capitalismo se aproveitou disso pra ganhar mais dinheiro, porque eles pegam um momento muito sensível que a gente passa, se aproveitam do amor incondicional que a gente tem, pra fazer a gente se explorar pra dar uma coisa para o nosso filho que ele não precisa. Ele não precisa disso pra ser uma criança feliz e saudável. Ele precisa de carinho, ele precisa de amor, ele precisa de respeito, ele precisa de atenção, ele precisa de empatia. E muitos pais dão tudo, achando que é uma necessidade pra se adequar na sociedade que cobra isso, eu sou contra. Eu acho que se você tem condição e isso não for interferir na saúde mental da tua família, é ótimo. Mas a partir do momento em que você tem que tirar de uma coisa mais básica da tua vida pra gastar com isso, eu acho um sacrifício desnecessário, ridículo (risos). Acho triste, na verdade (Selma Jeskova).

⁵⁹Christine Collins (Angelina Jolie) do filme *A Troca* (Clint Eastwood, EUA, 2008) é uma mãe que tem o filho desaparecido e diante do descaso, desafia autoridades em busca da criança, vivenciando uma batalha exaustiva para encontrá-lo, sendo marcada socialmente como “louca” e uma “mãe incapaz”, culpabilizada pelo desaparecimento do filho.

Outro relato de *Eva Khatchadourian* diz que o que acontece é que esvaziam a funcionalidade e a utilidade de alguns produtos e serviços e transformam em tendências por puro fetiche de consumo:

O que foi que aconteceu com o *sling* e demais produtos, é que as pessoas vendem e não dão orientação certa, tem mãe que usa de qualquer jeito e isso acaba com a coluna dela. Tem mãe que fica frustrada porque vê uma mulher usando de um jeito e quer usar também, isso aconteceu a primeira vez que eu usei. “Ah, é porque a mãe fulana de tal faz isso”, mas não sabe o benefício que aquilo traz pra saúde do bebê, saúde neurológica, a saúde fisiológica, a questão da termo, a regulação corporal da criança, de evitar refluxo, de melhorar as cólicas, de aumentar a imunidade dele porque tá em contato com o colo da mãe, pegando na flora da mãe, então acabou virando mais um consumo de enxoval de bebê como se fosse obrigatório porque todo mundo tem e não porque é preciso realmente (*Eva Khatchadourian*).

Percebe-se no discurso das mães sobre os produtos e serviços disponíveis para a maternidade, uma herança fruto da reviravolta de valores ocorrida a partir dos movimentos de contracultura dos anos 1970, em que os indivíduos passaram a se submeter à lei da natureza e isso fez gerar um discurso político contra o consumo desenfreado do capitalismo triunfante (*BADINTER, 2010*). Negando o que é superficial, o que é químico, o que é industrializado, as mães empoderadas em sua relação de amor com a natureza, acabam por buscar opções ecológicas.

A exemplo disso a mãe *Mildred Pierce*⁶⁰ relata como consegue driblar esse consumismo optando por soluções que considera alternativas para vivenciar sua maternidade:

Eu por exemplo não fiz mensário nenhum, fiz um aniversário totalmente alternativo, um piquenique em que a família ajudou, eu fazendo e produzindo a maioria das coisas, fiz uma coisa muito simples, porque eu acho que o mais marcante é a convivência e não a festa em si. Já esse negócio da foto, eu e meu marido fazemos uma produção caseira, até pra registrar mesmo, porque toda mãe gosta de fazer isso. Mas essas tendências necessárias de comércio, tem muita coisa que vai na contramão, sabe? Essa loucura que as pessoas ficam de gastar muito dinheiro, não sei se isso é muito positivo. Eu fui pra uma festa de criança que tinha champanhe, eu fiquei assim “Meu Deus, que loucura é essa? ”. O bolo era uma coisa maior que a criança. Eu achei assim absurdo. Mas eu acho que apesar disso tá tendo esse novo caminho, mais alternativo, onde eu encontro pessoas com o pensamento parecido com o meu. Por exemplo, eu troco roupinhas com algumas mães dos grupos, é uma forma de evitar gastos desnecessários (*Mildred Pierce*).

⁶⁰*Mildred Pierce* (Joan Crawford) do filme *Alma de Suplício* (Michael Curtiz, EUA, 1945), é uma mãe trabalhadora que consegue elevar seu *status* social através de muito esforço, enquanto procurou sempre agradar e a ceder aos caprichos da filha mais velha, Veda. Ao mesmo tempo, a filha é incapaz de desenvolver qualquer tipo de empatia pela mãe, preocupada em viver de luxos e desprezando os esforços da mãe para lhe dar o melhor.

É como se o consumo, o capitalismo e a ordem social vigente desposassem das mães de seus próprios corpos e roubassem seus filhos de “suas garras”, é por isso que veem a necessidade do parto normal, da amamentação exclusiva, da alimentação livre de conservantes, de opções alternativas e de uma vida menos consumista, tentando driblar a ideia de maternidade como mercadoria e ao mesmo tempo também caindo em contradição quando se utiliza desse consumo para vivenciar uma maternidade intensiva. Além disso, a dificuldade em renunciar o tempo com os/as filhos/as diante das obrigações de trabalho, se mostra relacionada à essa vontade de contradizer as demandas capitalistas vigentes.

5.2.2 “Não mexe comigo, que eu não ando só”: o processo de empoderamento das mães na formação de um marcador identitário de poder

Constatei com observação participante que muitas das informantes procuraram os grupos de *WhatsApp* ou foram convidadas a participarem deles por se encontrarem sem informações o suficiente sobre muitos dos processos de maternidade, sentindo-se perdidas diante das muitas mudanças que aconteciam em suas vidas a partir do momento em que descobriram a gravidez. Para elas, o vínculo estabelecido nos grupos é um dos grandes pilares que fundamentam seu empoderamento enquanto mãe. Isso foi constatado além de observação participante, com a fala das entrevistadas.

Ao serem perguntadas se consideravam-se mães empoderadas, todas as entrevistadas responderam que sim. Diante do assunto mencionado, em cada uma das entrevistas, foi bastante marcante para mim perceber que o tópico levantado fazia com que muitas das informantes ficassem emocionadas, demonstrando ser o empoderamento conquistado algo que as move enquanto mães.

As entrevistadas responderam que os grupos de *WhatsApp* foram grande fonte de empoderamento, sendo unânimes as respostas em tom de gratidão aos grupos de mães, verificando-se assim a importância destes para o empoderamento das mulheres, sendo a fonte de apoio mais mencionada por elas, além da família, do/a filho/a, do companheiro e da própria trajetória enquanto mãe. Percebi e reconheci que toda a rede de solidariedade que envolve essas mulheres foi imprescindível para que encontrassem autopoder.

A respeito de como se dão as compartilhadas nos grupos, *Leigh Anne Tuohy* relata um pouco da dinâmica, em que as mães empoderam umas às outras:

Quando a gente tá no grupo, a gente vai aprendendo coisas com as mães que já tão há mais tempo lá, coisas que eu não sabia, que eu não conhecia e elas vão me

empoderando. Por exemplo, eu vou tentar tirar o leite, eu sei tudo, eu sei a técnica de tirar o leite mas eu fazia tudo e não conseguia. Pensava assim “Tem alguma coisa errada. Porque que eu não consigo tirar o leite?”. Daí respondiam: “Tenha paciência, os primeiros dias são assim mesmo, você tem que fazer todo dia, no mesmo horário, até que seu organismo acostume. Se você vai começar a trabalhar tem que fazer isso pelo menos 15 dias antes. Porque o leite não jorra. Você tem que ir acostumando o organismo a liberar o leite todo dia naquele horário.” Então esse conhecimento aí eu não encontrei nos livros. A mulher fica logo apreensiva, se desespera e pensa que não vai dar certo, daí vai comprar leite industrializado. Ó, minha filha não toma leite industrializado, mas uma vez, como eu tava com muita dificuldade pra ordenhar eu ainda cheguei a procurar um leite industrializado, mas minha filha teve reação alérgica. Quando ela tomou o leite, ela passou o dia inteiro com febre, o cocô ficou esverdeado. Isso porque na época eu não via outro jeito, mas enquanto a mãe tiver leite pra amamentar o grupo incentiva demais isso, incentiva sempre a mãe tá ordenhando, tá dando de mamar, amamentação exclusiva até os seis meses. Tem muitos pediatras que orientam quando tá com cinco meses, o seguinte: “Vamos começar a dar frutinha raspada”. A mãe vai lá no grupo e diz: “Olha, meu pediatra sugeriu me dar isso e isso”, daí as mães dizem: “Não dê, dê amamentação exclusiva até os seis meses, o intestino do seu filho ainda não tá preparado pra receber alimento, vamos com calma, só faltou um mês.” Aí isso vai incentivando a mãe a ficar na amamentação exclusiva até os seis meses. Então é uma empoderando a outra (Leigh Anne Tuohy).

Percebe-se a importância dos grupos por fornecerem experiências que figuram mais a prática do que a teoria, embora as mães empoderadas tenham perfil de procurarem se informar com embasamentos científicos, no relato é possível reconhecer o ganho maior pela troca de experiências em lidar com situações inesperadas cotidianas. Como as mães são engajadas em defender o que acreditam, acabam por dar maior segurança para as mães jovens de “primeira viagem”, inclusive indo contra a conduta médica que é reconhecida por ter mais legitimidade científica. Isso marca mais uma vez como as mães empoderadas travam uma luta com a força coercitiva do discurso biomédico sobre seus cuidados, seu corpo e seus/suas filhos/as. Diante das trocas, é perceptível também que ocorre um cuidado compartilhado, em que as mães dividem bem mais os cuidados umas com as outras do que com familiares e companheiros.

A interação dos grupos vai além do diálogo pelos *smarthphones*, as mães estabelecem uma ligação umas com as outras que vai além do compartilhamento de experiências, dicas e informações, o que permite uma rede de atenção e cuidados para com os/as filhos/as:

Um dia você se ajuda e no outro você ajuda outra mãe. Em um dia que você tá mais triste, porque aconteceu alguma coisa, outra vai lá e conversa com você. Outras mães que passaram por problemas parecidos com os seus acabam se ligando mais umas com as outras. Meu mundo inclusive mudou, os meus amigos e minhas amigas já não são mais os mesmos. Não é porque eu não confie mais, é porque não tem mais aquela sintonia, eles estão em outra *vibe*. E eu tenho feito novos amigos,

que são as mães de bucho, que a gente chama. Nós estamos sempre muito próximas e compartilhando esses mesmos problemas diários e acho que isso fortalece muito a gente. Eu não consigo sair do grupo de amamentação mesmo que não precise mais dele, porque eu já passei pela fase dos seis meses de aleitamento, e aí eu tô sempre trocando informações com as mães que estão chegando lá porque eu me sinto um pouco obrigada a compartilhar com elas, porque pra mim o começo foi muito difícil, então eu sei. Porque quando tem aquela mãe que tem uma experiência muito grande, isso conforta aquela outra mãe que tá precisando de ajuda, sabe? Então, muitas mães me ajudaram nesse começo então eu me sinto obrigada a empoderar também elas. Por exemplo, essa semana aconteceu de uma mãe que tava desesperada, a filha com quatro meses sentindo cólica e ela sozinha em casa e tal. E pedindo ajuda no grupo e aí eu me sensibilizei porque a minha vontade era de pegar ela e a filha no colo ao mesmo tempo e deixar ela descansar, porque ela dizia “Eu não tô dormindo, eu não tô comendo, a Luiza não deixa eu fazer nada.” E eu sei o que é isso, eu sei o que é esse cansaço que deixa a gente exausta. Aí eu fui lá na casa dela, passei a tarde com ela, pra poder deixar ela descansar um pouco, sabe? E a minha filha tava muito bem com a minha mãe e eu fui lá pra dar esse conforto a ela. E quando eu não posso ir na casa da pessoa, a gente tenta dar todas as informações possíveis, de como tratar o bebê naquele momento. É aquela coisa de uma tá sempre ajudando a outra, a que tem mais experiência passa praquela que tá chegando (Mary Griffith⁶¹).

O estabelecimento de amizades entre as mães que permitem que umas tanto cuidem como opinem na criação dos/as filhos/as das outras, vai contra a lógica individualista que acomete as famílias contemporâneas, mais compenetradas em fechar-se em um egocentrismo característico do mundo globalizado. O que caracteriza mais uma das formas que as mães empoderadas encontram para burlar o modelo capitalista vigente que molda também as relações sociais.

Estabelecendo afinidades pelos problemas em comum, as mães se envolvem tanto com a maternidade que até a mudança no círculo social é em decorrência desse comprometimento. Ao contar que sente grande vontade de retribuir ao grupo a experiência que ganhou nele, *Mary Griffith* evidencia a sensibilidade das mães umas para com as outras ao praticarem a empatia e a sororidade, bem como a compartilha de cuidados com os/as filhos/as das outras mães.

Dentre os motivos que as fazem empoderadas, as mulheres respondem que a informação é a chave para o empoderamento e que é importante estar à vontade para se empoderar. Informação essa, tanto cedida através dos grupos, como de fontes diversas. Como ilustra a fala de *Sofia Zawistowska*:

Me sinto totalmente empoderada porque eu busco informação e o principal: porque eu sou flexível. Eu acho que a gente só consegue ser empoderada se a gente for flexível. Porque? A gente acha a vida inteira que só o nosso jeito é certo. Mas se a

⁶¹ Mary Griffith (Sigourney Weaver) do filme *Orações para Bobby* (Russell Mulcahy, EUA, 2009) é uma mãe ativista que passa a lutar pelos direitos LGBT ao se arrepender de tentar curar o filho da homossexualidade após o mesmo se suicidar com a pressão da família religiosa

gente não der abertura pra alguém mostrar pra gente que aquilo que a gente acha que é certo na verdade não é, a gente nunca vai crescer e nunca vai ser dona de si. Eu fico... Gente.... Tem muita mulher que se fecha por bobagem. Tem muita mãe nos grupos que não aceitam estarem erradas. Não aceitam ser empoderadas. Aquilo ali não é se empoderar, não é ser livre. Ser livre é você aceitar que outra pessoa pode te ajudar, e eu aceito numa boa. E o que me ajuda a me empoderar é eu me pôr no lugar de outra. Você só cresce, você só conversa, você só entende, você só tem um diálogo bacana com alguém se você se pôr no lugar de outra. E essa é minha meta todos os dias. Às vezes eu vejo um monte de porcaria no *Facebook*, ou até nos grupos mesmo e eu quero “chegar de voadora”. Daí eu penso. “Pera cara, deixa eu analisar aqui o contexto, deixa eu ver o que essa pessoa pode tá passando”. Aí eu vou tentar entender a dica que ela me deu, o que ela disse pra mim ver como ela tá, me pôr no lugar dela, chegar de mansinho e conquistar. Eu acho que essa tem sido a chave do negócio, se pôr no lugar da outra (Sofia Zawistowska).

É notável com o depoimento de Sofia *Zawistowska* que os grupos são também campo de debates e discussões, podendo haver também discordâncias e diante de um comprometimento tão grande com sua maternidade em um molde que considera ideal e necessário, a mãe Sofia *Zawistowska* acaba envolvida em sentimentos acalorados com opiniões que considera assertivas sobre determinados assuntos que a tocam. Contudo, a forma de driblar as discordâncias e evitar desavenças é a prática de uma ideologia de empatia para com outras mães. Isso figura a negociação que ocorre dentro de movimentos de mulheres em acionar a ideia de sororidade para se chegar a uma troca mútua e um entendimento dos motivos. Sendo mãe, ela é compreensiva com outra mãe. Ademais, outra entrevistada conta que apesar das divergências, as mães ao conquistarem empoderamento, sentem-se livres para tomar decisões e seguir dicas de acordo com o que acreditam:

Eu me considero empoderada porque eu leio, porque eu estudo, porque eu busco informação, eu não pego opinião de um ou de outro e tomo pra mim de qualquer forma. Eu ouço o que as mães têm a me dizer, confronto com o que eu acredito, com meu sistema de crenças, avalio se aquilo realmente tá condizente ou não e se realmente aquilo é uma informação embasada cientificamente, se tem um fundamento. Porque tem muita gente nos grupos que toma opinião de outra pra si sem saber que aquilo é realmente o melhor pra você. Você tem que ver que nem tudo é melhor pra você. Pode ser a melhor coisa praquela pessoa, pra outra pessoa, mas não pra você. É isso o que eu acho que as mães às vezes esquecem, se o que tem exposto nos grupos é melhor pra ela, pra realidade da vida dela, pro filho dela, que são pessoas únicas. Então é isso, eu me sinto empoderada sim e acho que o empoderamento parte do apoio, não parte da mãe sozinha, porque eu achei que tava empoderada na hora do meu parto e não tava, eu não tinha apoio de ninguém. Eu

descobri que uma pessoa só, apesar do poder que ela tem, ela as vezes perde tudo (Olivia Evans⁶²)

É certo que nem todas as mães dos grupos conquistam um parto normal ou conseguem amamentar de forma disciplinar seguindo o aleitamento materno exclusivo defendido nos grupos. Portanto, nem todas as maternidades empoderadas dos grupos conseguem seguir o padrão ideal defendido pelas mães dos grupos, embora maioria tenha esse objetivo e lute por isso. Considerando que possa haver certa heterogeneidade de ideologias, há a possibilidade de conflitos e a pressão em cumprir com os moldes perfeitos do modelo de maternidade defendido nos grupos pode causar angústias nas mães, mas de acordo com os relatos, elas tentam contornar conflitos quando veem o grupo como um coletivo a acrescentar e em geral não se sentem obrigadas a serem perfeitas.

A mãe *Sra. Gump* conta como a inserção nos grupos foi definitiva para sua trajetória de maternidade, redirecionando o destino de seu parto:

Eu tava com 36 semanas quando eu conheci a Paula, a enfermeira obstetra que fez o meu parto. E aí ela me colocou no grupo de apoio ao parto natural humanizado, o “Gestantes Poderosas”, e com duas semanas participando dos grupos eu abandonei meu médico que é um cesarista “filho da mãe”. Se eu tivesse com ele eu teria “ido pra faca” porque meu trabalho de parto durou 32 horas, e aí eu com a Paula foi diferente. E isso se deve ao fato de que me empoderei no grupo, criei força pra fugir do médico, pra ter o parto dos meus sonhos. Depois eu migrei para o grupo de amamentação. E aí que foi o meu “boom”, todo o meu fortalecimento se deve também ao grupo de Apoio a amamentação (Sra. Gump).

Diante da importância em realizar um parto normal “contra tudo e contra todos”, as mães encontram no grupo o apoio que não veem da maioria das pessoas a sua volta. Destaquei o relato da *Juno Macguff*⁶³, que demonstra o quanto o apoio que recebeu nos grupos para que realizasse seu parto normal foi importante para que se empoderasse:

Meu parto foi o que mais me empoderou... (choro e emoção). Parir é a coisa mais linda que você pode fazer. Tu se sente forte, sabe? Você se sente batalhadora. Você diz assim: eu consegui! Porque eu entrei em trabalho de parto ativo as 21:00 horas da noite e eu tive a Joana as 11:21 horas da manhã do outro dia, então eu tive um bom tempo de contrações bem fortes e durante esse período de espera eu senti uma

⁶²Olivia Evans, do filme *Boyhood – da infância a juventude* (Richard Linklater, EUA, 2014), é uma mãe divorciada que dedica seu tempo para o cuidado e educação do filho e da filha, ao mesmo tempo em que estuda, trabalha e busca ascender profissionalmente, e no percurso disso vivencia um relacionamento abusivo.

⁶³*Juno Macguff* (Ellen Page) do filme *Juno* (Jason Reitman, EUA, 2007) engravida acidentalmente aos 16 anos e resolve ter o bebê para posteriormente entregá-lo para adoção. Ao tomar essa decisão, Juno passa a conviver com o casal que adotará a criança e em meio a isso vivencia novas responsabilidades com as dificuldades da gestação.

dor de amor. Não é uma dor comum, entende? Não é igual quebrar um braço não. É uma dor de saber que você tá prestes a conhecer o teu filho. E passa um filme na tua cabeça de tudo, vai passando, durante o trabalho de parto a mulher começa a se sentir mais forte e quando ela pare, quando ela vê o bebê dela pela primeira vez, é assim uma mistura de emoções muito grande porque você vê o quanto você é forte. O quanto você consegue aguentar, porque tem horas que você acha que não vai aguentar aquela dor. E quando você pare, você vê assim “Como eu sou forte! Como eu consigo aguentar suportar muita dor”. E vem assim aquela emoção de conseguir parir, no meio de tanta crítica, no meio de tanta coisa você dizer “Eu consegui!”, eu acho que a partir daí você vê que você renasceu. Eu acho que é um momento lindo, é muito corpo a corpo, é muito sentimento envolvido. O parto normal é muito bom, se você não tiver uma violência, é claro, se você for respeitada, eu acho que é a melhor forma de nascer. É muita emoção, é muito além. Só sabe mesmo quem pariu, só sabe quem sentiu. E isso que me empoderou, o parto me deixou mais forte e eu pensei “Agora todos os meus objetivos eu vou conseguir cumprir porque eu consegui parir”. Daí veio a amamentação.... Agora passou a amamentação e conquistei mais empoderamento. Quando você consegue cumprir aquela etapa como você desejava, aí você se empodera cada vez mais. Quando você consegue iniciar a alimentação saudável com seu filho, cumprindo com seu filho, aí você se fortalece mais. Acho que todas essas fases me empoderaram, mas o parto foi o mais. Eu digo que todo dia você tem uma barreira diária e os grupos me ajudam a conquistar cada objetivo e a me empoderar cada vez mais (Juno Macguff).

Para essa mãe, realizar seu parto normal de forma humanizada foi uma conquista que a fortaleceu bastante. No relato é visível a tamanha importância dada ao parto em todo seu ritual, bem como a ressignificação de fatores vistos comumente como negativos, como dor, as contrações e as longas horas de trabalho de parto, que acabam tornando-se ponte para o ápice do que seria uma grande conquista, parir. O relato caracteriza o modelo de maternidade intensiva que se empodera em suas escolhas, na escolha por parir, amamentar e alimentar o/a filho/a de forma saudável, havendo uma redescoberta de si. Há uma ressignificação do que era considerado sofrimento para algo que se torna um prazer. A mãe ao dizer ter renascido, demonstra que se encontrou com uma parte de si que não conhecia, o que se pode associar arquétipo da Mulher Selvagem de Estés (2014).

O empoderamento adquirido nos grupos também se faz importante para que as mães superem a força coercitiva das tendências de consumo disponíveis para a maternidade:

Por exemplo, o colar de âmbar⁶⁴, se você tem relatos de outras pessoas, dos benefícios que ele pode ter trazido para o filho dela, você vai se sentir tentada a

⁶⁴ Colar de âmbar: segundo uma das mães que usa em seu bebê e também vende para outras mães, é um acessório feito com âmbar, que em contato com a pele do bebê faz com que as pedras do colar se aqueçam e liberem ácido succínico no corpo, que ajuda nas dores e irritação durante a fase de dentição, aliviando desconfortos como inchaço das gengivas e febre. Como não existem estudos científicos sobre a eficácia do uso do acessório, é perceptível que embora as mães digam basear-se em estudos científicos para o cuidado com os/as filhos/as, também fazem uso de saberes populares, mais uma característica da maternidade ligada à natureza e às práticas tradicionais populares.

comprar pra você ter o benefício para o seu filho, mas se você não tem com quem trocar experiência, você vai acabar comprando sem a necessidade. O que tem gente vendendo coisas por aí afora que são desnecessárias, é só o que tem. Mas a partir do momento que você troca experiências com outras mães e as outras mães passam o relato de como foi o uso de um produto com elas, se teve benefícios, você acaba comprando. Se você vê que não teve benefícios, você acaba não comprando. Então esse empoderamento ajuda na hora de você decidir a respeito da compra ou não compra de algum determinado item (Sofia Zawistowska).

Como forma de se fortalecer, as mães mencionaram muito que buscam prioritariamente por informação, sendo este o principal meio para empoderamento, o que foi visualizado em todas as entrevistas. Entretanto, a informação, seja ela científica, popular, de vivências relatadas nos grupos e demais fontes é complementada com o que ainda chamam de “instinto materno”, ainda considerando uma lógica essencialista de maternidade:

Você tem que ler muito, você tem que estudar muito, porque as pessoas acham que ser mãe é só botar filho no mundo. Mas eu acho que a gente tem que seguir também os nossos instintos, que são bastante e sempre eficazes, isso junto com o fato de que já que tem informação disponível, tem que aproveitar ela e usar pro nosso benefício. Eu acho que a gente tem que se informar, tem que seguir os nossos instintos de mãe. Tem médicos que indicam leite artificial para as crianças e a mãe às vezes nem quer dar. Então acho que se elas seguirem um pouco do instinto delas e fossem atrás de informação, elas evitariam muitos problemas de saúde pro bebê. Eu tenho uma família todinha dizendo que eu tô errada, que o menino vai adoecer por causa disso, que o menino tá adoecendo porque eu fiz a escolha errada, que a culpa disso tudo é minha. Daí isso me enfraquece um pouco e às vezes penso em ceder às pressões da sociedade, mas eu acredito no meu instinto e sigo empoderada (Leigh Anne Tuohy).

Mesmo percebendo que as mães empoderadas possuem posicionamento político e crítico sobre mitos e construções sociais sobre a maternidade, ainda reproduzem ideias tradicionais e essencialistas com relação ao ser mãe. A maternidade assumida por princípios que resgatam a ideia de fazer parte da natureza e também ser ela, traz de volta o instinto materno. Essa ideia pode estar associada ao fato da mãe buscar resgatar sempre seu protagonismo nas decisões que toma em sua maternidade, recorrendo a essencialismos para reivindicar sua centralidade de mãe.

Muito do discurso transmitido e reproduzido no grupo tem por base a conscientização sobre o movimento feminista que as mulheres adquiriram nos últimos anos, principalmente depois que se tornaram mães. Quando interrogadas sobre a importância do feminismo para seu exercício de maternidade, as mães o consideraram de grande importância, mostrando-se a par das lutas.

Juno Macguff conta que a maternidade a fez feminista:

Me considerei feminista a partir do momento em que eu me tornei mãe, sou mãe, sou mulher. Eu vejo muito isso, que a gente defende muito a cria, defende muito a causa da maternidade, da mulher, que ela tem que ser respeitada, que ela tem que ser respeitada como mãe. Por exemplo, eu vejo a questão de amamentar em público. É uma questão muito polêmica porque tem gente que olha torto, tem gente que não quer olhar. Sim, mas eu sou mulher, eu posso, sou mãe, é um direito, a criança precisa. Eu vejo o feminismo como uma rede que a gente participa e a cada momento a gente vai aprendendo, criando vínculo e você fica se fortalecendo. Porque aí eu vejo que não é que eu seja mais mulher, mas depois que eu me tornei mãe eu criei muito mais força como mulher pra defender a minha filha, pra me defender como mulher. Pra dizer eu sou mulher e eu posso fazer isso. Isso só depois que eu me tornei mãe. Porque antes não, antes eu não era assim tão empoderada como eu me considero hoje, de saber, de defender realmente, mas depois que eu me tornei eu percebi que é bem mais forte (Juno Macguff).

Nos relatos, foi perceptível que as reflexões sobre feminismo deram às mães uma força para lidar com cobranças e dificuldades diversas da maternidade, como conta *Mildred Pierce*:

Como a gente é muito cobrada por ser mulher, o feminismo nos traz leveza. Eu vou deixar essa porra toda explodir e eu não tô nem aí. Eu vou viver a maternagem do jeito que eu achar mais interessante e foda-se todo mundo. Eu vou me manter inteira e não vou me despedaçar pelos outros. O “boom” do meu empoderamento foi quando a Pietra nasceu porque todo mundo queria me visitar e a gente acha que tem obrigação de receber as visitas e estar feliz. Daí não dorme direito, não banha, não come e ainda ter que aguentar visita. As pessoas chegavam na minha casa, às vezes umas quatro da tarde e saiam umas nove da noite. Era um Deus nos acuda. A Pietra dormia e eu também queria dormir e as pessoas não iam embora. Aí eu penei “Menino, quer saber de uma coisa? Vou falar que não quero mais visitas.” Aí eu postei no *facebook* que não queria, foi um Deus nos acuda. Mas aí as pessoas respeitaram. Primeiro acharam que eu era grossa. Sou grossa mesmo! Mas eu vou me manter grossa pra ficar bem, e eu acho que foi aí que eu descobri que eu posso fazer o que eu quiser. As mulheres têm que descobrir que elas são donas das vidas delas, que ninguém pode dar pitaco em porra nenhuma. Se bem que eu gosto de quem dá pitaco se você souber dar pitaco, se for só pra encher o saco “vá tomar no cu” (Mildred Pierce).

O relato acalorado de *Mildred Pierce* mostra como foi possível encontrar no feminismo uma resposta às particularidades da maternidade, se constituindo como um elemento que se agrega em sua identidade, a mãe feminista e empoderada resiste e contorna sua situação ao se colocar fora do padrão de “boa mãezinha” que aceita e consente com todos os ritos e mitos sobre o comportamento maternal, não mais aceitando uma condição passiva. O fato de *Mildred Pierce* se utilizar de palavrões no relato reafirma o quanto ela não faz questão de ser vista como uma mãe delicada e que seu tom de revolta se converteu em uma consciência de feminismo como uma resposta para viver a maternidade como bem entender. A fala da *Helena Pêra* corrobora isso:

O feminismo é tão latente em mim que eu acho que eu consigo enfrentar as dificuldades só sendo eu mesma. Eu sou tão livre que, eu acho que tô tão assim de um jeito que nada me atinge. Mas por mais que você seja a pessoa mais empoderada do mundo algumas atitudes ainda machucam, mas eu tenho que focar em outra coisa, em algo que me fortaleça e siga em frente. Se eu vejo alguma coisa que eu não gosto eu falo, não fico calada de jeito nenhum (Helena Pêra).

Ao instruir às mães a enfrentarem cobranças, críticas e julgamentos, as reflexões feministas são para a *Erin Brockvich* uma tomada de consciência sobre a divisão de papéis entre os cônjuges:

Sim, porque o feminismo ele quer a igualdade e quando você começa a ver essa igualdade entre duas pessoas independente do sexo delas, você consegue ver que elas têm a mesma responsabilidade sobre o mesmo filho. Então, independente de ser homem ou ser mulher você tem 50% dessa responsabilidade. Se forem duas mães, cada uma tem 50%, são duas pessoas criando um filho, se você for uma pessoa só, você não tem com quem dividir, mas se forem duas pessoas a responsabilidade é entre os dois. Então, os dois tem de fazer sua parte e não ficar naquilo de marido, uma vez na vida, lavar louça e dizer: “Meu marido me ajuda muito”. O feminismo veio pra você ver essa diferença, aí é um absurdo quando você vê e reconhece isso. O feminismo é pra que você queira a igualdade das pessoas, então você é uma delas. As pessoas acabam desvirtuando, o feminismo diz que cada um tem que fazer sua parte, não é 50%? Então é meio a meio em tudo, não é só um fazer não (Erin Brockvich).

Outro depoimento de *Mildred Pierce* fala sobre como o feminismo foi crucial para sua maternidade desde a descoberta da gravidez, ajudando-a a lidar com traumas decorrentes de violência e abuso sexuais sofridos devido sua posição na sociedade machista enquanto mulher:

O feminismo foi muito importante pra mim... Não sei nem por onde começar. Assim, eu saí de um relacionamento abusivo, e também quando criança eu já fui abusada por uma pessoa da minha família e assim depois que eu conheci o feminismo, eu tinha muito medo e ainda tenho, de isso acontecer com minha filha, e aí o feminismo me ajudou muito porque eu pensava muita bobagem, eu pensei até em abortar porque eu achava que eu não ia conseguir cuidar dela porque eu tinha que proteger ela sempre, porque minha mãe não conseguiu me proteger disso, né? E o feminismo me ajudou muito a continuar com a minha gravidez e ter a minha filha. E hoje assim, eu passo por isso, e as feridas cicatrizam mais disso que aconteceu comigo, porque depois que eu tive minha filha parece que amenizou mais a dor que eu sentia. Me fortaleci mais (Mildred Pierce).

Ao participarem de atos e manifestações em prol de questões sobre maternidade, além de buscarem informações para barrar as forças coercitivas que insistem em interferir em sua maternagem, algumas das mulheres podem não assumir ou refletir sobre o feminismo em suas lutas,

mas acabam por reproduzir práticas compatíveis com o mesmo. Contudo, a luta pelo parto humanizado foi uma das questões que as mães levantaram associadas à luta feminista, o que evidencia certo avanço pois eu havia observado nas manifestações em apoio ao parto normal humanizado que acompanhei, a falta de contextualização sobre opressão de gênero e luta feminista, em que as questões de parto e maternidade foram defendidas apenas como “direitos das mulheres à saúde pública”, não havendo um posicionamento feminista mais incisivo nos protestos.

Além disso, nas falas das mães entrevistadas não se encontrou nenhum rastro de aversão à luta feminista, observando que as mães empoderadas não alimentam a onda antifeminista que paira no senso comum, mas sim que algumas vezes há certa ausência de reflexão em muitas vezes estarem reproduzindo modos de luta feministas sem se dar conta:

Não sei se eu sou uma pessoa feminista ao pé da letra. Eu nunca fui assim muito ligada nessa parte sociológica da vida. Então às vezes a gente talvez exerça determinadas atitudes e características sem saber que tá exercendo. Mas eu vejo o feminismo e o empoderamento importantes porque, por exemplo, na hora de ter o parto. Às vezes você deixa de ter um parto normal ou um parto normal humanizado ou até uma cesariana humanizada porque você não tem informação. Aí as vezes a gente vai só pela cabeça de um médico, pela cabeça de um membro da família que acha que isso deve ser assim, que dever ser assado, você não tem o conhecimento. Então o feminismo, nessa trajetória do que é ser mãe que começa desde quando a gente engravida é necessário pra gente que é mãe, começando desde o dia em que a gente engravida, pra que a gente possa ter voz e vez. Porque senão a gente não vai poder lutar por nossos direitos. Porque senão não vai adiantar, outras pessoas vão conseguir lhe convencer do contrário. Chega a hora da amamentação, se você não se apodera da informação a respeito da amamentação, das dificuldades que surgem, de como você pode fazer para driblar aquelas dificuldades, você não consegue fazer a amamentação da maneira que deveria ser e por aí vai. Na hora da criação do seu filho, na hora de você for impor os limites sobre o que é certo e o que é errado, na hora de alguém lhe oferecer pro seu filho um alimento que você acha que ele não deve tomar, porque tem muita açúcar ou muito sal e você acha que não vai nutrir ele. Então tudo isso é baseado no empoderamento, e como a mãe, a mulher que tá relacionada a condução da criação dos filhos na grande maioria das vezes, então é necessário esse empoderamento e ao mesmo tempo é uma forma de você exercer o feminismo. Eu acho que é mais ou menos assim (Olivia Evans).

O chamado empoderamento feminino ganhou as graças dos novos ativismos e discursos progressistas da atualidade, perpassando muitos espaços, isso talvez porque o termo tenha um tom mais leve que “feminismo”, que carrega estigmas. O empoderamento acabou se infiltrando em muitos espaços como forma de evidenciar a necessidade de protagonismos das mulheres, na internet, em movimentos sociais, em empresas, produções televisivas, cinematográficas e fonográficas, ganhando o cenário da cultura pop, das políticas públicas e das relações políticas e sociais.

Contudo, é importante verificar se esse empoderamento de fato se concretiza no âmbito familiar das entrevistadas, se os artifícios para exercer a maternidade que elas informam apropriarem-se refletem poder ou dominação. Diante disso, a necessidade de evidenciar também no trabalho, o lugar da mulher e do homem nas famílias e as consequências da divisão sexual do trabalho para as maternidades empoderadas.

5.2.3 “Mateus não foi feito sozinho”: o lugar das mães empoderadas na família

Nas entrevistas, ficou claro que as mulheres-mães são as principais cuidadoras dos(as) filhos(as), principalmente por se tratarem de mães com filhos/as pequenos/as, na primeira infância. Várias práticas exercidas por elas, bem como declarações dadas pelas mesmas, fizeram com que se pudesse verificar isso. A exemplo a amamentação que exige da mãe, aproximação e tempo muito maiores do que os pais. Em se tratando de mães que optam pela chamada maternidade empoderada em defesa do melhor para si e para o bebê, essas mães dedicam mais tempo ainda às crianças quando se realiza a alimentação das crianças com leite materno durante os seis primeiros meses de vida.

Deste modo, as mães amamentando de acordo com a necessidade do bebê, se colocam cem por cento disponíveis para ele, porém faz-se importante verificar como se dão as divisões de papéis de gênero no âmbito familiar, principalmente por constatar a tomada de consciência das mães envolvidas com ideais feministas de igualdade de responsabilidades.

Percebe-se que apesar de ainda haver uma maior responsabilidade do cuidado para as mães, algumas das entrevistadas contam com um ambiente familiar mais igualitário quanto à divisão sexual do trabalho, em que os maridos desempenham tarefas domésticas e cuidados com os/as filhos/as em proporções mais parecidas com as das mães:

Eu faço o gerenciamento financeiro da casa, o salário dele e o meu são na minha conta. Ele faz a comida, ele lava a louça, ele lava a roupa do neném. Eu limpo a casa, eu cuido do Arthur, ele também cuida. Antes de voltar a trabalhar fixo, às vezes eu precisava dar aula na pós-graduação dois dias seguidos e ele passava os dois dias seguidos cuidando dele, também faz o almoço dele, dá o banho dele, só não dá pra dar o peito, né? Até dá o peito brincando. (risos) Então assim, a gente vê a competência de cada um dentro de casa. Por exemplo, eu odeio fazer comida, então ele se propôs a fazer porque ele viu que eu não gostava. Então assim, eu adoro limpar a casa, ele odeia limpar a casa. A gente vai baseado no que cada um gosta de fazer. Se renunciar sim, a gente se renuncia muito, mas a gente tenta se ajudar (Eva Khatchadourian).

Assim como *Eva Khatchadourian*, a conjuntura familiar da mãe *Mary Griffith* também apresenta a particularidade da amamentação ser o único fator que determina uma responsabilidade maior para ela, sendo o companheiro também protagonista nos cuidados com a criança:

Então, dentro de casa é o papel invertido do que a sociedade prega, né? Porque ele fica dentro de casa com ela e eu que saio pra trabalhar e pra mim tem dado super resultado. Porque assim, se ele fosse sair pra trabalhar ele iria ganhar menos que eu, então é melhor que ele fique com ela, esse vínculo pai e filha. A única coisa que ele não faz é amamentar (*Mary Griffith*).

Contudo, apesar de algumas mães estarem inseridas em um ambiente familiar que não figura a divisão de papéis de gênero tão definida, essa diferença é bem variável entre as entrevistadas, pois há também mães que informaram não contar muito com seus companheiros no cuidado com a casa e os/as filhos/as, recebendo apenas “ajuda” de vez em quando:

Tem as tarefas que ele se recusa a fazer, tipo: se fez cocô, eu tenho que limpar, ele só limpa se eu não tiver em casa. O banho eu que dou, ele só dá se eu não tiver em casa e for preciso. Então, tem muitas tarefas que ele faz e me ajuda mas tem algumas que não faz. A comida também é sempre minha responsabilidade. Existe uma divisão de trabalho, ele me ajuda muito, só que o problema tá é aí. Ele se acha um ótimo marido porque ele me ajuda, mas o certo não seria me ajudar, ele está fazendo é a parte dele. O homem ainda não tem isso. Ele é um ótimo marido, mas o homem não tem isso que ele tem a parte dele a cumprir, as obrigações dele a cumprir, por melhor que ele seja, ele não se vê assim: “Eu fiz a minha parte”, ele vê assim: “Eu sou um ótimo marido porque eu estou ajudando ela”. Ele acha que a obrigação é toda da mulher, por incrível que pareça é assim ainda, mesmo com os melhores (*Christine Collins*).

O companheiro só participa dos cuidados quando a mãe não está presente e ela reconhece que o papel dele não é cumprido corretamente, incomodando-se com o fato de o pai considerar fazer seu papel ao realizar apenas uma “ajuda” complementar. Ao mesmo tempo em que tal ajuda pode ser considerada avanço, é ainda um atraso para a equidade de gênero, mantendo-se ainda uma hierarquia decorrente da divisão sexual do trabalho latente.

As mães relatam a dificuldade de fazer com que os companheiros participem dos cuidados com filhos/as e tarefas domésticas. A insistência em fazer com que o homem desenvolva suas atividades no âmbito doméstico fica então a cargo da mãe, ela precisa convencê-lo, mesmo que por coerção, a fazer sua parte e essa dificuldade soma em mais sobrecarga:

Eu vejo que o pai tem a mesma obrigação que a mãe. Ele não tá te ajudando, ele tá fazendo o papel dele de pai e que é muito difícil você fazer o companheiro entender. Por exemplo: não quer dar banho, não quer trocar fralda. Não tá fazendo

por opção, é obrigação dele. A mesma obrigação que a mãe tem, o pai tem que ter. Só que é bem difícil eles entenderem isso. Eu, como trabalho durante o dia, a Gabriela fica com a moça, cuida dela pela manhã e à tarde eu fico com ela. A minha mãe também. É assim, mas o pai mesmo, ele é assim ausente nos cuidados. No meu ciclo social todos eles pensam da mesma forma, que cuidar é papel exclusivamente da mulher, só que a gente força eles a ajudar. Porque a gente tem que mostrar pra eles que o papel deles é também participativo. Por isso que muita criança vê que o pai é o bom e a mãe que é ruim. E isso tem que mudar porque eles têm que ver os pais de forma igual. Isso porque a mãe sempre tá ali, mas para o pai é mais fácil lidar porque ele não tá o dia todo com a criança, entendeu? Ele só pega pra brincar, pra distrair e a mãe não, ela fica o dia todo, fica com o serviço total. Quem cuida de casa, lava a roupa e faz comida e ainda fica com o bebê. Eu acredito que se ela não tá quase louca, ela tá bem pertim. E ele não, ele só chega em casa à noite, ele vem do trabalho, ele teve uma rotina totalmente diferente, a mãe não é todo dia a mesma coisa. Acorda, dar banho, faz o almoço, troca. E o pai não, ele vai conversar com outras pessoas, vai ter dias diferentes, nenhum dia dele vai ser igual ao outro (Sra. Gump).

Sra. Gump conta que é auxiliada por uma babá e pela sua mãe quando sai de casa para trabalhar e desempenhar suas atividades fora do lar. Então, continuando a sustentar a divisão de papéis por gênero, a mãe deixa a filha aos cuidados de outra mulher. Fica claro nisso a reprodução da lógica do cuidado ser desempenhado apenas pelas mulheres, mesmo havendo consciência e reflexão sobre a desigualdade no cuidado e a ausência paterna ativa.

Apesar de as mães insistirem em seus discursos, que os companheiros devem cumprir com os afazeres domésticos e cuidados com o/a filho/a, informando nem sempre haver divisões de papéis tradicionais de gênero entre elas e os maridos, em geral as entrevistadas confidenciaram sentirem-se sobrecarregas em lidar com as responsabilidades domésticas e os encargos da maternidade, até mesmo aquelas que dizem ter companheiros bastante participativos.

Sinto uma responsabilidade maior, é como se minha filha fosse de total responsabilidade minha. Até porque quem dá o peito a noite toda sou eu. E meu parceiro não chega e diz “Poxa, vou pegar aqui a bebê um pouco porque você tá cansada”. Ele não faz isso, ele acha que aquilo ali é minha obrigação. Ele sai e diz: “Eu trabalhei o dia inteiro”. Como se você não tivesse feito nada. Então é bem difícil, é bem cansativo. Eles dizem “Você passou o dia inteiro em casa”, mas ele não vê o que tem por trás desse dia. Agora mesmo viajamos todos em família e ele perdeu a paciência com ela, porque ele teve que dar banho nela, teve que trocar ela, ele dizia assim “Ai, como é difícil não sei o quê” E eu disse “Agora deu pra saber um pouco como é o meu dia a dia”. Eles se cansam com tão pouco (Lorelai Gilmore).

Diante da dificuldade em insistir com o companheiro para participar no cuidado com a filha, *Lorelai Gilmore* demonstra um conformismo, mesmo que incomodado, em não conseguir reverter a

situação. O que se percebe é que embora haja exceções de pais que assumem um novo modelo de paternidade ativa e participativa no cuidado com os/as filhos/as, havendo homens que participam e homens que ajudam, a conjuntura familiar da maioria das mães empoderadas ainda segue o padrão de que os homens permanecem alheios ao desempenho doméstico.

Constatando aí a dominação masculina pela perspectiva bourdieuiana, a forma que as mães têm de responderem à essa dominação é tomando posse de uma posição de poder diante de sua capacidade de procriar e seu desejo de cuidar. Ao mesmo tempo que se sentem sobrecarregadas e responsabilizadas exclusivamente pelos/as filhos/as, as mães se sentem poderosas quando é delas a escolha de decidirem pela criação, cuidado e desenvolvimento de seus/suas filhos/as, havendo uma apropriação de poder pela perspectiva foucaultiana. Como demonstra a mãe *Olivia Evans*:

A gente olha aquele serzinho ali tão indefeso e pensa: “Será que eu vou ser capaz de cuidar?”. Daí eu vejo que a responsabilidade é minha, é minha filha. Eu que tenho que prover tudo pra ela. Fico um pouco angustiada com essa sensação de insegurança, mas em contrapartida a gente sente um certo poder, uma sensação de uma força surgindo entre nós, pelo fato de que eu tenho que cuidar, eu que tenho que prover, então a gente é capaz de qualquer coisa pra gente dar pra o nosso filho o que a gente sabe que tem que dar. No meu caso, eu era capaz de suportar a dor quase que insuportável que eu sentia da amamentação pra dar o peito pra ela porque eu sabia que era o melhor, então eu persistia, eu não quis introduzir leite artificial pra dar leite materno pra ela mesmo sentindo dor pra amamentar (*Olivia Evans*).

Inclusive, as mulheres entrevistadas fazem uso de seu papel de mães, enquanto detentoras de poder para contribuir com a diminuição da desigualdade de gênero ao relatarem que planejam uma educação mais igualitária, inclusiva e responsável para seus/suas filhos/as, sem reprodução de estereótipos de gênero:

Eu acho que são direitos iguais, se um menino quiser brincar de cozinha, ele tem todo direito, igual uma menina. Acho que as pessoas tão muito nisso de que não vão dá panelinha pra não ensinar a menina a ser dona de casa. Também não é assim. Eu vou ensinar minha filha a cozinhar, mas cozinhar pra ela, mas não que ela seja obrigada a fazer. Não pretendo deixar ela fazer com que ela ache que seja obrigação dela cozinhar, varrer e o homem não. Se eu tiver um filho e for um homem, as mesmas coisas que eu ensinar pra minha filha eu vou ensinar pra ele (*Mildred Pierce*).

A discussão sobre papéis de gênero é presente nos grupos de *WhatsApp* e perpassa a reflexão da educação dos/as filhos/as, como demonstra *Diane Deprés*:

Uma vez no grupo alguém falou que ganhou um brinquedo de menino para uma menina. Daí eu disse “Minha filha brinca de carrinho.” E outra mãe comentou “Meu filho tem uma boneca e a “piroquinha” dele não vai cair porque ele tá brincando de boneca”. O brinquedo não tá definindo se minha filha é menino ou menina, tanto que minha filha tem carro, tem jacaré, uma bola, ela tem brinquedos que dizem que é de menino. E aqui em casa a gente não tem muito isso não, que não pode fazer isso ou aquilo porque é menina, não tem isso de que meu marido não vai trocar fralda porque isso é papel da mulher. Eu acho que hoje em dia a gente tem que se atualizar muito. Não é aquela generalização. As pessoas generalizam tudo. “Ah, porque você tá fazendo isso de mulher, porque você tá fazendo isso de homem”. A gente não tem essa imposição de gênero não. E eu quero criar a Marília assim, continuar assim, sem isso de que mulher faz isso e homem faz aquilo. A gente quer criar ela da forma mais igualitária possível (Diane Deprés).

Ao relatar a vontade de educarem os/as filhos/as para a igualdade, as mães empoderadas demonstram estarem comprometidas com a busca de um futuro diferente, reconhecendo que a educação que elas podem fornecer e o modo de deixar com que os filhos sejam livres para exercerem papéis independente de determinismos de gênero, é um caminho para a mudança.

É importante mencionar que as mães empoderadas acabam não caindo na onda conservadora de falácias sobre uma “ideologia de gênero”, ideia que prega uma desnaturalização dos debates de gênero. Havendo um discurso conservador de que há uma natureza que está sendo corrompida por uma suposta ideologia, as mães não se deixam levar por isso mesmo sendo defensoras de uma natureza pelo viés da maternidade. Ao mostrarem essa preocupação, as mães se colocam como esclarecidas sobre questões de gênero e também engajadas em formatar um novo panorama através de seus/suas filhos/as.

Outra forma que as mães sinalizam o uso de seu empoderamento, é dada com a respotada *Christine Collins* que enquanto mãe empoderada, sente-se capaz de empoderar outras mulheres, alertando-as para tentar diminuir a desigualdade na família:

Eu acho que eu enquanto empoderada tenho poder de alertar outras mulheres, abrindo os olhos delas pra perceberem que a única coisa que os maridos não podem fazer é realmente amamentar e parir, de resto tudo dentro de casa eles podem fazer. E mostrá-las que os relacionamentos na maioria das vezes são extremamente abusivos e as mulheres não enxergam isso. Elas acham “Ah, mas ele é homem e não sabe fazer as coisas dentro de casa, e eu não quero que ele faça” e aí o cara não faz ou faz mal feito justamente porque ele sabe que a mulher vai se zangar e vai tomar dele e vai fazer. Então eu acho que é mostrando isso, que elas não podem abrir mão do sossego e da paz delas por nada, tem muita mulher que se prende ao fato de “Ah, mas ele é pai do meu filho”. Foda-se. É o pai do seu filho, mas não lhe respeita. Você é a mãe do filho dele e ele não lhe respeita. Então meu papel é

libertar a mulher dos relacionamentos abusivos e o máximo que eu puder fazer por elas eu faço (Christine Collins).

Percebe-se que diante da resistência de muitos homens em não fazer atividades domésticas e de cuidado dos/as filhos, as mulheres acabam não permitindo que eles façam, naturalizando a ideia de que por serem homens eles não sabem realizar atividades do tipo. *Christine Collins* ao relatar a vontade de empoderar outras mulheres e mostrar que essa desigualdade se configura como uma violência, demonstra que diante das heterogeneidades de ideologias nos grupos, há conscientização de umas para com outras, com o intuito de avançarem nas percepções sobre as condições sociais que as mulheres estão envolvidas enquanto esposas e mães.

Diante da divergência de conjunturas familiares e consequências desiguais da divisão sexual do trabalho, algumas mães têm uma tomada de consciência maior do que outras, sobre o quão estão envoltas em relações de poder, desenvolvendo uma reação em não se conformarem em ser mães submissas totalmente aos caprichos dos companheiros, outras não conseguem ter sucesso em envolver os maridos nos cuidados, mesmo reagindo:

Como mães, temos que persistir na melhor divisão das responsabilidades do lar, o que é bem difícil, é muito desgastante, você acaba brigando, discutindo, o outro não quer te ajudar. A gente tenta fazer isso no dia-a-dia mas fica meio que uma coisa forçada. É como se tivéssemos implorando pra que eles sejam pai e aí ele faz isso de forma superficial. Eu acho que eu tento fazer minha parte, mas tudo tem que pedir, nada vem espontâneo deles. Acho que por isso que a gente desiste, porque de tanto pedir, cansa (Sofia Zawistowski).

Percebe-se que o machismo está tão enraizado na conjuntura familiar que são as mulheres que têm de pedir para que seus companheiros cuidem de seus/suas filhos/as, para que assumam uma paternidade ativa. Não vendo outra forma, outras entrevistadas conseguem se utilizar de sutilezas para conquistarem os companheiros e assim obterem maior participação deles:

As redes sociais são maravilhosas para que a gente consiga desenvolver nosso papel de fazer com que os homens façam a parte deles. Porque existe muito texto, as meninas compartilham no grupo, vejo também no *Facebook*, textos com relação a divisão de tarefas, de amamentação, de educação dos filhos. Então a gente, de forma, sem pressionar, sem cobrar, sem brigar. Durante o dia-a-dia, que ele não está em casa, está no trabalho, que você leu um texto bacana que você acha que vai lhe ajudar, você compartilha aquele texto com ele. “Olha aqui amor, que texto bacana” e manda pra ele. É uma forma de você induzir seu marido a lhe ajudar, a fazer as coisas da forma como você quer que sejam feitas, sem você passar pra ele como se fosse uma cobrança. Então é um meio muito bom (Fantine).

Nas falas é possível ver que as dificuldades decorrentes das desigualdades da divisão sexual do trabalho são debatidas nos grupos de *WhatsApp*, sendo também instrumentos de auxílio e empoderamento para as mulheres se apoiarem e lidarem com isso na dinâmica familiar. Comprova-se na fala da mãe *Fantine* o quanto é sutil e capilar o poder da mãe empoderada de tentar convencer o companheiro, ela se utiliza de poder na perspectiva foucaultiana para capturar a atenção e sensibilidade do companheiro para uma melhor divisão de tarefas entre os dois. O poder atua de maneira silenciosa, evitando confrontos diretos, buscando a harmonia e não safiando a autoridade publicamente reconhecida do outro (FOUCAULT, 1979; ROCHA-COUTINHO, 1994; MENDES, 2008).

Ao mesmo tempo em que se percebe um discurso que parece tradicional sobre a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, essa tradição parece ser ressignificada como instância de poder quando reposiciona os cuidados com o/a filho/a como saber bem mais feminino do que masculino. As mães sentem-se realizadas em serem as principais cuidadoras das crianças, mas não deixam de perceber que os companheiros devem se fazer presente nas atividades domésticas e principalmente veem a necessidade de uma paternidade ativa. A participação dos homens nas atividades domésticas é ainda precária, principalmente quando justificada pelo entendimento de que esse saber e cuidado da mãe empoderada e intensiva é uma forma de exercício de poder, contudo já se observa um tipo de paternidade ativa nas famílias de algumas das mães, embora minoria (SCOTT, 1990; FOUCAULT, 1979; MENDES, 2005).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maternidade empoderada construída nos grupos de apoio de mães se tornou um marcador identitário que as sujeitas sustentam como forma de darem sentido a suas maternidades, ressignificando os cuidados com os/as filhos/as, tradicionalmente designados às mulheres, e convertendo a maternagem e o marcador identitário de mãe em empoderamento, a partir da ideia de que as mulheres detêm o dom da natureza e encontram nela o poder para seguir sua prerrogativa, utilizando-se acima de tudo de informação e conhecimento sobre si mesma e sobre o mundo a sua volta para assumirem e exercerem a maternidade.

As mães empoderadas ao se depararem com a primeira fase de suas maternidades, enxergam os percalços em que são acometidas, admitem fraquezas e vulnerabilidades, percebem ter sido enganadas pela romantização de uma vocação instantânea, mas ao mesmo tempo evocam a

concepção de instinto em alguns momentos do exercício de maternidade, vendo-se ainda como detentoras de um dom maternal dentro de si, o que evidencia contradições. Por estarem em construção quanto à conscientização sobre questões políticas e seus lugares enquanto mulheres na sociedade, diante do empoderamento que vêm conquistando com os grupos, as mães sujeitas da pesquisa demonstram refletir sobre a concepção da maternidade em seus aspectos reais e tentam reagir diante das diversas dificuldades, não se submetendo ao que são cobradas. Apesar de sustentarem ideologias essencialistas sobre uma ligação extraordinária com a natureza por serem mães, as sujeitas se percebem prejudicadas pelas cobranças de um modelo homogêneo de mãe idealizada e denunciam isso em suas falas, nas interações nos grupos e nas trocas com as demais mães, formando uma rede fortalecida e vigilante de autonomia e poder.

Mesmo que admitam não serem perfeitas, tentam fornecer para os/as filhos/as o máximo de sua disposição, se submetendo a situações de sobrecarga para realizar a maternidade pelo viés da concepção natural e abdicando de sua individualidade por considerarem a importância de vivenciarem a maternidade em todas as suas nuances, dando novo significado as dificuldades para que se façam mais donas da própria história.

Ficou claro que os grupos de apoio via *WhatsApp* são as principais fontes de tomada de consciência dessas mães, em que buscam informação e compreensão para conquista de empoderamento nas práticas de maternagem e construção do marcador identitário de mãe. O surgimento dos grupos como consequências das necessidades que as mulheres têm de se unirem e enfrentarem percalços da sociedade patriarcal e machista que as inviabiliza de conhecerem seu próprio corpo, seus papéis sociais e a subjugação que carregam e enfrentam na sociedade, permitiu que proliferasse em Teresina um debate muito rico sobre novos modelos de maternidade. Ao debaterem nos grupos questões do corpo, também discutem questões de gênero, tanto quanto a educação dos/as filhos, sobre os preconceitos que vivenciam e a desigualdade no âmbito familiar. O contato com essas questões e as respostas para essas problemáticas se consubstanciam em ideias feministas e de empoderamento feminino que são repassados de umas mães para outras, tanto pela experiência própria como pela maior leitura que algumas têm dessa realidade e assim repassam para incentivar interesse das demais.

A cada dificuldade enfrentada a mãe vai se sentindo mais empoderada e em seguida repassam a experiência para outra mãe. Conhecendo e percebendo mulheres mães que passam por problemas parecidos com os seus, as mulheres se sentem mais seguras e assim se empoderam e isso faz de sua maternidade mais leve e prazerosa, uma experiência diferenciada, principalmente por

acreditarem juntas que são capazes de enfrentar as lutas diárias e modificarem a realidade através de seu papel social enquanto mães que educam e protegem os/as filhos/as e dialogam com os companheiros e demais familiares sobre o que lhes incomodam e o que interfere em suas maternidades. Assim os grupos contribuem para uma formação e construção do marcador identitário de mãe, empoderam as mães para os diversos obstáculos da maternagem e fazem com que as mães reflitam sobre a divisão sexual do trabalho e o quanto isso interfere em sua maternidade.

As reuniões e atividades que as mães realizam e participam em prol de temas ligados à maternidade demonstram a preocupação dessas mulheres em entenderem cada vez mais sobre o mundo da maternidade. Indica também a vontade delas de se informar o máximo para exercerem seu papel e o engajamento de repassarem para os/as demais, a concepção de maternidade que consideram saudável, empoderadora e ativa. Além disso, a formação dos grupos, a interação diária, o enfrentamento das forças cotidianas que tentam interferir em suas maternidades, a disposição em desconstruir o senso-comum e os julgamentos que recebe, entre outros. Fica claro que as mães empoderadas desses grupos estão comprometidas não só individualmente com suas maternidades, como também politicamente.

Isso é consequência do fato que os debates feministas contribuíram para formar a politização da maternidade, que muito vem se mostrando em práticas discursivas e representações sociais na contemporaneidade. Ao contestar o determinismo biológico e reivindicar a inserção do privado no público, o movimento feminista subsidiou um olhar para a maternidade como produção de gênero, formulada a partir de implicações sociais os quais o corpo feminino é submetido.

Ao proporcionar a reflexão sobre maternidade, as mulheres passaram a colocar questões tanto particulares quanto múltiplas, em que são posicionadas prioritariamente como mães, parceiras conjugais e escravas biológicas. De forma central, as mulheres carregam a culpa de serem responsabilizadas única e exclusivamente pela maternidade, pelo cuidado e socialização de filhos/as saudáveis e bem-sucedidos/as. Não mais confortáveis em carregar essa culpa, buscam transformá-la e dão sentido a essa trajetória.

A partir dessa multiplicidade contestada pelas mulheres, o feminismo se depara com o grande desafio de dimensionar suas pautas quando o direito de umas interfere em direitos de outras, que relacionando-se entre si, são interpeladas a contestar demandas relacionais, envolvendo também os homens e a sociedade civil. Diante dessa complexidade, o feminismo não se apresenta homogêneo no tocante da maternidade. A nova geração de feminismos plurais passando a focar a

diversidade de identidades, leva em consideração as diferentes maternidades, barra a ideia de universalidade e é atenta aos conflitos e disputas de poder nos contextos sociais e políticos em que as mais diferentes mães estão envolvidas.

O feminismo contando com a disseminação dos estudos de gênero, começa a discutir os papéis na família, procurando compreender suas novas particularidades e elementos constitutivos das relações de poder a partir das múltiplas realidades históricas, sociais e culturais de mulheres e homens. Essa articulação do feminismo com a ideia de multiplicidade de famílias em detrimento da família nuclear tradicional, demarcou a ideia de experiências plurais de maternidade e não apenas o modelo ideal concebido pela cobrança imaginária social do senso comum.

É nessa conjuntura da multiplicidade das pautas feministas com relação à maternidade que as mulheres-mães, ao obterem acesso e partilha de informações com maior velocidade do que nunca, passam a ter contato com feminismos que pensam suas condições de maternidade e com as possibilidades de planejamento familiar que extrapolam os modelos tradicionais, bem como a visualização da sua condição de subjugada diante da divisão sexual do trabalho. Com isso, as mães criam seu próprio modelo de maternidade, uma maternidade sinônimo de força e poder, baseada na ideia de que as mulheres possuem o dom de gerar a vida e uma proximidade com a natureza, também alcunha mãe.

A partir da facilidade de troca de informações promovida pelos aplicativos de conversação como o *WhatsApp*, o compartilhamento de experiências entre mulheres se tornou maior e mais rápido, e conseqüentemente mais mulheres tiveram contato com ideais feministas ao se verem na condição de mulheres e mães, reprimidas em situações diversas de violência, desigualdade e abuso. Desse modo, essas mães procuram viabilizar respostas para o enfrentamento dessas situações e veem uma saída na conquista do empoderamento. Esse empoderamento se concretiza com a rejeição do sistema que impõe e limita a maternidade dessas mulheres e principalmente na vivência do modelo de maternidade empoderada e intensiva. Não se conformando em serem submissas, as mulheres barram as forças coercitivas que tentam interferir em seu protagonismo, defendem a ideia de vivenciar todos os aspectos da maternidade de forma ativa como uma maneira de também lutarem contra dominação e alienação, na família com a divisão sexual do trabalho, na sociedade com o senso comum e no discurso médico androcêntrico com o poder científico legitimado. As mães resistem.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. Introdução à análise qualitativa de dados. *In: Metodologia científica*. Filosofia e prática da pesquisa. - São Paulo: Thomson Learning, 2006, pp. 159-168.

ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed., Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ÁVILA, M. B.; CORRÊA, S. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil. *In: GALVÃO, L. & DÍAZ, J. Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Population Council e Editora Hucitec, 1999.

BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Trad. Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Rumo Equivocado: feminismos e alguns destinos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BASTEN, S. Voluntary childlessness and being Childfree. **The Future of Human Reproduction: Working Paper**, v. 5, pp. 1-23, 2009. Disponível em: <https://www.spi.ox.ac.uk/fileadmin/documents/PDF/Childlessness - Number 5.pdf> Acesso em: 1 de novembro de 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. vol. 1, 3. Ed. Trad. Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. vol. 2, 3. Ed. Trad. Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELOTTI, E. G. **Educar para a submissão; o descondicionamento da mulher**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BOCK, G. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. *In*: THÉBAUD, Françoise (Org.). **História das mulheres no ocidente: o século XX**. Coleção organizada por Georges Duby e Michèle Perrot. Porto: Edições Afrontamento, 1992. p. 185-219.

_____. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). *In*: THÉBAUD, F. (org.). **História das mulheres no ocidente: o século XX**. Coleção organizada por Georges Duby e Michèle Perrot. Porto: Edições Afrontamento, 1992. p. 435-477.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Compreender. *In*: ----- (coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 693-732.

_____. P.; CHAMBOREDON, J-C. e PASSERON, J-C. **O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. *In*: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, pp. 17-58.

BRASIL. Atenção à Saúde do Recém-nascido. **Guia para os Profissionais de Saúde**. 2ª Edição. Volume 1. Brasília, 2012. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_profissionais_v1.pdf.

Acesso em: 13 de março de 2017.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Comissão para Definição da Classe Média no Brasil**. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Relatório-Definição-da-Classe-Média-no-Brasil1.pdf>> Acesso em: 2 nov. 2014.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde da criança: nutrição infantil, aleitamento materno e alimentação complementar**. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad23.pdf. Acesso em: 13 de março de 2017.

_____. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Os modos de investigação sociais**. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, pp. 221-251.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Tradução: Renato Aguiar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CALDEIRA, T. P. do R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 21, 1988, p. 133-157.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-684.

CARVALHO, C. S. de. **O “bicho-mãe” no ciberespaço: gênero e maternidade no blog Mamíferas**. Dissertação, UFPI. – 2012. 112f.: Il.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da identidade**. Vol. 2, 3ª ed., Trad. Klauss Brandini Gerhardt, São Paulo: Paz e Terra, 2002, cap. 1, pp. 21-84; cap. 3, pp. 141-165.

CHODOROW, N. Estrutura familiar e personalidade feminina. *In*: ROSALDO, M. e LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Psicanálise da maternidade: Uma crítica de Freud a partir da mulher**. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

_____. **The reproduction of mothering**. Psychoanalysis and the sociology of gender. Berkeley: University of California Press, 1978.

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Dissertação, UFPE. – Recife, 2004.

COSTA, A. A. A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. *Revista Gênero*, vol. 5, n. 2, 2005. PP. 52-76 *In*: PISCITELLI, A. **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

COSTA, C. de L. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. *In*: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P.. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres. 1998.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. Rev. e Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, R. W. Políticas de masculinidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRS, 20(02), p, 185-206, 1995.

COUTINHO, M. T. C.; CUNHA, S. E. A. A construção de conhecimentos: uma visão histórico-filosófica. *In*: **Os caminhos da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004, p. 11-38.

DAMATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. *In*: NUNES, E. de O. (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL PRIORE, M. **Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____. O corpo feminino e o Amor: um olhar. *In*: D’INCAO, M. A. (org.). **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989, 31-56.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. *In*: **Textos de história**. v. 8, n. 1, 2000.

DUARTE, C. L. de. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**. 17 (49), São Paulo, 2003, pp.150-172.

DURKHEIM, É. **Sociologia**. Org. José Albertino Rodrigues. 6. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. Civilização Brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro, 1984.

ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem. Trad. Waldéa Barcellos. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

FALUDI, S. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Trad. Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FARIA, A. L. G. de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v.26, pp. 279-287, 2006.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**. n.17-18, pp.9-79, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02>> Acesso em 19 de outubro de 2016.

FAVARO, C. Mulher e Família: Um Binômio (quase) inseparável. In: Strey, M. N.; NETO, J.A.S. & Horta, R. L. (org). **Família e Gênero**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FLORESTA, N. **Opúsculo humanitário**. Ed. Atual. Com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez; [Brasília, DF]: INEP, 1989. – (Biblioteca da educação. Série 3; mulher tempo, v.1)

FIRESTONE, S. A dialética do sexo. - Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 77-86.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro, Graal, 1985

_____. **Poder-corpo**. In: *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

_____. **Segurança, Território, População**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes, 2008.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 julho de 2015.

FREIRE, P. Conscientizar para libertar (Conferência, México, 1971). In: TORRES, C. **Consciência e história**: a práxis educativa de Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 1979a.

GALETTI, C. C. H. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. **Anais 18º REDOR**, UFPB, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/533/771>>. Acesso em: 19 de abril de 2016.

GARCIA, S. Entrevista - A historiadora e professora da Unicamp Margareth Rago celebra o feminismo pop. **Revista Época**. São Paulo, Editora Globo, n. 909, pp. 80-82, 9 de novembro de 2015.

GASKELL, G. Entrevistas individuais. In: BAUER, M. W.; GASKELL (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

_____. Como pensamos hoje: a caminho de uma etnografia do pensamento moderno. In: **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 220-245.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. **Mundo em descontrolo**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, pp. 60-108, 2000.

_____. O que é ciência social? *In: Em defesa da sociologia*. Ensaios, interpretações e réplicas. Trad. Roneide Venancio Majer, Klauss Brandini Gerhardt, - São Paulo: UNESP, p. 9-71, 2001.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 1, p. 68-110, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1681>>. Acesso em: 07 Jul. 2015.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**. v.1, n.1, pp. 07-32, 1993.

HARGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HARNER, J. E. Honra e distinção das famílias. *In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.). Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 43-64

HITA, M. G. Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos. *In: ALMEIDA, H. B. de; COSTA, R. G.; RAMIREZ, M. C. (coords). Gênero em matizes*. São Paulo: Bragança Paulista, p. 319-350, 2002.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e direitos. *In: ROMANO, J. e ANTUNES, M. Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

IRIGARAY, L. **This Sex Which Is Not One**. New York: Cornell University Press, 1993.

JÁCOME, M. L. Apontamentos sobre a ação dos movimentos de mulheres por direitos no Brasil na Segunda Metade do Século XX. *In: ROMANO, J.; ATHIAS, R. (orgs). Olhar crítico sobre*

participação e cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. São Paulo: Action Aid e Expressão Popular. 1ª ed. p. 187-221, 2007.

LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo**. 2 ed. Tradução: Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.37-56, 1997.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**. Permanência e revolução do feminino. Trad. Maria Lucia Machado. Porto Alegre: Cia. das Letras, 2000.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARIANO, S. A. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. **Cadernos Pagu**. 2008, n.30, pp.345-372. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000100018&lng=en&nrm=iso Acesso em 25 de julho de 2016.

MAY, T. **Pesquisa social:** questões, métodos e processo. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. de: Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. *In:* PINSKY, C. BASSANEZI; PEDRO, J. M. (orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 126-147.

MATOS, M. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. *In:* ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.), **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, pp. 132-171, 2005.

MENDES, Mary Alves. O pensamento de Bourdieu e o gênero. **Serviço Social e Contemporaneidade**, v. 1, p. 49-61, 2008.

McLAREN, M. A. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016. (Coleção Entregêneros).

MEYER, D. E. E. Corpo, saúde e gênero: fragmentos de histórias sobre corpos e vidas maternas. *In*: TORNQUIST, C.S; COELHO, C. C.; LAGO, M.C.S.; LISBOA, T.K. (orgs.) **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Mulheres, v.2, p. 105-117, 2009.

_____. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidades: implicações educativas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 219-239. dez. 2007

MIRANDA, M. A.; MARTINS; M. de S. Maternagem: Quando o bebê pede colo. Vol. 2. *In*: SANTOS, G. A. (org). **Coleção Percepções da Diferença**. Negros e Brancos na Escola. 1ª ed. São Paulo, MEC, 2007.

MONTAGU, A. **Tocar: o significado humano da pele**. Trad. Maria Sílvia Mourão Netto. São Paulo: Summus, 1988.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Coord. Ulisses Ferreira de Araújo. Trad. Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

MORIN, E. O pensamento dissimulado (paradigmatologia). *In*: **O método**. 4. Ideias, habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, p. 258-295, 2001.

_____. Uma concepção reformulada da sociologia. *In*: **Sociologia**. Portugal: Publicações Europa-América, p. 9-15, 1998.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

_____. **Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas**. v. 37, n. 1, pp. 7-13, 2006.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2, pp. 305-332, 2008.

OLESEN, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. *In:* DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, Z. L. C. de. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? *In:* ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.), **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, pp. 132-171, 2005.

PAIS, J. M. Fontes documentais em sociologia da vida cotidiana. **Análise social**, vol. XX, n. 83. 1984-4º, pp. 507-519.

PAZ, A.; MATTOS, U. **Meu corpo, minhas regras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

PICANÇO, F. S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. *In:* ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.), **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, pp. 149-172, 2005.

PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. *Tempo Social*; **Rev. Sociologia**. USP, S. Paulo, 2(2): 7-33, 2.sem. 1990.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? *In:* ALGRANTI, L. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

PRADO, M. L.; FRANCO, S. S. Participação feminina no debate público brasileiro. *In:* PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 194-217.

RAGO, M. Descobrir historicamente o gênero. *In:* BESSA, Karla (Org.). **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 11, edição FAEP/UNICAMP, 1998.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. *In:* PEDRO, J., GROSSI, P. (Orgs.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Das Mulheres, 1998.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle. **Revista Bagoas**. nº 05, p. 17-44, 2010.

ROLNIK, S. Olhar cego. Entrevista com Hubert Godard. **Para a exposição “Lygia Clark, do objeto ao conhecimento: projeto de ativação de 26 anos de experimentação corporal.”** Paris, 21 de julho de 2004.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução: André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes – mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SARDENBERG, C. M. B. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? *Labrys. Estudos Feministas*. v. 11, p. 45, 2007.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n.16, p.137-150, 2001.

_____. As múltiplas faces da maternidade. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 54, pp. 37-49, 1985.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, SP, v.5, n.8, pp. 47-59, 2001.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs).* **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, pp. 15-42, 2012.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SCOTT, R. P. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n.73, p. 38-47, 1990.

SHOR, I.; FREIRE, P. Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor. **Col. Educação e Comunicação**, vol. 18. Trad. Adriana Lopez, Ver. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SILVA, C. da. **O homem e a mulher no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SINGLY, F. de. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução: Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, O. **A Evolução do status jurídico social da mulher**. Rio de Janeiro: Rio, 1978.

SPINK, P. Análise de documentos de domínio público. *In*: SPINK, M. J (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. São Paulo: Cortez Editora, 2000, pp. 123-151.

STEVENS, C. M. T. O corpo da mãe na literatura: uma ausência presente. **Anais Seminário Mulher e Literatura**. Sessões de Comunicação. UESC-BA, 2007. (XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e do III Seminário Internacional Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural, do GT Mulher e Literatura da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística)

Disponível

em:

<<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/CRISTINA%20MARIA%20TEIXEIRA%20STEVENS.pdf>> Acesso em 26 de agosto de 2016.

STEVENS, C. M. T. Resignificando a maternidade: psicanálise e literatura. **Gênero**: revista do núcleo transdisciplinar de estudos de gênero, Niterói, v.5, n. 2, p. 65-79, 2005.

STRAPASSON, M. R.; NEDEL, M. N. B. Puerpério imediato: desvendando o significado da maternidade. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 31, n. 3, pp. 521-528. – Porto Alegre, 2010.

TERESINA, Prefeitura Municipal de Teresina. C2013. Desenvolvido por PRODATER. Disponível em: <<http://www.teresina.pi.gov.br/>>. Acesso em: novembro de 2015.

THÉBAUD, F. (org.). **História das Mulheres no Ocidente**. O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TRIGO, M. H. B. Amor e casamento no século XX. *In: D'INCAO, M. A. (org.). Amor e Família no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1989, pp. 88-94.

TUTTLE, E. **Mother without children;** contemporary fiction and the crisis of motherhood. Berkeley: University of California Press, 1997.

VELHO, G. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

_____. Observando o familiar. *In: NUNES, E. (org.) A aventura sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Pioneira: São Paulo, 1996.

_____. **Economia e sociedade.** Brasília, São Paulo: Editora da UnB: São Paulo, 1999.

_____. Religião e racionalidade econômica. *In: COUN, G. Coleção grandes cientistas sociais.* Ática: São Paulo, 1989.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* 11ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp. 7-72.

WOORTMANN, E. **A Árvore da Memória.** Brasília: UNB, 1994.

ANEXOS

ANEXO A**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do projeto: MÃES EMPODERADAS: A MATERNIDADE EM GRUPOS DE APOIO A MÃES EM TERESINA

Pesquisadora responsável: Carolina Alves Leite

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Telefone para contato: (86) 999756671

Local da coleta de dados: Teresina-PI.

A pesquisadora do presente projeto se compromete em preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de entrevistas semiestruturadas. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no(a) no banco de dados da pesquisadora responsável, em sua residência, gravados em CD, por um período de um ano sob a responsabilidade da Sra. Carolina Alves Leite. Após este período, os dados serão destruídos.

Teresina, _____ de _____ de 2016.

Carolina Alves Leite

ANEXO B**DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA**

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Universidade Federal do Piauí - UFPI

Eu, Carolina Alves Leite, pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada **MÃES EMPODERADAS: A MATERNIDADE EM GRUPOS DE APOIO A MÃES EM TERESINA**, declaro que:

- Assumo compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 466/12, de 12 de Dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99 e 340/2004).
- Assumo o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- Os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos voluntários;
- Os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade de Carolina Alves Leite da área de Serviço Social da UFPI; que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa.
- Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;
- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos/as sujeitos/as da pesquisa;
- OCEP-UFPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;
- O CEP-UFPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o voluntário;
- Esta pesquisa ainda não foi total ou parcialmente realizada.

Teresina, ____ de _____ de 2017.

Carolina Alves Leite
CPF: 043.144.873-64
Pesquisadora responsável

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, Carolina Alves Leite, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, estou convidando a senhora/senhorita para participar da pesquisa: **MÃES EMPODERADAS: A MATERNIDADE EM GRUPOS DE APOIO A MÃES EM TERESINA**, para dissertação de mestrado, sob a orientação da prof^{ra}. Dr^a. Maria Rosângela de Souza.

I- DA PESQUISA

Considerando a pouca visibilidade dada às mulheres-mães na sociedade e as concepções que resumem as mães em sua natureza biológica e sua capacidade de gerar filhos, sendo recorrente no discurso social a imposição de uma forma e período ideal para ser mãe, o que fazem com que muitas mulheres se deparem com diversos conflitos que as colocam em situações em que são subjugadas, por não conseguirem atender as várias demandas do universo da maternidade ideal e compulsória.

A pesquisa contribuirá para evidenciar de que formas as mulheres mães da classe média da cidade de Teresina, utilizam-se dos aportes trazidos pelo feminismo para empoderarem-se e empoderarem umas às outras, diante dos dilemas, cobranças e necessidades pessoais de suas experiências. Considerando que esta problemática é de responsabilidade da sociedade em geral, vez que causa transtornos diversos quando as mulheres se encontram em situações precárias e desesperadoras ao não responderem às demandas desta sociedade. Acredita-se que sendo o papel da academia contribuir através de estudos que verifiquem e ofertem a possibilidade de se desconstruir preconceitos em torno do universo feminino, o presente estudo tem como pretensão colaborar com novos olhares para a temática.

O estudo tem como objetivo: Analisar como se dão as experiências de maternidade de mulheres das classes médias de Teresina pela perspectiva do empoderamento feminino, alijada às concepções feministas. Para tanto, serão entrevistadas 20 (dez) mulheres mães que tenham participado de grupos na internet que promovem o empoderamento de mulheres nos primeiros estágios da maternidade, sendo assim mulheres que estão grávidas, e, portanto, já se consideram

mães, ou que são mães com filhos/as recém-nascidos/as ou com filhos/as na primeira infância, sendo assim mulheres que vivenciaram há pouco tempo o planejamento familiar.

Os dados serão obtidos através de pesquisa direta com entrevistas semiestruturadas (uso de roteiros) na modalidade focalizada, as falas serão gravadas e transcritas posteriormente, para constituírem o material de análise. Este será gravado em CD e armazenado no banco de dados da pesquisadora.

Sobre as entrevistas, estas poderão ocorrer mais de uma vez e serão realizadas pela própria pesquisadora, considerando sempre a disponibilidade e o interesse das mulheres mães, ficando a critério destas a escolha do local para realização, bem como a utilização dos recursos (gravador ou câmera, caderneta, entre outros).

Os riscos para a realização da pesquisa serão os de deslocamento, caso as participantes tenham que se deslocar para os locais onde ocorrerão as entrevistas, locais que ficarão a critério destas, estarão sob risco de acidente de trânsito ou de violência urbana. Nesse sentido, será priorizado o deslocamento da pesquisadora em todas as hipóteses, para conforto das participantes e contorno de qualquer risco.

Os benefícios ofertados são, inicialmente a possibilidade de serem ouvidas acerca do universo da maternidade e do processo de empoderamento diante das adversidades à qual a maternidade está relacionada. A partir dessas falas é esperado que seja possível compreender a realidade das mulheres mães de classe média em Teresina, para assim promover a invalidação de falsas concepções e mitos sobre a questão.

Esta pesquisa não possui nenhum vínculo com os órgãos estatais, ou seja, não se trata de uma avaliação para estes.

II- DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Sua participação na pesquisa é voluntária não havendo assim remuneração, caso ocorra alguns gastos de valores com fins da pesquisa por sua parte, este será ressarcido.

Você possui a liberdade de se recusar a participar ou de desistir em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer coerção, prejuízo ou desconforto para a sua dignidade e integridade física e material. Ao optar por participar da pesquisa, você poderá recusar-se a responder qualquer das perguntas, providenciando imediatamente que se passe para outra pergunta.

Sempre que quiser, poderá pedir mais informações e esclarecimentos sobre o projeto à pesquisadora responsável.

Será garantido o anonimato da sua identidade e em caso de descumprimento dessa disposição as penalidades éticas e legais poderão ser aplicadas a esta pesquisa.

Você não estará sendo avaliada, assim nas entrevistas não deverá se preocupar em agradar a terceiros, nem mesmo à pesquisadora, mas apenas em falar o que de fato tenha ocorrido ou o que pensa sobre determinado assunto ou fato.

III- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Achando necessário, em caso de dúvida sobre a pesquisa ou pesquisadora, a participante poderá também recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí para maiores esclarecimentos, no endereço:

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ. CEP: 64.049-550 – Teresina-PI;
Telefone: 86 3237-2332, e-mail:cep.ufpi@ufpi.br.

Reitera-se que as informações dadas serão destinadas exclusivamente para este estudo, sendo mantido o sigilo da identidade das participantes entrevistadas. Vale frisar que uma cópia do relatório final deste estudo (após defesa da dissertação) poderá ser entregue a entrevistada se assim desejar.

IV- DECLARAÇÃO DE ESCLARECIMENTO DA PARTICIPANTE

Eu _____, declaro para os devidos fins que fui suficientemente informada sobre a pesquisa e que concordo em fazer parte da mesma. Assino este documento em duas vias, uma ficando sob minha posse e a outra em posse da pesquisadora.

Teresina, ____ de _____ de 2017.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Base para a realização de entrevistas semiestruturadas a serem realizadas com as mulheres sujeitas objeto da pesquisa intitulada **MÃES EMPODERADAS: A MATERNIDADE EM GRUPOS DE APOIO A MÃES EM TERESINA**

INTRODUÇÃO

As entrevistas não terão duração pré-estabelecida, serão apenas norteadas pelas questões abaixo indicadas, ficando a critério da pesquisadora, com observância dos Termos e Declarações assinados, bem como aos preceitos éticos da Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, complementar os questionários com as questões que se mostrarem pertinentes no momento da entrevista. Ressalta-se que na recusa de resposta a qualquer das questões por parte da entrevistada, tal decisão será respeitada.

1- DADOS PESSOAIS:

Nome:	Idade:
Endereço:	Estado civil:
Escolaridade:	Profissão atual:
Data que se tornou mãe:	Raça:
Quantidade de filhos/as:	Modelo de família:

2- DADOS DA ENTREVISTA

A) COMO SURGE O MARCADOR IDENTITÁRIO DE MÃE

- 1 Você se considera mãe? Como você assumiu esse marcador identitário de mãe?
- 2 Como se deu o planejamento familiar e programação da chegada dos/as filhos/as?
- 3 Quais foram as principais dificuldades do período inicial de ser mãe, ou seja, do processo em assumir mulher-mãe?
- 4 Como você vê a maternidade hoje? É diferente do que via antes de tornar-se mãe?
- 5 O que acha do universo da maternidade em que são ditadas tendências a serem seguidas e não seguidas pelas mães de classe média da contemporaneidade? (Ex: parto filmado, fotografias, produtos, festas, atividades, alimentação, entre outras).

6 Você acha que a mãe de hoje é mais cobrada que a mãe de antes a investir em uma maternidade integral e ideal?

3 O PROCESSO DE TORNAR-SE EMPODERADA

1 Você se considera uma mãe empoderada? Por que?

2 Diante das dificuldades que surgiram em meio ao seu processo de tornar-se mãe e as quais você segue lidando, qual foi e qual tem sido sua principal forma de se fortalecer e encontrar empoderamento?

3 Como encontrou o grupo de mães e como se deu o processo de tornar-se empoderada dentro dele?

4 Como você enxerga a importância do feminismo para o seu exercício de maternidade?

5 Você busca empoderar outras mulheres mães do grupo? De que forma?

6 De que forma o empoderamento feminino que você vivencia/vivenciou junto ao grupo de mães fez diferença na sua forma de lidar com essas cobranças e tendências que tentam envolver a maternidade em um mercado?

4 O LUGAR DA MÃE DENTRO DA FAMÍLIA

1 Como se dão os papéis de gênero na sua família? Você conta com auxílio de familiares?

2 Você se considera sobrecarregada para lidar com as diversas tarefas domésticas e ao mesmo tempo com o trabalho fora do lar?

3 De que forma você enquanto mãe poderia contribuir para diminuir a desigualdade de gênero dentro da família?